Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.629, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do Município de Ilhéus, em consonância com a Lei nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ILHÉUS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com duração de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – melhoria da qualidade do ensino;

V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII – promoção humanística, científica, cultura e tecnológica do País;

VIII – valorização dos (as) profissionais da educação, e

IX – promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 2º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo da vigência do PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 3º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a

consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 4º O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar ou outro índice que venha sucedê-lo.

Parágrafo Único - Estudos desenvolvidos e aprovados pelo MEC na construção de novos indicadores, a exemplo dos que se reportam à qualidade relativa ao corpo docente e à infraestrutura da educação básica, serão incorporados automaticamente ao sistema da avaliação deste plano, caso venham a fazer parte deste processo.

Art. 5º O Município, em articulação e integração com o Estado, a União e a sociedade civil e política, procederá à avaliação periódica de implementação do Plano Municipal de Educação de Ilhéus e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional.

§ 1º O Poder Legislativo, com a participação da sociedade civil e política, organizada e por intermédio da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, Conselho Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação acompanharão a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º A primeira avaliação do PME realizar-se-á durante o segundo ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas às correções de eventuais deficiências e distorções.

§ 3º O Conselho Municipal e o Fórum Municipal de Educação

I – Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II – Promoverá a conferência municipal de educação.

§ 4º A conferência municipal de educação realizar-se-á com intervalo de até 4 anos entre elas, com intenção fornecer elementos para o PNE e também refletir sobre o processo de execução do PME.

Art. 6º Caberá ao gestor municipal à adoção das medidas governamentais necessárias para o alcance das metas previstas no PME.

§ 1º As estratégias definidas no anexo desta lei não eliminam a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumento jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados.

Art. 7º O município elaborou o seu PME em consonância com as diretrizes, metas e estratégias, previstas no PNE, Lei nº 13.005/2014.

§ 1º O município demarcou em seu PME estratégias que:

I - Assegura articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais e culturais;

II- Considera as necessidades especificas da população do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural;

III- Garante o atendimento das necessidades especificas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV- Promove a articulação intersetorial na implementação das politicas educacionais.

Art. 8º A partir da Lei aprovada do PME, o município deve aprovar a lei especifica, disciplinando a gestão democrática pública no prazo de 2 anos, contando da publicação dessa lei.

Art. 9º Os Poderes do Município deverão empenhar-se em divulgar o Plano aprovado por esta Lei, bem como na progressiva realização de suas metas e estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 10 Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o poder executivo encaminhará a Câmara de Vereadores, sem prejuízos das prerrogativas desse poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de junho de 2015.

JABES RIBEIRO

Prefeito

ANEXO ÚNICO

PREFEITURA MUNCIPAL DE ILHÉUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – LEI N° 3.629, de 23 de junho de 2015

2015-2025

ILHÉUS - 2015

PREFEITO

JABES SOUSA RIBEIRO

VICE-PREFEITO(A)

CARLOS MACHADO DE ANDRADE FILHO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARLÚCIA MENDES DA ROCHA

GRUPO COLABORATIVO

Profª Drª Marlúcia Mendes da Rocha

Profº Ms. Reinaldo Soares dos Santos

Professora Sueli Fagundes Moreira

Professora Maria da Glória Alves Santos

Professora Janaina de Lima Clement Sacramento

Professora Enilda Mendonça de Oliveira

Professor Osman Nogueira Júnior

Srº Valmir Freitas Nogueira

Professora Maria Aparecida Souza Aguiar

Professora Maria Isabel Pacheco Midlej

Professora Cleusa Maria de Jesus Pinto

Professora Gilvânia da Conceição Nascimento

COMISSÕES REPRESENTATIVAS

Admilson Silva Amaral

Ana Angélica Serafin Lima

Antonio Carlos Oliveira da Luz

Carlos Moisés Oliveira Rocha

Emília Souza Vila Nova

Erlon Fábio de Jesus Costa Araújo

Fabiana Leitão Bezerra Santos

Inês Maria Ocké de Freitas

Isaura Fonseca de Souza

Joilson Silva Sampaio

Leonardo Gonçalves de Santos

Lisandra Oliveira Matos Raad

Luciane Cunha da Costa

Marcos Antonio Lessa dos Santos
Maria Angélica Silva da Silva
Maria Aparecida D'Ávila Cassimiro
Maria Jesuína Barbosa dos Santos
Patrícia Regina Prisco Ferreira
Pascoal João dos Santos
Silvana de Oliveira Penna
Simone Dias da Silva

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

PAR - Plano de Ações Articuladas

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

UESC - Universidade do Estado da Bahia

Diretrizes do PNE:

I- Erradicação do analfabetismo;

II- Universalização do atendimento escolar;

III- Superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV- Melhoria da qualidade da educação;

V- Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI- Promoção do princípio de gestão democrática da educação pública;

VII- Promoção humanística, cientifica, cultural e tecnológica do país;

VIII- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX- Valorização dos (as) profissionais da educação;

X- Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Educação Infantil

Meta 01: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (anos) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma atender, no mínimo, 70% (setenta por cento) das crianças de até (três) até o final da Vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

1.0 Assegurar a acessibilidade, permanência, acompanhamento e monitoramento de todas as crianças indígenas de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade nos espaços de educação a serem construídos nas comunidades Indígenas Tupinambá de Olivença, Ilhéus;

1.1 Oferecer, em cinco anos, atendimento a no mínimo 50% das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos em creches, incluindo as crianças do campo;

1.2 Realizar, anualmente, em todo o período de vigência deste plano, cursos de formação continuada em educação infantil para todos os professores, coordenadores pedagógicos e gestores educacionais em exercício no Município,

1.3 Adequar, progressivamente durante a vigência deste plano, os estabelecimentos da Educação Infantil (urbano, do campo e comunidades indígenas), quanto às carências em infraestrutura, de forma que atenda aos parâmetros mínimos de infraestrutura proposto pelo MEC e aos parâmetros nacionais de qualidade;

1.4 Executar, periodicamente, a chamada pública, para a atualização da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.5 Garantir a construção das 5 creches aprovadas pelo MEC (proinfância) para o ano letivo de 2016;

1.6 A Secretaria Municipal de Educação realizará levantamento de dados em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, por meio dos agentes comunitários de saúde com o objetivo de identificar, por bairro, a demanda de crianças de 0 a 5 anos para planejamento de políticas de construção de creches e escolas;

1.7 Criar e implementar uma política intersetorial (secretaria: saúde, assistência social e educação) viabilizando atendimento integral as crianças de 0 a 5 anos;

1.8 Adequar o currículo da Educação Infantil às demandas das Lei 10.639/2003, 11.645/2008 e às diversidades de modo geral, em todas as Unidades de Ensino, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.9 Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais, o atendimento em tempo integral para as crianças 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

1.10 Garantir o atendimento das populações do campo na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, diminuindo a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;

1.11 Priorizar o acesso à educação infantil e garantir a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

1.12 Assegurar a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, no que concerne ao ensino e aprendizagem, preservando as especificidades da infância e da criança, na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade;

1.13 Criar e/ou ampliar áreas verdes nas instituições de Educação Infantil, em regime de colaboração entre a União, Estado e Município, bem como garantir espaços adequados para jogos, brincadeiras e outras experiências da cultura lúdica infantil, pautado nas leis de acessibilidade, ampliando as relações da infância com a cultura, o meio ambiente e a educação, durante a vigência desse plano;

1.14 Assegurar a criação e ampliação do acervo literário, de brinquedos, de jogos, de instrumentos musicais/sonoros, de tecnologias educacionais, de materiais e objetos educativos nas escolas de Educação infantil, para garantir à criança o acesso a processos de construção, articulação e ampliação de conhecimentos e aprendizagens em diferentes linguagens;

1.15 Garantir alimentação escolar adequada e de qualidade para todas as crianças atendidas nas instituições de Educação Infantil públicas,aumentando, no mínimo em 100% ,a contrapartida atual do município.

1.16 implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

Meta 02: Universalizar o ensino fundamental de 09 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME

ESTRATÉGIAS:

2.1 Construir e/ou recuperar física e estruturalmente as Unidades Escolares do município (urbano e campo) a partir da aprovação deste plano, até o final do primeiro quinquênio;

2.2 Garantir o acompanhamento de nutricionistas nas escolas, de forma a atender às especificidades alimentares e nutricionais dos alunos (hipertensão, diabetes, obesidade, desnutrição e intolerância alimentar);

2.3 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, no campo e na cidade, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.4 Garantir gradativamente para todos os anos do ensino fundamental, até 2020, o ensino da língua estrangeira, com profissional licenciado;

2.5 Adequar, durante o primeiro ano de vigência deste plano, o Projeto Político-Pedagógico para a Educação, com base na realidade dos sujeitos, visando sua formação e suas relações com o meio em que vive;

2.6 Garantir a oferta de vagas na Educação de Jovens e Adultos para a população, em todos os anos de vigência deste plano;

2.7 Ampliar o quadro efetivo de profissionais da educação por meio de concurso público para o Ensino Fundamental;

2.8 Assegurar o acompanhamento individualizado de todos os (as) alunos do Ensino Fundamental com dificuldade de aprendizagem;

2.9 Ampliar a oferta de transporte escolar para desenvolvimento de projetos interdisciplinares extra classe;

2.10 Assegurar o cumprimento da Lei 9394/96, Diretrizes Curriculares Nacional, Estadual e Municipal nas práticas pedagógicas escolares;

2.11 Assegurar ações de correção de fluxo para os estudantes em distorção idade/ciclo, tendo em vista diminuir em até 50% os índices de distorção, até o final do primeiro quinquênio.

Meta 03: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinca por cento).

ESTRATÉGIAS:

3.1 Fortalecer a articulação entre as secretarias de educação estadual e municipal, juntamente com o MEC visando a melhoria do ensino médio;

3.2 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com a família, os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.3 Implementar políticas de prevenção à evasão, motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

3.4 Estruturar e fortalecer em parceria com a Secretaria de Saúde e Assistência Social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

3.5 Assegurar a articulação entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, no que concerne ao ensino e aprendizagem, de forma a reduzir as taxas de distorção idade-série, em todas as escolas, bem como, garantir a qualidade do processo em conformidade com a legislação vigente;

Meta 04: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados

ESTRATÉGIAS:

4.1 Assegurar e ampliar em três (03) anos, o espaço do Centro de Referência de Inclusão Escolar -CRIE, a equipe multidisciplinar (Educação, Saúde e

Desenvolvimento Social), equipamentos e material didático específico para necessidade educacional, em quantidade satisfatória.

4.2 Garantir no censo escolar informações da demanda de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na educação especial oferecida em escolas municipais, instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade;

4.3 Expandir e garantir a parceria do governo municipal com os governos Federal e Estadual, salas de recursos multifuncionais, seguindo os padrões mínimos de qualidade, fomentando a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo;

4.4 Garantir, durante a vigência deste plano, a matrícula e permanência dos alunos com necessidades especiais em classes de ensino regular;

4.5 Estabelecer, em seis (06) anos, o zoneamento de Escolas polos para inclusão em classes de ensino regular dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação conforme excepcionalidade, com apoio de serviços especializados em turno oposto.

4.6 Realizar, anualmente, em todo período de vigência deste plano, cursos de formação continuada em educação inclusiva para todos os professores, gestores educacionais e profissionais da educação, em exercício do município.;

4.7 Adaptar prédios escolares de acordo ABNT, NBR 950 para acessibilidade e atendimento dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.8 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.9 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação;

4.10 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, prioritariamente;

4.11 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.12 Garantir a ampliação da oferta da Educação de Jovens e Adultos - EJA, no turno diurno na perspectiva de Educação Inclusiva;

4.13 Orientar e acompanhar as famílias, através de ações intersetoriais voltadas aos esclarecimentos das dificuldades de aprendizagem do educando, em regime de colaboração com as secretarias municipais.

4.14 Garantir recursos financeiros para a oferta de cursos de formação continuada em Braille, libras, soroban, deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como, aquisição de outros materiais específicos da Educação especial;

4.15 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com

deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

Meta 05: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental

ESTRATÉGIAS:

5.1 Garantir a aquisição de equipamentos e materiais didáticos e pedagógicos através dos recursos do PDDE, salário educação, e recursos próprios;

5.2 Adequar o currículo do Ensino Fundamental às demandas das Lei 10.639/2003, 11.645/2008 em todas as Unidades de Ensino;

5.3 Garantir a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras;

5.4 Articular os processos pedagógicos da Educação Infantil com alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

5.5 Oferecer a todas as crianças acompanhamento pedagógico supervisionado para garantir a aprendizagem;

5.6 Acompanhar,individualmente, as crianças com dificuldades de aprendizagem, do 1º ao 3º ano (final do ciclo de alfabetização) para garantir que todas sejam alfabetizadas;

5.7 Assegurar um quadro permanente, de professores efetivos, com perfil alfabetizador para assumirem e acompanharem os três primeiros anos da alfabetização na Rede Municipal de Ensino;

5.8 Implantar um sistema de avaliação (inicial, processual e final) diagnóstica supervisionada, para analisar e efetivar medidas de intervenção que assegurem a alfabetização nos anos iniciais;

Meta 06: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) educação básica

ESTRATÉGIAS:

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6.2 Construir, em regime de colaboração, escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3 Articular a escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças e parques;

6.4 Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa municipal de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.5 Atender às escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

6.6 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento

educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

6.7 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais;

6.8 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

Meta 07: Formatar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais do IDEB.

ESTRATÉGIAS:

7.1 Avaliar, anualmente, durante toda vigência deste plano, os profissionais que atuam na Educação, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade e infraestrutura física dos estabelecimentos (públicos e privados) para intervenção e acompanhamento.

7.2 Definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política municipal de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

7.4 Assegurar que no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável; E no último ano de vigência deste PME, todos os

estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.5 Assegurar processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.6 Socializar, e efetivar o acompanhamento do Plano de Ações Articuladas – PAR, semestralmente, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e as estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e a melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.8 Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores.

7.9 Executar o Plano de Ação Articulada – PAR e o Plano Plurianual – PPA em consonância com o Plano Municipal de Educação - PME, tendo em vista as metas e estratégias estabelecidas para a educação básica pública;

7.10 Assegurar a efetiva utilização dos instrumentos de avaliação para Educação Infantil e Ensino Fundamental, que servirão como parâmetro ao (re)planejamento das ações educacionais, visando a aprendizagem do aluno.

Meta 08: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove), de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo

no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.

ESTRATÉGIAS:

8.1 Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

8.2 Possibilitar a diversificação curricular, a formação à preparação para o mundo do trabalho, a interelação entre teoria e prática, integrando os eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura, de modo a adequar ao tempo e à organização do espaço pedagógico da escola;

8.3 Assegurar programas de Educação de Jovens e Adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.4 Adequar o currículo da Educação de Jovens e Adultos às especificidades da modalidade, às demandas da Lei 10.639/2003, 11.645/2008 e as questões de gênero em todas as Unidades de Ensino;

8.5 Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, a busca escolar ativa, assegurando o acompanhamento e monitoramento de acesso e permanência na escola, bem como identificar causas de afastamentos e baixa frequência, estabelecendo em regime de colaboração, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses alunos no sistema público regular de ensino;

8.6 Garantir o uso de tecnologias educacionais e práticas pedagógicas, que assegurem a alfabetização e a aprendizagem.

8.7 Garantir a ampliação da oferta da Educação de Jovens e Adultos - EJA, no turno diurno, de acordo com a demanda e/ou como estratégia de correção de fluxo;

Meta 09: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional

ESTRATÉGIAS:

9.1.Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2.Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.3.Realizar chamadas públicas regulares para Educação de Jovens e Adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.4 .Executar ações de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico em articulação com a área da saúde;

9.5. Coletar dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação da política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica, ampliando o acompanhamento, avaliação e fiscalização dos recursos destinados para este fim;

9.6 Assegurar nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos propostas metodológicas diversificadas que garantam a permanência e sucesso dos alunos;

9.7 Garantir a participação de jovens, adultos e idosos nos Conselhos Escolares;

9.8 Assegurar a oferta da Educação de Jovens e Adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores, até o final do 5º ano deste PME.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas da educação de jovens adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS:

10.1. Garantir A educação de Jovens e Adultos, voltado à conclusão do ensino fundamental de forma integrada à formação profissional inicial e continuada para estimular a conclusão da educação básica, através do PROEJA fundamental e de parcerias com o governo federal;

10.2. Promover ações contínuas de orientação profissional, estágio e primeiro emprego aos munícipes, articuladas com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Posto de Atendimento ao Trabalhador (Agência do Trabalho), sociedade civil organizada e outras organizações não governamentais;

10.3. Articular junto aos órgãos (SESI, SENAI, INSTITUTOS FEDERAIS, CEEPS...) a oferta da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial;

10.4. Articular ações com os poderes públicos - federal, estadual, instituições privadas e demais segmentos da sociedade civil para instituição da política de

Educação Profissional, acompanhando os avanços tecnológicos, culturais, ambientais e produtivos do mundo do trabalho;

10.5 Integrar a Educação de Jovens e Adultos com a educação profissional em cursos planejados,de acordo com as características do público da Educação de Jovens e Adultos, considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação à distânci;

10.6 Assegurar a oferta da Educação de Jovens e Adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, articulada à educação profissional, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores, até o final do 5º ano deste PME;

Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público

ESTRATÉGIAS:

11.1. Intensificar o processo de integração da educação básica à educação profissional, bem como contribuir para o bom desenvolvimento dos cursos nas formas integrada, concomitante e subsequente;

11.2. Apoiar e divulgar as ações que visam à Educação Profissional Técnica de nível médio, por meio de parcerias com os seguintes programas: PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), instituído pelo MEC; FIES (Programa de Financiamento Estudantil- técnico), instituído pelo Governo Federal; e também do Instituto Federal de Educação – Ifs;

11.3. Ofertar a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na modalidade de Educação à Distância, com a finalidade de ampliar e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita, por intermédio do sistema Rede E-Tec, em regime de colaboração com a União;

11.4 Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como na Rede Estadual de Educação Profissional CEEP's, levando em consideração a responsabilidade territorial, atendendo também às populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas;

11.5. Criar políticas públicas municipais em parceria com os Governos Federal e Estadual e a Iniciativa Privada que permitam a realização do estágio dos alunos oriundos dos cursos profissionais;

11.6. Ampliar e diversificar a oferta de cursos profissionais garantindo sua estrutura e qualidade;

11.7. Garantir transporte escolar gratuito e de qualidade para todos os estudantes de Educação Profissional da Zona Urbana e do Campo em regime de colaboração com o Estado, incluindo comunidades que não são consideradas distritos, porém localizadas na Zona Rural;

11.8. Implementar, na proposta dos cursos profissionais, a aplicação das diretrizes curriculares para o ensino da História da África e Indígena em consonância com as Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50 % (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos 40 % (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

12.1. Garantir e ampliar a oferta de vagas por meio da expansão da rede federal - Instituto Federal da Bahia – IFBA de Educação Superior, contemplando a Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o Sistema

Universidade Aberta do Brasil, considerando a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características territoriais definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

12.2. Ampliar a oferta de vagas na Educação Superior pública e prioritariamente para a formação de professores da educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, bem como para atender o déficit de profissionais em áreas especificas.

12.3. Divulgar no sistema de ensino médio os cursos oferecidos pelas instituições federais e estaduais, bem como as diversas formas de ingresso ao ensino superior tais como: SISU, PROUNI e FIES.

12.4. Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigida aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do fundo de financiamento estudantil – FIES, de que trata a Lei nº 10.260/2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnicos- raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos de escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoias o seu sucesso acadêmico.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores;

ESTRATÉGIAS:

13.1. Promover a melhoria da qualidade dos cursos de Pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumentos próprios de avaliação aprovados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação superior – CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos as aquisições das qualificações

necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico raciais, diversidade e necessidades das pessoas com deficiência;

13.2. Estabelecer políticas de comunicação das ações internas e externas das Instituições de Ensino Superior - IES, potencializando meios e formas de socializar os saberes e fazeres produzidos nas ações de pesquisa, ensino e extensão dos professores, mestres e doutores;

13.3 Implantar o curso de Pedagogia da Terra para atender a demanda das populações do campo.

Meta 14 – Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu,* de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

ESTRATÉGIAS:

14.1. Expandir a oferta de cursos de pós graduação *stricto sensu*, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação à distância.

14.2. Implantar programas, em regime de colaboração com o Estado e a União, que ampliem a oferta de vagas nos cursos de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) e formação continuada, de forma gratuita;

14.3. Implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais pra favorecer o acesso das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas à programas de mestrado e doutorado;

14.4. Manter e expandir programas de acervo digital de referência bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo, de 1 (um) ano de vigência PNE, política profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394. de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam específica formação de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS:

15.1 Criar um banco de dados referente a necessidade de formação de professores por nível de ensino, etapas e modalidades da Educação, até o fim do primeiro ano de vigência deste PME, monitorando e usando estes dados como instrumento para formação continuada;

15.2 Assegurar que as questões de diversidade cultural-religiosa, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, do Estatuto da Criança e do Adolescente e Direitos Humanos sejam tratadas como temática nos currículos de formação continuada de professores;

15.3 Instituir programa de formação e acompanhamento ao professor iniciante, supervisionado por profissional do magistério com experiência, a fim de garantir os objetivos voltados ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos;

15.4 Propiciar aos profissionais da educação básica espaço físico apropriado com salas de estudo, recursos didáticos apropriados, biblioteca e acompanhamento profissional para apoio sistemático da prática educativa;

15.5 Implementar programas específicos de formação dos profissionais da educação para a educação especial inclusiva.

15.6 Fomentar a oferta, de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior, destinados à formação inicial, nas diversas áreas de atuação, dos trabalhadores em educação não docentes.

15.7 Criar condições de acesso ao nível superior para os professores e professoras da Rede Municipal de Ensino que ainda não obtiveram conclusão

no Ensino Superior no prazo máximo de um ano da aprovação deste PME, de acordo com a Legislação Vigente;

15.8 Garantir a formação continuada em serviço, específica sobre História Afro-Brasileira e Indígena dos profissionais da educação, professores que atuam em todas as áreas de conhecimento.

Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino

ESTRATÉGIAS:

16.1 Promover a divulgação e incentivo junto aos profissionais da educação básica de informações sobre os cursos de Pós-Graduação;

16.2 Fortalecer o estímulo à participação dos docentes e profissionais da educação básica, nos cursos de graduação e pós-graduação, aumentando assim, o número de servidores graduados e/ou pós-graduados, dando condições de acesso e permanência.

Meta 17: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos

(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

ESTRATÉGIAS:

17.1 Capacitar 100% dos profissionais do setor administrativo até 2018;

17.2- Garantir o cumprimento do índice do piso Nacional a todos os profissionais do magistério.

Meta 18: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de Planos de Carreiras para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos (as) profissionais da educação básica, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definindo em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS

18.1 Cumprir o Plano de Carreira, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica e do Magistério do Sistema Municipal de Ensino nas formas legais.

18.2 Garantir ao profissional da educação, licença com vencimentos para a sua qualificação profissional em cursos *stricto ou lato sensu*, em conformidade com o disposto no Plano de Carreira do Magistério;

18.3 Garantir reajuste salarial anual dosprofissionais da educação não docentes em cumprimento ao inciso X do artigo 37 da Constituição Federal;

18.4 Criar, num prazo de um ano, dentro da estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação, uma equipe de profissionais especialistas da própria rede municipal, visando à formação dos professores em encontros pedagógicos ao longo do ano, como política interna de formação continuada.

18.5 Garantir que provimento de cargo público em educação somente ocorra por meio de concurso público de provas e títulos obedecendo a critérios estabelecidos na LBD 9394/1996;

18.6 Garantir carga horária dos professores destinada a reserva técnica conforme disposto na Lei do Piso Nacional;
18.7 Garantir, no prazo de dois anos, a todos os professores efetivos e concursados de todos os níveis e modalidades de ensino, licenciatura plena em instituições qualificadas;

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito, desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS:

19.1 Promover formação continuada a todos os gestores escolares, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, levando em consideração aspectos da legislação da administração pública, das relações interpessoais, no financiamento da educação e do regime de colaboração entre a União, os Estados e dos Municípios;

19.2 Capacitar 100% dos gestores até 2017;

19.3 Revisar as leis de criação dos Conselhos Escolares visando garantir seufuncionamento autônomo.

19.4 Criar Lei, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, visando determinar a estrutura administrativa da Secretaria de Educação Municipal;

19.5 Realizar, anualmente, avaliações institucionais no âmbito das escolas, de forma democrática visando à identificação acerca do cumprimento do projeto político-pedagógico da escola, a ser efetivada por uma comissão de avaliação instituída pela secretaria de educação e CME;

19.6 Fomentar o acesso às informações dos recursos da educação municipal à sociedade, através do Fórum Municipal de Educação, de acordo com o princípio da transparência da administração pública;

19.7 Garantir o monitoramento e condições adequadas a gestão das unidades escolares da educação básica publica,de forma a assegurar o cumprimento das metas propostas neste plano;

19.8 Estimular, em todas as redes de educação básica pública , a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.9 Constituir conselhos escolares e estimular a atuação nos conselhos municipais, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.10 Garantir a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando-lhes participação no processo de avaliação institucional;

19.11 Garantir e fortalecer a gestão escolar democrática com a participação dos profissionais da educação, comunidade local e escolar no diagnóstico da escola, plano de aplicação dos recursos financeiros recebidos e a prestação de contas dos mesmos;

19.12 Instituir a eleição direta para o cargo de gestor das escolas públicas do Sistema Municipal de Ensino, promovendo as condições para a efetiva participação das comunidades local e escolares;

19.13 Criar Comissão formada por técnicos da SEDUC, representantes do Conselho Municipal de Educação e da APPI/APLB para elaboração de critérios técnicos que fundamentem o Decreto que normatize a eleição e a profissionalização dos gestores escolares;

19.14Reativar o Fórum Municipal de Educação com representação paritária, de caráter consultivo e deliberativo para tomada de decisões a respeito da educação básica, contribuindo sobremaneira para seu fortalecimento e o controle social, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução do PNE, do PEE e do PME, assegurando condições de funcionamento;

19.15 Garantir a gestão democrática nos Conselhos Escolares, com transparência dos recursos financeiros administrados para toda a comunidade escolar;

19.16 Garantir às escolas de forma equitativa pessoal administrativo, pedagógico e operacional, capacitando-os para colaborar com uma gestão eficiente e democrática, favorecendo um atendimento de qualidade a toda a comunidade escolar;

19.17 Garantir mecanismo de efetivo funcionamento do conselho municipal de educação, com autonomia, pedagógica, administrativa e financeira, respeitando-se as suas deliberações,como órgão normativo do sistema municipal de ensino;

19.18Assegurar que todos os mecanismo de gestão democrática, previstos nas leis nacionais e municipais, sejam respeitados no âmbito do sistema municipal de ensino, de forma a assegurar a participação ampla da comunidade escolar e dos órgão de controle social nas decisões educacionais.

Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, a patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do país no 5ª (quinto)ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10ª (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS:

20.1 Realizar previsão orçamentária no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, visando à implementação de todas as metas e estratégias constantes neste plano,com a

supervisão do CACS/FUNDEB de acordo com o artigo 24 § 9º da Lei 11494/2007, a partir da sua vigência.

20.2 Implementar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, a Lei nº - 3.150/2004_ ver número da lei do pequeno caixa, liberação de recursos às unidades escolares, objetivando alocação de verbas de suprimento para a manutenção e desenvolvimento de ações da educação básica, levando em consideração número de alunos matriculados na unidade escolar.

20.3 Garantir os percentuaisorçamentários a todos os Conselhos que fazem parte do sistema municipal de ensino (Conselho Municipal de Educação 0,5%, Conselho da Alimentação Escolar 0.25% e Conselho do FUNDEB 0,25% a partir do primeiro ano de execução deste plano;

20.4 Complementar, mensalmente, a título de contrapartida municipal, por meio de recursos do Tesouro Municipal, os recursos transferidos pela União para o fornecimento de Alimentação Escolar, no valor de R$ 0,30 (trinta centavos de reais) de forma a atender às necessidades nutricionais do aluno;

20.5 Garantir que, até 2024, os recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondam a pelo menos, 30% da arrecadação municipal, sendo obrigatório o incremento gradual de 0,5%, ao ano, a partir do primeiro ano de execução deste plano;

20.6 Garantir, até o final do primeiro ano de vigência deste plano, a execução da Lei 3525/2011assegurando a gestão plena da educação;

20.7 Garantir, a partir do primeiro semestre da aprovação desta lei , a utilização de pelo menos 50% dos recursos do salário-educação para investimento na rede física, em aquisição de tecnologias de informação para as unidades escolares, formação continuada e material didático;

20.9 Implementar, em regime de colaboração com a União, o custo aluno qualidade CAQ como parâmetro de referência para o financiamento e qualidade de educação, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Meta 21: Assegurar Construção de Política Educacional local com ênfase na Educação do Campo, com identidade própria, amparado no Decreto nº7352/2010, Art. 2º capaz de garantir melhores condições Funcionais e Estruturais; no que diz respeito a especificidade dos sujeitos do campo posseiros, ribeirinhos, assentados, acampados, arrendatários, sitiante, pequenos proprietários, quilombola, faxinalenses, Indígenas, meeiros visando atender as demandas Administrativas, Pedagógicas, Sociais, Políticas educacionais democráticas para assegurar valores e uma nova sensibilidade - com os outros, com a terra, com o diálogo, respeito e justiça social entre mulheres e homens, entre raças, etnias e gerações com respeito à diversidade.

ESTRATÉGIAS:

21.1 Garantir em até 5 anos (2020), 100% da oferta de vagas na Educação Infantil mediante implantação de infraestrutura, e condições pedagógicas adequadas para esse atendimento;

21.2 Garantir a indissociabilidade dos Conceitos referenciais de cuidar e educar nesta etapa da educação básica do campo;

21.3 Garantir a universalização das vagas no Ensino Fundamental de nove anos, mediante implantação de infraestrutura e condições pedagógicas adequadas e em localização próxima às residências dos alunos;

21.4 Ampliar a oferta de Ensino Médio e Profissional em regime de colaboração com o Estado e a União, mediante expansão de escolas em comunidades rurais agregadoras de vizinhanças, seguindo-se os modelos de ensino regular e/ou o sistema de Alternância;

21.5 Garantir o acesso e a permanência da população do campo no Ensino Superior em regime de colaboração com o Estado e a União, levando em conta as condições objetivas de vida, trabalho, deslocamento;

21.6 Assegurar, em regime de colaboração com o Estado e a União, o programa nacional de formação inicial dos profissionais da educação do campo, que já se encontram em serviço, que ainda não tenham formação em nível superior;

21.7 Assegurar a oferta de formação continuada (Educação do Campo, indigéna, quilombola, comunidades tradicionais e de Jovens e Adultos), bem como o estímulo à participação, criando-se as condições necessárias de afastamento do serviço a todos os profissionais da educação do campo;

21.9 Garantir vagas, no concurso público, específicas para educação do campo;

21.10 Garantir a expansão e instalação de escolas do campo no espaço geográfico do próprio campo, de modo a coibir o transporte de alunos da educação básica do campo para a cidade e que o transporte escolar intra campo não ultrapasse duas horas considerando o trajeto de ida e de volta;

21.11 . Assegurar por meio de programas especiais à produção, reprodução e aquisição de materiais didáticos e pedagógicos apropriados à educação do campo, que levem em conta, além das qualidades universalmente consagradas, as características do contexto em que a escola ou conjunto de escolas está inserida;

21.12 Garantir alteração do plano de cargos e salários para assegurar uma gratificação de estímulo específica para os profissionais que atuam no campo;

21.13 Fortalecer a participação dos movimentos sociais para definição dos componentes estruturantes das políticas educacionais, respeitado o direito à educação escolar, nos termos da legislação vigente;

21.14 Assegurar, a cada 2 anos, a avaliação institucional das unidades escolares do Campo e dos seus impactos sobre a qualidade da vida individual e coletiva nas comunidades onde a instituição está inserida;

21.15 Promover curso de formação para os gestores do campo sobre a legislação e a literatura relativas à educação do campo;

21.16 Garantir energia elétrica e água potável em todas as Unidades escolares;

21.17 Garantir condições de acesso/qualidade das estradas/ transporte escolar;

21.18 Estabelecer diálogo com os profissionais do campo para discutir as necessidades do calendário escolar específico para o campo;

21.19 Assegurar, em regime de colaboração com o Estado e a União, a inclusão digital nas escolas do campo, inclusive com acesso à banda larga;

21.20 Criar mecanismo de regularidade de transporte escolar do campo;

21.21 Assegurar o acesso e permanência dos profissionais que atuam no campo de forma condigna;

21.22 Garantir em regime de colaboração com o Estado a educação infantil indígena com base na Resolução CNE/CEB nº05/22/06/2012;

21.23 Desenvolver programas de ensino e pesquisa para oferta de educação escolar indígena específica, diferenciada, intercultural, bilingüe e de qualidade, a todos os povos indígenas que habitam no Município de Ilhéus;

21.24 Fortalecer e reafirmar as memórias históricas, as identidades étnicas, com valorização das línguas, artes, ciências e tecnologias;

21.25 Garantir acesso às informações e conhecimentos técnico-científicos, indígenas e não-indígenas;

21.26 Fortalecer e garantir a consolidação, o aperfeiçoamento e o reconhecimento de experiências em Educação Escolar Indígena, quilombolas, que venham respeitar os modos de vida, visões de mundo e as situações sociolinguísticas específicas;

21.27 Ampliar a demanda de 25 ônibus, 01 lancha, 3000 bicicletas Caminho da Escola, 01 veículo tracionado para atender a comunidade escolar do Campo;

21.28 Assegurar formação continuada e capacitação específica para condutores e monitores dos transportes escolares;

21.29 Garantir a estrutura necessária para a acomodação da frota do Município para os transportes escolares;

21.30 Assegurar concurso público para condutores monitores do Transporte Escolar que atenda a demanda da educação do campo;

21.31 Assegurar a participação e decisão de cada comunidade na definição do modelo de organização, gestão e funcionamento da escola;

21.32 Assegurar a Lei 12.960, de 27 de março de 2014, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no que diz respeito ao fechamento das escolas do Campo.

21.33 Desenvolver suas atividades, em conformidade com as proposições dos seus respectivos projetos político- pedagógicos e regimentos escolares adequados a legislação e a realidade do campo;

21.34 Assegurar no Município que o processo de gestão escolar indígena seja efetivado pelos próprios professores indígenas.

21.35 Implantar, em até quatro anos, cursos de educação profissional que visem à autossustentação e ao uso da terra de forma equilibrada, considerando a Agenda 21, Rio mais 20 e os projetos socioculturais e econômicos de cada povo indígena e ou quilombola;

21.36 Garantir a construção de escolas obedecendo o padrão determinado pelo Parecer CNE/CEB nº08/2010, a Resolução CME/ Ilhéus nº02/2013 e os aspectos culturais da etnia Tupinambá;

21.37 Criar comissão com representantes dos sujeitos do campo em 2016, em órgãos públicos, para articulação de setores responsáveis pela questão da diversidade;

21.38 Promover, junto à sociedade Ilheense, a divulgação de informações sobre povos indígenas, quilombolas, assentados e acampados na Reforma Agrária;

21.39 Possibilitar, em regime de colaboração com o Estado, no prazo de cinco anos, a capacitação de professores indígenas e quilombolas, promovendo especialização em educação especial, com vistas ao atendimento a alunos portadores de deficiências física e mental;

21.40 Incentivar em regime de colaboração com a União, Estado e Iniciativa Privada projetos de ensino, pesquisa e ação desenvolvidos nas escolas, a exemplo: pesquisa e cultivo de ervas medicinais, horticultura, cultura material e imaterial, reflorestamento, recursos hídricos, etc.;

21.41 Estabelecer parceria com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, com base no Art. 60 do ECA, fortalecendo a rede garantias de direito, atendendo a realidade de cada povo indígena, quilombola e assentados.

21.42 Garantir, em regime de colaboração com o Estado, o transporte escolar para os povos indígenas, quilombolas e assentados;

21.43 Criar mecanismos para promover articulação interinstitucional visando otimizar projetos desenvolvidos para diversidade 1 (um) ano,

21.44 Construir a partir primeiro ano de vigência do PME no prazo de dois em dois anos creches que atendam a comunidade Indígena Tupinambá de Olivença para assistir crianças de 0 a 5 anos de acordo com a demanda local conforme dados estatísticos oficiais;

21.45 Garantir transporte escolar para os educandos que estudam fora ou dentro da terra indígena. Criar mecanismos para promover articulação interinstitucional visando otimizar projetos desenvolvidos com os Povos Indígenas da Bahia, no prazo de 1 (um) ano;

21.46 Garantir transporte escolar para os educandos que estudam fora ou dentro da terra indígena;

21.47 Criar mecanismos para promover articulação interinstitucional visando otimizar projetos desenvolvidos com os Povos Indígenas da Bahia, no prazo de 1 (um) ano;

21.48 Garantir a partir de 2016, rubricas especificas nas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) para a Educação do Campo, inclusive os 2% previstos na Lei Orgânica para Educação Escolar indígena no Município de Ilhéus.

21.49 Assegurar, a partir de 2016, que as questões da diversidade cultural e raça/etnia sejam objeto de tratamento didático pedagógico e integrem a formação dos trabalhadores em educação e o currículo escolar. Conforme Art.19 da Constituição Federal de 1988;

21.50 Assegurar, a partir de 2016, em regime de colaboração com o Estado e a União que políticas públicas e sociais, programas e projetos de promoção da cidadania cheguem aos espaços do campo;

21.51 Realizar, a partir de 2016, a busca ativa para todas as modalidades de Educação que envolvam as populações do campo em parceria com a Assistência Social, a Saúde, a Secretaria de Relações Institucionais e órgãos afins;

META 22 – Garantir condições de saúde e trabalho dos profissionais da educação básica, visando a diminuição dos riscos de adoecimento no local de trabalho, em no mínimo 50% até o quinto ano de vigência deste plano.

ESTRATÉGIAS:

22.1 Promover e ofertar programas de prevenção e tratamento de doenças físicas, mentais e emocionais características aos trabalhadores e profissionais da educação, por meio de ações intersetoriais de educação, saúde e desenvolvimento social;

22.2 Criar uma comissão permanente, com a participação do CME, CACS/FUNDEB, SEDUC e APPI/APLB para discussão do adoecimento do local de trabalho para organizar legislação específica para a OLT (Organização do Local de Trabalho) da educação, no prazo de seis meses da publicação deste PME;

22.3 Os estabelecimentos de ensino independente de serem privados ou públicos devem realizar exames médicos periódicos nos profissionais da educação seguindo a NR nº 7, junto ao Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT;

22.4 Eliminar demandas físicas desnecessárias no trabalho docente. A correção de trabalho deverá estar incorporadas à carga horária obrigatória;

22.5 Diminuir as demandas psicológicas: carga horária exaustiva, número excessivo de aluno por professor, espaço físico inadequado;

22.6 Assegurar acompanhamento e tratamento dos trabalhadores em educação com dependência química no centro de referência;

22.7 Implementar no Sistema de Ensino projetos arquitetônicos que considerem a relação de alunos x espaço físico, ventilação e condições adequadas de acústica;

22.8 Utilização de carteira e equipamentos que sigam parâmetros ergonômicos tanto para professores quanto para alunos;

22.9 Implantar fiscalização dos órgãos competentes para liberar licenças de funcionamentos das Escolas anualmente antes de iniciar o ano letivo (DRT, MPT, CREA, Vigilância Sanitária,Vigilância à Saúde do Trabalhador);

22.10 Incorporar equipamentos que possam evitar ou diminuir a sobrecarga de trabalho sobre determinados órgãos do corpo (ex: uso de microfone para exigir menos das cordas vocais);

22.11 Efetivar diálogo entre os órgãos responsáveis pela saúde, trabalho e educação e representantes dos trabalhadores de educação de modo a estruturar uma Política Municipal de Saúde do Trabalhador da Educação;

22.12 Promover ações que proporcionem mudança de cultura por parte dos trabalhadores da educação e gestores - Prevenir para não adoecer ao invés de adoecer para tratar;

22.13. Implantar, no prazo de 2 anos, pesquisa com a participação dos profissionais da educação para o mapeamento do local de trabalho, buscando identificar as condições e a organização do processo do trabalho que levam ao adoecimento físico e/ou psicológico.

DIAGNÓSTICOS

CONDIÇÕES DE SAÚDE E TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO E SAÚDE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O setor educacional no Brasil expandiu-se acentuadamente nos últimos anos, gerando crescimento acelerado do número de profissionais da educação que passaram a representar um amplo segmento da população economicamente ativa.

Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, os professores, em suas atividades devem: acompanhar a produção da área educacional e cultural; planejar o curso, a disciplina e o projeto pedagógico; avaliar o processo de ensino-aprendizagem; preparar aulas e participar de atividades institucionais. Porém, a maior carga-horária de trabalho deste profissional é dedicada a ministrar aulas teóricas e práticas em escolas da rede pública e privada (Brasil, 2002).

Tradicionalmente, a docência não tem sido uma profissão considerada de risco direto para a saúde, por não estar exposta a riscos eminentes. Provavelmente, por este motivo não existem muitos estudos sobre os problemas de saúde dos professores. Em estudo nos Estados Unidos, 27% dos educadores afirmaram ter padecido de problemas crônicos de saúde decorrentes do trabalho (OIT, 1981). Segundo a Organização Internacional do Trabalho, os professores e outros trabalhadores da educação podem estar expostos a diversos riscos físicos, químicos, biológicos ou de outros tipos. O ensino é uma atividade que pode ter um grau considerável de estresse, absenteísmo e esgotamento físico e mental (OIT, 2001).

Progressivamente, na literatura internacional aparecem diversos trabalhos que evidenciam o caráter estressante do trabalho docente e como esta situação pode trazer consequências para a saúde física e mental desta categoria (Esteve, 1995; Griffith et al., 1999; Cifuentes, 2000; Codo, 1999; Silvany-Neto et al., 2000; Wernick, 2000; Lapo & Bueno, 2002; Araújo et al., 2003 Porto et al. 2004; Reis et al., 2004; Noronha et al., 2008).

Entre as doenças mais frequentemente encontradas entre os docentes, pelas diversas pesquisas, destacam-se aquelas relacionadas à postura corporal, à saúde mental e à voz.

Estudos com base em dados sobre afastamento do trabalho têm apontado crescimento no número de afastamento por licenças médicas, neste grupo ocupacional, na década de 90, comparada às décadas anteriores. Esteve (1995), observou na Espanha, que as principais causas do número total de dias de afastamento eram as de origem traumatológica (distensão de tornozelo), otorrinolaringológica (laringites) e a psiquiátrica (depressões). No Brasil, um estudo realizado na rede municipal de ensino de Belo Horizonte, Minas Gerais, com base nos dados da Gerência de Saúde do Servidor e Perícia Médica, constatou-se que entre os servidores afastados entre 2001 e 2003, 84% eram professores; dentre as principais causas de afastamento destacaram-se, no período 2002-2003, os transtornos mentais e comportamentais (16,3%), doenças do aparelho respiratório (11,7%), doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (10,5%) e doenças do aparelho circulatório (4,4%). Situação similar foi observada no período 2001-2002 (Gasparini et al., 2005).

Em Salvador, Bahia, um estudo da demanda do Ambulatório, do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador, órgão da Secretaria da Saúde do Estado, no período de 1991 a 1995, registrou o atendimento de 76 docentes. Destes professores, 46 (60,5%) foram diagnosticados como portadores de doenças ocupacionais. As doenças encontradas foram: calos nas cordas vocais (41,3%), rino sinusite (34,8%), asma (13,0%), lesões por esforços repetitivos (6,5%), dermatose (2,2%), e varizes (2,2%) (CESAT, 1997, Porto et al., 2004).

Estudos realizados em populações de professores, de diferentes níveis de ensino, também têm evidenciado elevada prevalência de problemas de saúde. Numa amostra de 573 professores da rede particular de Salvador, 32,5% responderam afirmativamente a respeito de presença de problemas de saúde

ocorridos nos últimos 15 dias antes da entrevista. As queixas mais frequentes foram: uso contínuo da voz; dor nas costas e pernas como consequência da postura corporal mantida durante as atividades; e no âmbito psicoemocional, referiram cansaço mental e nervosismo. Cerca de 12% dos professores referiram calos nas cordas vocais (Silvany-Neto et al., 2000).

Os estudos revelam ainda que os problemas de saúde entre os profissionais da educação têm apresentado tendência ascendente nos últimos anos, o que vem produzindo elevação significativa da prevalência de algumas doenças, especialmente no que se refere às alterações vocais e transtornos psíquicos (Araújo et al., 2003).

A situação da saúde dos profissionais da educação demanda atenção urgente dos órgãos competentes. Para que a intervenção seja eficaz é necessário que se estabeleça o perfil detalhado das doenças e queixas de doença mais frequentes na categoria docente, avaliando-se as condições e fatores que podem estar associados aos problemas de saúde observados. Este, sem dúvida, é o primeiro passo necessário para a promoção e melhoria da qualidade de vida no trabalho.

Em Ilhéus, quando da elaboração do Plano Municipal De Saúde, 2010 -2013 (pág. 11), a equipe técnica da Vigilância à Saúde do Trabalhador, da Secretaria do municipal de Saúde, no diagnóstico do Município registrou: “No que se refere à Saúde do trabalhador, na área de saúde, há uma exposição acentuada por material biológico. Na área de educação, muitas escolas com processo de trabalhos desorganizados que propicia o adoecimento dos professores”.

O estudo da folha de pagamento da educação realizada pelo CACS/FUNDEB, no município de Ilhéus, identificou cerca de 100 trabalhadores em educação em desvio de função, com laudo médico de nexo causal do adoecimento com o ambiente de trabalho. Da mesma forma verifica-se um número elevado de trabalhadores em educação afastados pelo INSS com emissão de CAT (comunicação de acidente de trabalho) com doenças relacionadas ao processo de produção a que estão submetidos os trabalhadores. Além desses dados, há registro de queixas de trabalhadores que estão em efetivo exercício, com diagnósticos similares aos trabalhadores que já estão afastados e/ou em desvio de função.

A meta 22 com suas estratégias representa um esforço inicial na elaboração de sugestões voltadas para mudanças no ambiente de trabalho, buscando enfrentar as causas do adoecimento no local de trabalho para criar políticas preventivas e reduzir os fatores de risco.

ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

A qualidade da educação no Brasil tem sido alvo de questionamentos há décadas. O produto apresentado pelas avaliações em larga escala desde o ano de 2005 revelam retrocessos e até mesmo estagnação da aprendizagem no processo de alfabetização em todo o território brasileiro.

O baixo desempenho de aprendizagem dos alunos que se encontram nos últimos anos da Educação Básica e, até mesmo aqueles que ingressam no Ensino Superior tem sido uma constatação. Pesquisas realizadas pelos órgãos oficiais do Brasil apontam que a base de conhecimento que fragiliza todo o processo de aprendizagem encontra-se na não apreensão de saberes próprios do ciclo de alfabetização. Magda Soares confirma a problemática quando afirma que: “Fracasso na alfabetização significa fracasso nos anos seguintes de escolarização. É um fracasso cumulativo em que a criança vai cada vez mais enfrentando dificuldades”.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2011, revelam que a taxa de analfabetismo do ano de 2000 até 2010 correspondem a uma media de 18% da população matriculada nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. A alta taxa de analfabetismo, segundo o órgão, é ainda maior na região nordeste do Brasil. Na Bahia, este índice chegou a 34,4%, e demarca uma posição de terceiro lugar com o menor percentual da região, o que define a gravidade do problema da não

alfabetização no período em que os alunos deveriam já ter construído as habilidades de leitura, escrita e de cálculos matemáticos.

O desafio exige esforços coletivos, com soluções que ultrapassam os limites de um governo. No Brasil o desenvolvimento da Educação Básica é de responsabilidade institucional de estados e municípios. Em Ilhéus, o ciclo de alfabetização é desenvolvido pelas escolas da instância administrativa municipal, estadual e privada, abrangendo as escolas da sede e campo, possuindo apenas uma escola indígena, que se encontra atrelada à responsabilidade governamental do estado da Bahia.

As discussões oriundas dos dados do ano de 2013 e 2014, levantados junto aos sistemas digitais do Ministério de Educação, Secretaria de Educação do Município de Ilhéus, Secretaria da Educação do Estado da Bahia (CPqD) e outros sites especializados, revelam que os resultados coincidem com os apontados nos Sistemas de Avaliação do Brasil, seja o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE). Na perspectiva do ciclo de alfabetização no estado da Bahia é o AVALIE ALFA, a partir do ano de 2007, que tem levantado dados de desempenho entre os alunos do 2º ano, e a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, desde 2013, aplicada para os alunos do 3º Ano, último do ciclo de alfabetização. Ambas avaliam o desempenho dos estudantes nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

No município de Ilhéus, os dados das duas avaliações em larga escala, que foram aplicadas de 2011 a 2013, apresentam referências que definem um quadro de aprendizagem inferior à média nacional, mas muito próxima da proficiência geral do estado da Bahia. O produto destas avaliações define um perfil de proficiências de inicial a básico, o que significa que o ciclo de alfabetização demanda necessidades de maior investimento político, administrativo e pedagógico, para que haja avanços significativos de aprendizagem.

Os estudantes do 2º ano de Ilhéus, avaliados pelo AVALIE ALFA, neste período, teve seus resultados gerais revelados como sendo de desempenho proficiente com maiores percentuais entre básico (42,2%) e avançado (23,2%) (Figura 1).

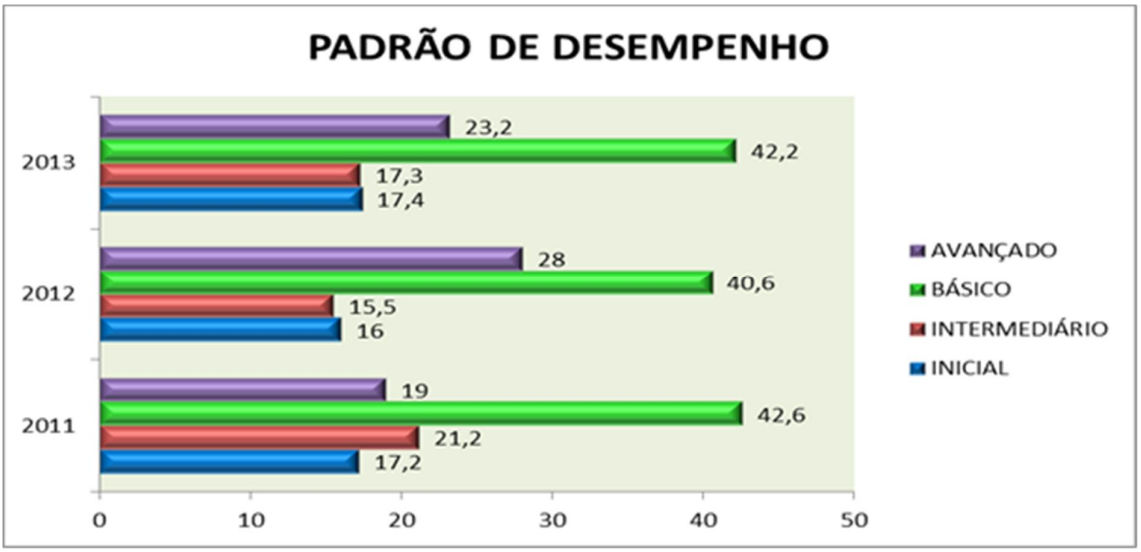


Figura 1 – Gráfico do Padrão de Desempenho dos alunos do 2º Ano no período de 2011 a 2013, segundo dados do AVALIE ALFA. In: PNAIC, Ilhéus, 2014.

Fonte: BA/SAEB, Sistema AVALIE ALFA. Boletim, 2013.

Especificando os resultados aos eixos dos componentes curriculares, os dados apontaram que a maior proficiência refere-se aos eixos de leitura e conhecimentos matemáticos; enquanto que a escrita pontua nível intermediário. Esta informação aponta os direcionamentos e, ou redirecionamentos necessários para formação dos profissionais e intervenções de gestão escolar.

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) corrobora com este perfil. Os dados de 2013 definiram um maior percentual em leitura, escrita e em matemática para Ilhéus no nível 1 de proficiência (Figura 2), o que significa que os alunos que encontravam-se no 3º Ano do Ensino Fundamental, portanto último período do ciclo de alfabetização, naquele ano, submetidos aos testes alcançaram o mínimo das habilidades estimadas para esta fase.

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO 2013

RESULTADOS GERAIS

DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM LEITURA				
Área	**NÍVEL 1**	**NÍVEL 2**	**NÍVEL 3**	**NÍVEL 4**
ILHÉUS	45,69%	33,02%	18,89%	2,41%
BAHIA	41,60%	36,04%	19,15%	3,22%

DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM ESCRITA				
Área	**NÍVEL 1**	**NÍVEL 2**	**NÍVEL 3**	**NÍVEL 4**
ILHÉUS	35,39%	28,02%	13,78%	14,09%
BAHIA	34,29%	25,16%	18,80%	13,65%
DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA				
Área	**NÍVEL 1**	**NÍVEL 2**	**NÍVEL 3**	**NÍVEL 4**
ILHÉUS	42.49%	38.60%	12.72%	6.19%
BAHIA	40.87%	37.24%	12.34%	9.55%

Figura 2 - Quadro de resultados gerais Ilhéus e Bahia da distribuição dos alunos por nível de proficiência em leitura, escrita e em matemática, 2013.

Fonte: INEP/ANA. Disponível em: portal.inep.gov.br/web/saeb/Ana. Em: 22.05.2015

O nível de aprendizagem dos alunos deste ciclo como aqueles que demonstram carência de aprendizagem do que é previsto para a sua etapa de escolaridade, ficando no quesito leitura abaixo do esperado, tanto no que diz respeito à compreensão do que é abordado, quanto na execução de tarefas e avaliações. No que diz respeito ao desempenho da escrita e aos conhecimentos primários de matemática, os dados revelam que o estudante demonstra ter aprendido o mínimo do que é proposto para o seu ano escolar, tendo iniciado um processo de sistematização e domínio das habilidades consideradas básicas e essenciais do ciclo, mas equivalentes as da fase inicial, correspondente ao 1º ano do Ensino Fundamental. Portanto, este desempenho é evidenciado na etapa final do ciclo, o que alavanca o problema e, justifica a alta taxa de reprovação e distorção idade-série nesta fase.

A taxa de evasão/abandono e a taxa de distorção série-idade é outro dado comprometedor da eficácia do processo ensino-aprendizagem destes estudantes que se encontram no ciclo de alfabetização de Ilhéus. Contudo, esta não é uma realidade homogênea, vez que na instância privada os dados diferem, apresentando um quadro de regularidade na frequência, faixa etária e habilidades construídas esperadas, segundo sinaliza os índices de aprovação,

reprovação e evasão constantes no Censo Escolar. Portanto, é necessária uma intervenção urgente e pontual, imprescindível para o avanço da aprendizagem das crianças matriculadas e com vida escolar na instância pública municipal e estadual.

As figuras gráficas a seguir demonstram esta realidade em números, revelando o rendimento escolar dos alunos do ciclo de alfabetização, a cada ano, a partir dos índices de aprovação, reprovação e evasão escolar, registrados no Censo Escolar do Município no período de 2011 a 2013. Na Figura 3 são apresentados os dados gerais do município nos três anos do ciclo.

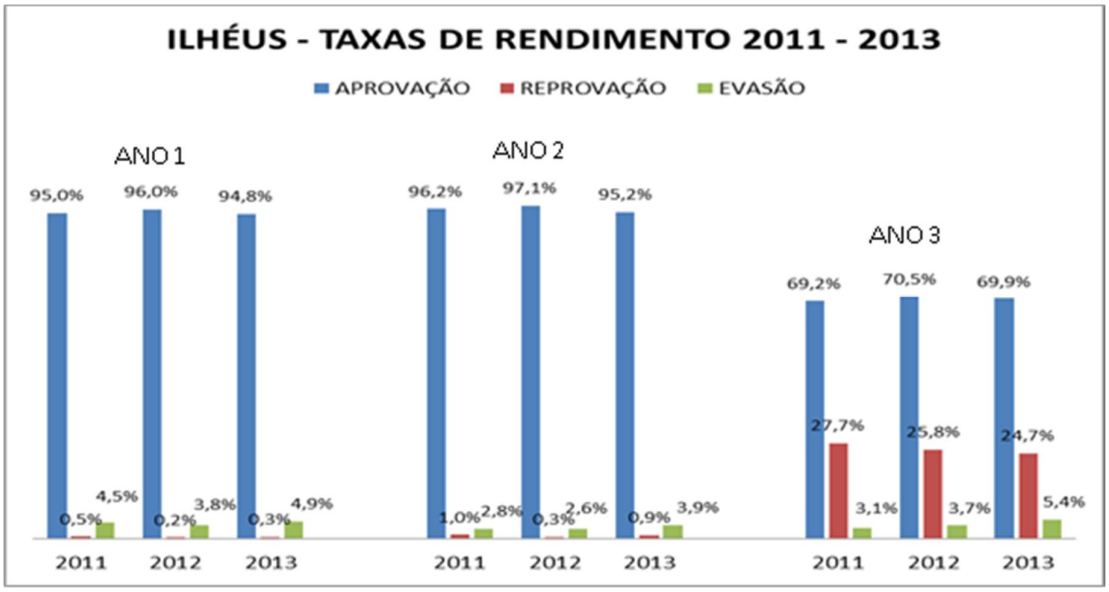


Figura 3 – Gráfico das taxas de rendimento escolar dos anos do ciclo de alfabetização de 2011 a 2013, segundo dados do INEP/ANA

Fonte: INEP/ANA. Disponível em: portal.inep.gov.br/web/saeb/Ana. Em: 22.05.2015

Observa-se que na trajetória de desempenho dos alunos de 2011 a 2013, no município de Ilhéus, englobando as redes estadual, municipal e privada, houve um crescimento nos índices da reprovação e da evasão escolar, consequentemente queda percentual no índice de aprovação dos alunos do ciclo de alfabetização.

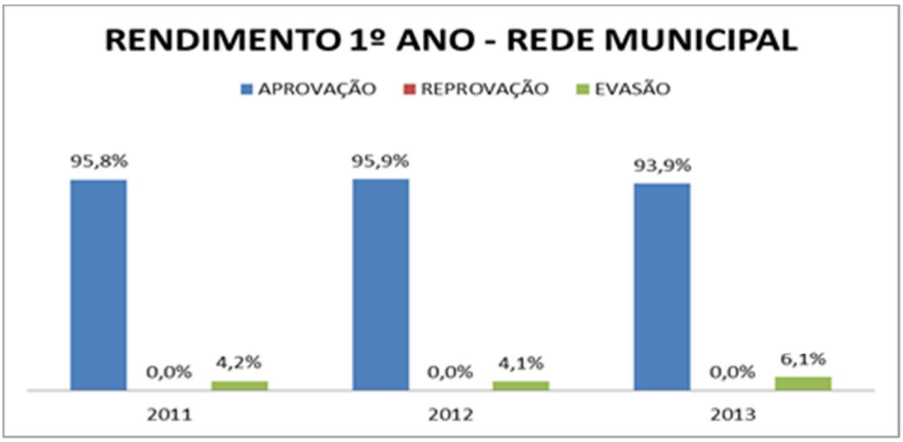
Os resultados aferidos nas avaliações em larga escala são confirmados pelo Censo Escolar, ao demonstrar que os índices de reprovação estão concentrados no último ano deste ciclo. Isso ocorre, principalmente entre os

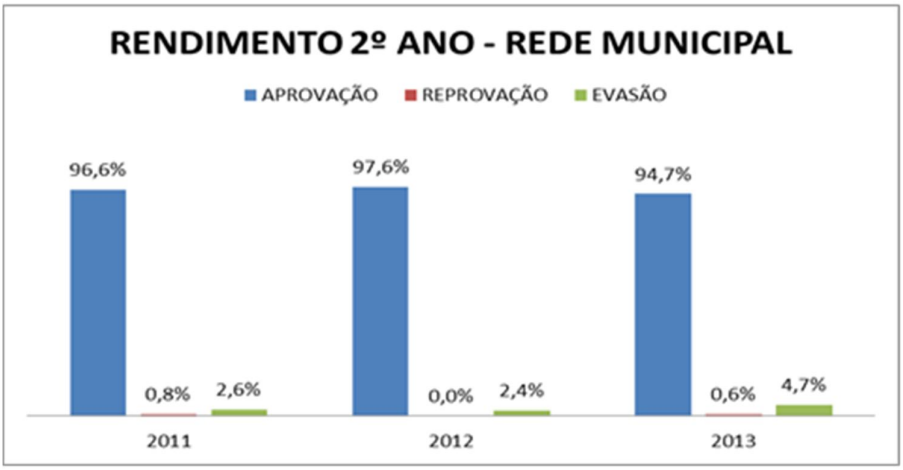
alunos da rede pública, sinalizando o atendimento a Resolução 07, de 14.12.2010, que institui o ciclo/bloco de alfabetização, e define ser somente permitido conservação de alunos ao ano final do ciclo/bloco. As taxas de reprovação observadas no resultado do município no 1º e 2º são oriundos da rede privada, cuja totalidade de escolas não tem ainda instituído o ciclo/bloco de alfabetização, demandando a necessidade de maior atuação do Conselho Municipal de Educação na divulgação, fiscalização e regulação do disposto na legislação.

Ao especificar a análise dos dados por instância, é possível identificar particularidades da cada rede e discutir o resultado com maior propriedade. A Figura 4 apresenta três gráficos das taxas de rendimentos de cada ano do ciclo de alfabetização do município de Ilhéus, demonstrando que a taxa de aprovação se mantém alta nos três anos. A taxa de reprovação tem concentração no 3º ano, com índice de 28,9%, atendendo ao que preconiza Resolução 07/2010 e a proposta do ciclo da rede de Ilhéus.

No entanto, é preciso considerar que o índice de reprovação ainda é alto, revelando que houve uma transferência de resultados para o último ano do ciclo, o que indica que a aprendizagem, como base nos indicadores/habilidades a serem construído no ciclo/bloco de alfabetização, não tem se consolidado. Contudo, no 2º Ano, há um percentual inferior a 1% de reprovação, devendo este ser proveniente do número de alunos que apresentaram frequência inferior a 75% (Setenta e cinco por cento).

Também pode ser observada na Figura 4, uma ascendência na taxa de evasão escolar nos três anos do ciclo, sendo maior no 1º ano e 3º ano. A taxa de evasão salta de 4,2% para 6,1% (Ano 1) e de 3,0 para também 6,1% (Ano 3), estando acima da média geral do Ensino Fundamental Brasil (2,7), mas abaixo da taxa geral do Estado (14,1), o que revela a contribuição do município para o quadro de repetência.





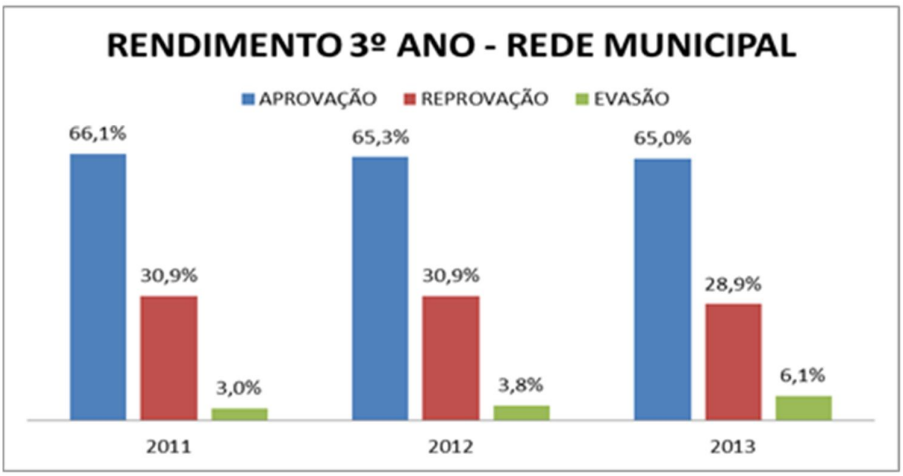


Figura 4 - Quadro de taxas de rendimento escolar da rede municipal, dos anos do ciclo de alfabetização de 2011 a 2013, segundo dados do INEP/ANA

Fonte: INEP/ANA. Disponível em: portal.inep.gov.br/web/saeb/Ana. Em: 22.05.2015

Tal evidência aponta para alguns fatores: 1) que o processo ensino-aprendizagem apresenta fragmentação de sequenciação metodológica, não tendo garantido a efetividade dos direitos de aprendizagem e, portanto demonstra falta de compreensão da proposta do ciclo, no sentido de não entendimento do conceito e prática da progressão; 2) há uma não atenção aos dados e resultados das avaliações, tanto as avaliações em larga escala, quanto as avaliações internas das escolas, como ponto de partida para um planejamento estratégico, em que ações planejadas e as potencialmente pensadas e sistematizadas, sejam efetivadas nos espaços da escola; 3) a ineficácia do acompanhamento da aprendizagem no processo, que não tem garantido efetividade do planejamento e da avaliação contínua e formativa, numa perspectiva diagnóstica, mediadora, emancipatória e propositiva ao longo do ano, entre uma fase e outra, nas diferentes etapas de cada ano, a cada trimestre, com base nos direitos de aprendizagem e nos resultados das avaliações.

Ainda, é possível citar: 4) Desarticulação da tomada de decisão da gestão municipal, gestão escolar e da gestão em sala de aula, a partir dos resultados das avaliações; 5) o não fortalecimento dos Conselhos Escolares no tocante a mobilização social e participação democrática dos representantes da comunidade escolar e local, da cooperação dos entes federados; 6) a falta de avaliação de desempenho profissional (equipe escolar), tomando como base os resultados da aprendizagem dos respectivos alunos; 7) rotatividade de professores, em decorrência das mudanças originadas por serem servidores contratados; 8) entre outros que impactam diretamente na não efetivação e alcance do processo de “alfabetização na idade certa”, entendendo aqui como sendo necessário o alcance dos direitos de aprendizagem para cada idade, a cada ano ter garantido a sua Aprendizagem.

Esforços e planos estratégicos de ênfase ao campo das políticas públicas têm sido empreendidos e efetivados em todo o território brasileiro. Em Ilhéus, com a adesão ao Pacto pela Educação do estado da Bahia, já em 2011, foram desencadeadas expectativas de melhoria do processo ensino-aprendizagem e, por sua vez, melhoria de resultados.

A proposta alfabetizar-letrando, inicialmente com estudos e práticas em Língua Portuguesa, foi implantada nas escolas públicas da rede municipal em 2012,

não sendo disponibilizada para a escola indígena do município, diferindo de escolas indígenas de outros municípios do próprio Estado. O propósito buscou alcançar, a princípio, a formação dos professores-alfabetizadores do ano 1 e, posteriormente também o ano 2, por iniciativa e reivindicação do município. Em 2013, Ilhéus adere ao Plano Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e a partir desta data o programa de formação abrange os três anos do ciclo de alfabetização.

Os resultados de aprendizagem derivados desta intervenção dos programas Pacto/BA (2012) e PNAIC (2013), ainda não foram possíveis de serem aferidos, vez que os alunos do 1º ano, cujos professores receberam formação e tiveram sua prática pedagógica assessorada, não se encontravam no último ano do ciclo, portanto alunos do 3º ano deste período não foram avaliados pela ANA de 2013. Mas, os alunos que se encontravam no 2º ano em 2013 participaram da avaliação da SABE (AVALIE ALFA) e tem dados páreos aos anos de 2011 e 2012, conforme já discutido anteriormente.

A Figura 5 apresenta os dados estatísticos da rede pública estadual no período de 2011 a 2013. Em Ilhéus, estes dados são referente aos resultados da Escola Indígena, única estadual que ainda atende ao ciclo de alfabetização. De modo geral, é possível visualizar uma grande variação nos dados apresentados, com destaque para os índices de evasão. No 1º ano, houve um crescimento progressivo dos índices de aprovação que passaram de 63,3% em 2010 para 98,5% em 2013, ao passo que se registra uma queda significativa nos índices de evasão que saíram de 36,7% em 2010 para 1,5% em 2013.

Neste ano, não há registros de reprovação. No 2º ano, percebemos uma oscilação maior nos índices de aprovação que variam de 74,4% em 2010, para 68,1% em 2011, voltando a crescer em 2013, apresentando um índice de 90,9% em 2013. Os índices de reprovação só aparecem em 2012, possivelmente, os 2,9% registrados são oriundos do resultado de alunos com frequência anual inferior a 75%, vez que a escola indígena está organizada em série, mas, atende à normativa da Resolução nº 7 de 14/12/2010 que estabelece o ciclo/Bloco de Alfabetização (FIGURA 5).

Os dados de evasão registrados em 2013 (FIGURA 5), no 2º ano ainda é bastante alto, 9,1%, no entanto, vem registrando uma queda no decorrer dos anos, sinalizando um decréscimo maior que 15 pontos percentuais. No 3º ano,

os índices de aprovação são menores, registrando uma média de 70,4% nos três anos observados. Neste último ano do ciclo/bloco de alfabetização, observamos ainda um crescimento dos índices de reprovação, que saí de 0% em 2010 para 3,8% em 2011 e chega ao patamar de 21,8% em 2013. Também são preocupantes os índices de evasão que, apesar de sinalizarem um decréscimo, ainda são elevados, registrando um percentual bem maior que 10% nos três anos observados.

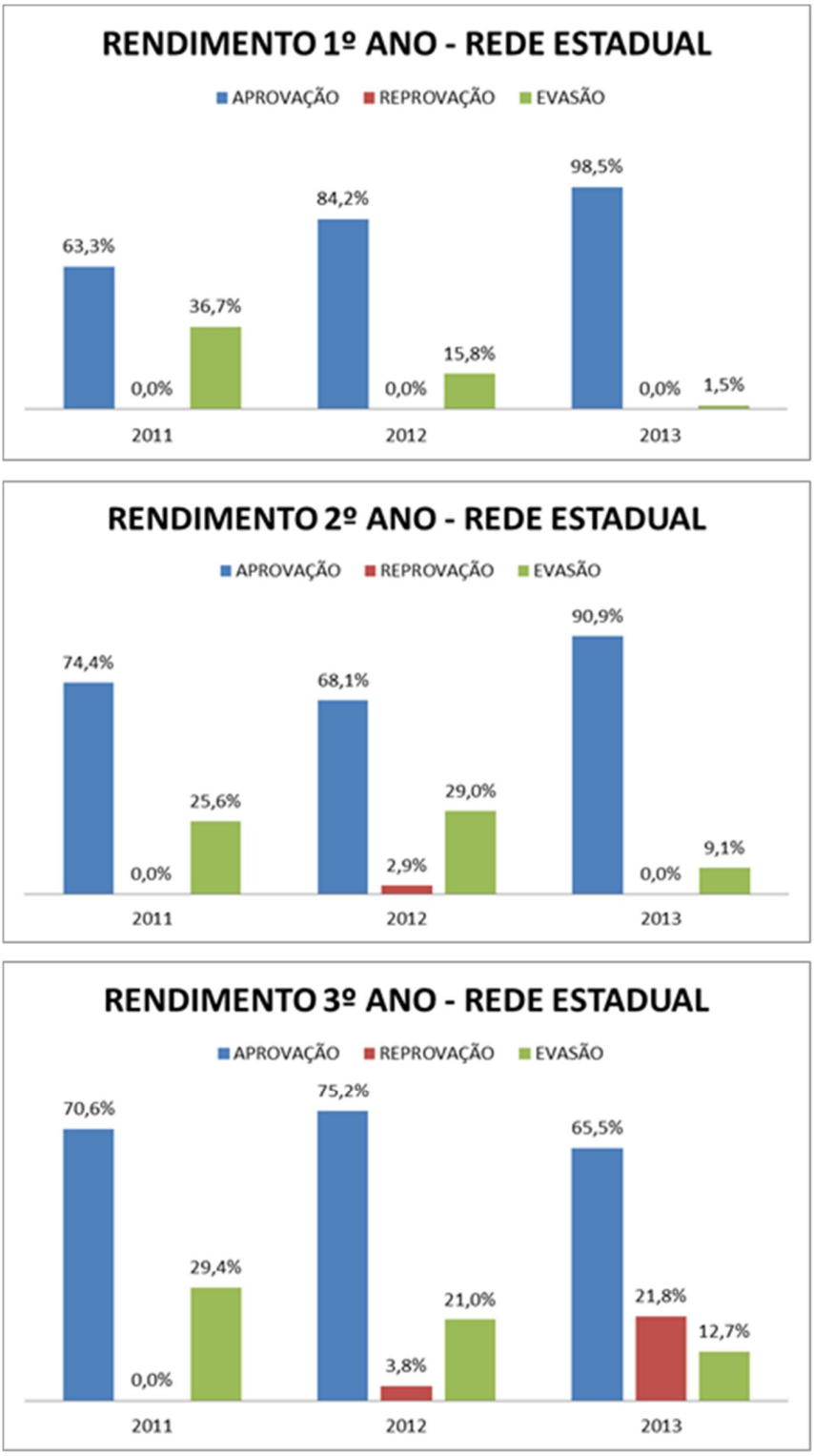


Figura 5 - Quadro de taxas de rendimento escolar da rede estadual, escola indígena, dos anos do ciclo de alfabetização de 2011 a 2013, segundo dados do INEP/ANA

Fonte: INEP/ANA. Disponível em: portal.inep.gov.br/web/saeb/Ana. Em: 22.05.2015

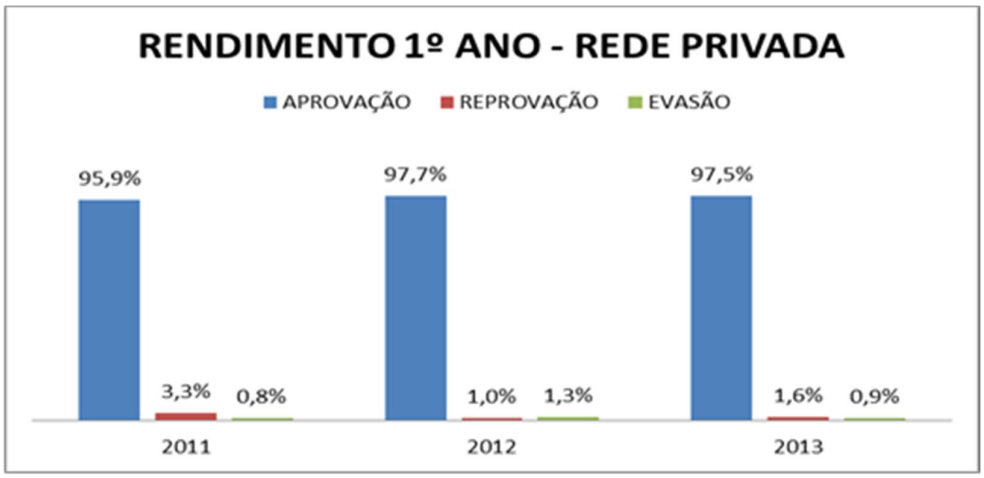
No contexto da esfera pública estadual é importante pontuar que a escola indígena está situada numa região de conflito à espera de uma definição judicial. Apesar de pertencerem à esfera estadual, a Escola Indígena de Ilhéus não participa do movimento de formação dos professores que atuam no ciclo/bloco de alfabetização, desencadeado pela pactuação com o Governo de Estado e o Governo Federal que trouxeram para o cenário educacional do município o Pacto Bahia e o PNAIC, programas que visam assegurar a alfabetização das crianças até os oito anos de idade, conforme explicado anteriormente.

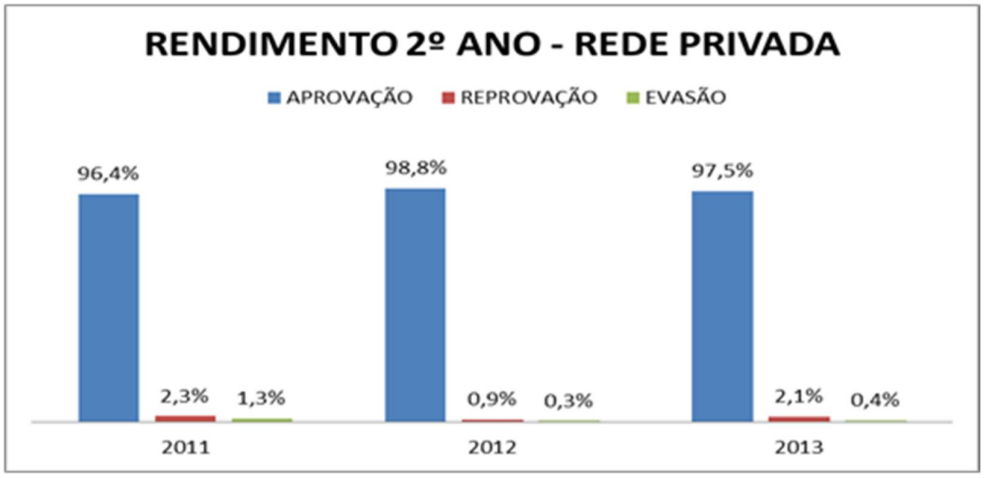
Apesar de disporem de materiais didáticos próprios para a comunidade, os indígenas não dispunham de um material específico para o trabalho no ciclo/bloco de alfabetização. Também tem dificuldade com os alunos de inclusão, pois não dispunham de sala de recursos multifuncionais na escola, nem professores especializados que atendam a demanda deste público – alvo, precisando encaminhar para uma escola que dista mais de 36km da unidade escolar.

Outros problemas vivenciados são: a grande rotatividade de professores; emigração em decorrências dos conflitos de ocupação de terras e reintegração de posses; difícil acesso de estradas; baixa qualificação dos profissionais. Em contrapartida, já é assegurado à organização escolar da comunidade, que todos os profissionais que atuam na respectiva escola sejam indígenas. Os educadores do ciclo/bloco de alfabetização que atuam na rede estadual não têm realizado cursos de aperfeiçoamento e formação continuada específica ao ciclo/bloco que para os três primeiros anos do Ensino Fundamental muitos profissionais do quadro estão em formação. Também, vale ressaltar que para este ano de 2015, a formação do Pacto Bahia abrangerá o 4º e 5º Anos do Ensino Fundamental.

Os dados da rede Privada diferem do quadro geral registrado no contexto das redes públicas, municipal e estadual. Os dados estatísticos desta rede estão representados na Figura 6. A partir da análise dos dados apresentados observamos que nos três anos do ciclo/bloco de alfabetização há um registro de altos índices de aprovação, sempre superior a 95%. Os dados

de reprovação são mínimos, sempre abaixo dos 4%. Estes dados são maiores no 3º ano, mas, aparecem em linha decrescente, ou seja, saiu de 3,4% em 2010 para 1,5% em 2013.





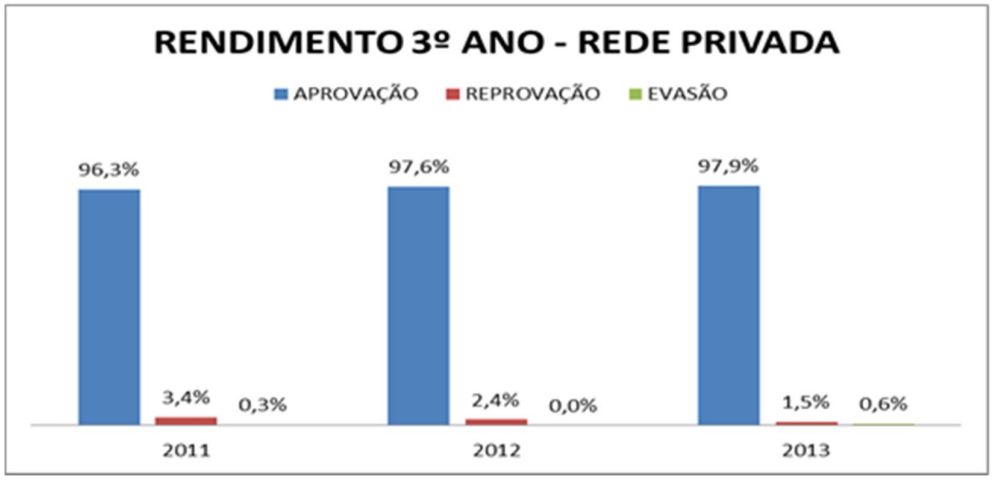


Figura 6 - Quadro de taxas de rendimento escolar da rede privada dos anos do ciclo de alfabetização de 2011 a 2013, segundo dados do INEP/ANA

Fonte: INEP/ANA. Disponível em: portal.inep.gov.br/web/saeb/Ana. Em: 22.05.2015

Quanto a este dado, é importante pontuar que aparecem tanto no 1º, como no 2º e 3º anos, indicando que nem todas as escolas privadas atendem ao que está posto na Resolução do conselho Nacional da Educação, nº 7 de 14/12/2010, que regulamenta, em âmbito nacional, o Bloco de alfabetização. Uma demanda a ser dirimida pelo Conselho Municipal de Educação, vez que as escolas particulares não podem funcionar em desacordo com a legislação nacional em vigor. Também os dados de evasão são ínfimos, sendo maiores no 1º ano onde, em 2013, alcançou 0,9% de evadidos.

No município de Ilhéus há um universo de 35 escolas da rede privada que atende ao Ensino Fundamental, cada qual desfruta de total autonomia no que diz respeito à sua organização e funcionamento, não havendo informações específicas sobre a regularização do bloco de alfabetização em todas as escolas, nem tampouco de formação continuada de seus profissionais ou dos problemas vivenciados em cada uma destas escolas.

A Figura 7 traz dados sobre a distorção idade-série no ciclo/bloco de alfabetização em todas as esferas de atendimento, pública e privada, nos permite visualizar o impacto dos resultados mostrados em cada uma destas realidades.

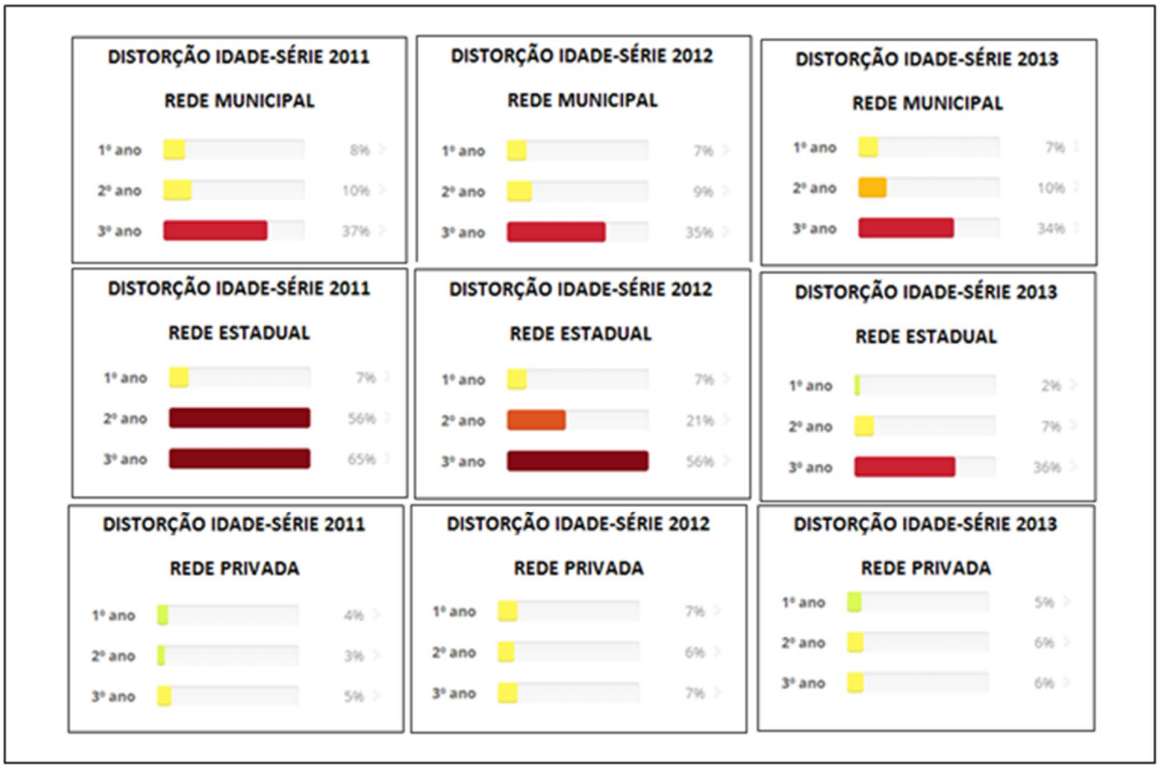


Figura 7 - Quadro de taxas Distorção Idade-Série dos anos do ciclo de alfabetização, do município de Ilhéus de 2011 a 2013, segundo dados do INEP/ANA.

Fonte: INEP/ANA. Disponível em: portal.inep.gov.br/web/saeb/Ana. Em: 22.05.2015

Enquanto na Rede Pública Municipal, há um elevado nível de distorção idade-série no 3º ano, mostrando índices que giram em torno de 35%, em média, onde é maior o número de reprovação. Nos 1º e 2º anos, esses índices não ultrapassam os 10%. Já na Rede Pública Estadual, devido aos altos índices de evasão, podemos visualizar também um alto índice de distorção idade-série no 3º ano, com percentual médio superior a 50%. Um dado importante é que, entre 2011 e 2013, no 2º ano, este índice está em declínio, tendo saído de 56% em 2011 para 7% em 2013. Na Rede Privada, o índice de distorção idade-série é pequeno nos três anos do ciclo/bloco de alfabetização, resultado da maior regularidade na aprovação dos alunos desta esfera educacional que apresenta altos índices de aprovação, apresentando uma média de distorção idade – série de apenas 5,3% no 1º ano, 5% no 2º ano e 6% no 3º ano.

EDUCAÇÃO INFANTIL

O município de Ilhéus possui 45 escolas municipais e 5 conveniadas, incluindo escolas que atendem a Educação Infantil. As escolas conveniadas atendem apenas as turmas de Educação Infantil. Das escolas municipais, 13 são Escolas Nucleadas ou Núcleos Escolares. Constituem Núcleos Escolares a reunião de escolas do Campo gestadas por uma escola polo, também do Campo; desta forma possuem apenas um cadastro no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e um único CNPJ, com o nome da Escola Polo, que representa as demais. Assim, cada escola nucleada possui uma diretora para administrar todos os espaços anexados à escola polo de cada núcleo, denominados pela Secretaria de Educação do Município de Ilhéus (SEDUC) de salas isoladas. Essas salas isoladas estão distribuídas em povoados, vilas, fazendas, aldeias, dentre outros, na extensão territorial que a Secretaria de Educação do referido município determinou para a Nucleação. No entanto, há uma distância considerável entre as salas isoladas de uma mesma Nucleação, haja vista que ficam em espaços distintos e, em muitos casos, de difícil acesso, devido à inexistência de estradas asfaltadas ou à falta de manutenção das estradas existentes.

O município de Ilhéus possui 10 distritos, são eles: Ilhéus, Aritaguá, Banco Central, Castelo Novo, Santo Antônio, Couto, Inema, Pimenteira, Rio do Braço, Olivença. Destes, um compreende a zona urbana, que é o distrito de Ilhéus, e os demais compõem o Campo. É possível assim perceber que este município é extenso em área do Campo e que há uma considerável distância entre o distrito sede e os demais.

Algumas das escolas Nucleadas levam os nomes dos distritos e estas se encontram organizadas em Salas Isoladas, espalhadas na extensão territorial que compõe os respectivos distritos do campo. O município possui 13 Escolas Nucleadas, distribuídas em 71 unidades escolares, denominadas de salas isoladas, distribuídas em 64 comunidades.

Na zona urbana, há 20 escolas (Quadro I e Quadro II) que possuem turmas da Educação Infantil, destas, 5 são conveniadas e atende apenas turmas de Educação Infantil. E das 15 municipais localizadas na zona urbana, apenas 3 atendem só a Educação Infantil.

Quadro I

Escolas que possuem turmas de Educação Infantil na zona urbana

ESCOLAS ENDEREÇO

CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - CAIC- DARCY RIBEIRO - 29352754 Rua Santo Antônio de Pádua, nº 30

ESCOLA MUNICIPAL PINÓQUIO – ANEXO -29301807 Av. Uberlândia nº 150, Malhado

ESCOLA MUNICIPAL PÉRPETUA MARQUES - 29301793 Praça Florêncio Gomes, s/nº Centro

EDUCANDÁRIO BATISTA NOVA JERUSALÉM - 29424283 Av. Uberlândia, s/nº Malhado

ESCOLA MUNICIPAL PEQUENO PRÍNCIPE - 29301785 Av. Paulista, s/nº Conquista

ESCOLA MUNICIPAL DO BASÍLIO – 29301424 Rua N. Srª. de Fátima, s/nº Basílio

ESCOLA MUNICIPAL CANTINHO DO RECREIO - 29301602 Rua Jaziel Martins, s/nº Barra

ESCOLA MUNICIPAL DOM VALFREDO TEPE – 29370523Rua Mirabela s/n Nossa Srª da Vitória

ESCOLA MUNICIPAL VOVÔ ISAAC – ANEXO - 29301823 Rua do Cano, s/nº Av. Esperança Av. Antônio Carlos Magalhães

ESCOLA MUNICIPAL DO IGUAPE – ANEXO (Novo Ilhéus) - 29301416 Rua da Frente nº 325 Iguape

ESCOLA MUNICIPAL MARIANNE ECKES – ANEXO (São Domingos) - 29301858 Av. Itacanoeira s/nº Jardim Savóia. São Miguel

ESCOLA MUNICIPAL HERVAL SOLEDADE - 29302250

Rua 2 de Julho, s/nº Banco da Vitória

ESCOLA MUNICIPAL VILA NAZARÉ – 29302013 Rod. Ilhéus-Itabuna Km 03

CRECHE MUNICIPAL DOM EDUARDO – 29414024 Av. Osmundo Marques, s/nº São Francisco

EMEI DO TEOTÔNIO VILELA – ANEXO 1

ANEXO 2 (Creche São Francisco)

29841720

Rua N.Srª Aparecida 151, T. Vilela (casa da farinha)

Av. Central 113 T. Vilela
(Ass. de Moradores)

Alto do Vilela (na entrada)

Quadro II

Escolas conveniadas que possuem turmas de Educação Infantil na zona urbana

ESCOLAS ENDEREÇO

CRECHE ESCOLA EMÍLIA DE BRITO – 29302420 Rua: Azul, n° 74- Teotônio Vilela

CENTRO DE CONV. PASTOR SEVERINO SOARES- 29439655 Av. Roberto Santos S/n°. Av. Esperança

CRECHE SOLIDARIEDADE / MULHERES ILHEENSES - 29439841 Rua Lírio, N° 525 – Nélson Costa

ESCOLA DE MENORES S. JOÃO BOSCO – 29370612 Km 77 - Rod. Ilhéus- Itabuna

CENTRO DE PROMOÇÃO À VIDA – 29446074 Av. Nossa Senhora Aparecida nº 1581 Barreira

Quadro III

Escolas que possuem turmas de Educação Infantil no Campo

ESCOLAS NUCLEADAS DE AREIA BRANCA

Rodovia Ilhéus / Buerarema – km 20

SALAS LOCALIDADE

SALA ISOLADA PONTA DO CEDRO Povoado do Japu

SALA ISOLADA SANTA MARIA Fazenda Santa Maria

SALA ISOLADA SÃO JOSÉ Rompedeira

SALA ISOLADA DE BÚZIOS Búzios

ESCOLAS NUCLEADAS DE ARITAGUÁ I

Rodovia Ilhéus / Uruçuca – km 10

SALAS LOCALIDADE

TIBINA Povoado de Tibina

RETIRO Povoado do Retiro

JUERANA Povoado de Juerana

ALMIRO VINHAIS Ponta do Ramo

BRÍGIDO PORTELA Mamoan

ESCOLAS NUCLEADAS DE ARITAGUÁ II

Rua Chico Mendes, s/n°, Nossa Senhora das Neves

SALAS LOCALIDADE

ALTO DA BOA VISTA São José

ITARIRI Povoado de Itariri

BOM GOSTO Assentamento Bom Gosto

VALÃO Povoado do Valão

NOVA VITÓRIA Assentamento Nova Vitória

LAVAPÉS Fazenda Riachuelo

INOCÊNCIO SOARES Povoado Lavapés

ESCOLAS NUCLEADAS DE BANCO CENTRAL

Rua Paraíso, s/n°

SALAS LOCALIDADE

SALA ISOLADA SÃO JOSÉ Assentamento São José

SALA ISOLADA RESSURRIÇÃO Assentamento Ressurrição

ESCOLAS NUCLEADAS DO BANCO DO PEDRO

Rua Sul América, s/n°

SALAS LOCALIDADE

SALA AVELINO LUIZ (SEDE) Rua Sul América

SALA ISOLADA STELITA ROCHA Rua Florêncio Peixoto, s/n°

SALA ISOLADA SENHOR DO BONFIM Fazenda Bonfim – Rio do Braço

SALA ISOLADA EUFROSINA BERBERT Fazenda Feliz Lembrança – Rio do Braço

ESCOLAS NUCLEADAS DE CASTELO NOVO

Rua Napoleão Laureano, s/n°

SALAS LOCALIDADE

SALA MARIA AMÉLIA HOMEM D´EL REI (SEDE) Rua Napoleão Laureano, s/n°

SALA ISOLADA PEDRO INÁCIOLagoa Encantada

SALA ISOLADA MARIETA SILVA Fazenda Corumbá

ESCOLAS NUCLEADAS DE COUTO

Rod. Ilhéus/Buerarema, 21

ESCOLAS NUCLEADAS DE INEMA E PIMENTEIRA

INEMA: Avenida Getúlio Vargas, s/n°

PIMENTEIRA: Rua Rui Barbosa, s/n°

SALAS LOCALIDADE

SALA ISOLADA LUIS PRISCO VIANA (INEMA) Av. Getúlio Vargas

SALA ISOLADA JOSÉ ANTÔNIO DE BRITO (INEMA) Rua 15 de Novembro

SALA ISOLADA RAIMUNDO CORREIA (PIMENTEIRA) Fazenda Jussara - Pimenteira

ESCOLAS NUCLEADAS DE JAPU

Vila do Japu

SALAS LOCALIDADE

ANEXO Assentamento São Bento

SALA ISOLADA MARIA VITÓRIA NASCIMENTO CARDOSO Maria Jape

SALA ISOLADA LAURINDO REZENDE MENDONÇA Repartimento

SALA ISOLADA SANTO ANTÔNIO Riachão da Piaçaveira

SALA ISOLADA JORGE AMADO Serrado

SALA ISOLADA WILSON ROSA E SILVA Fazenda Colônia de Ode – Maria Jape

SALA ISOLADA ESTRELA DA VIDA Assentamento Estrela da Vida

ESCOLAS NUCLEADAS DE OLIVENÇA

Rua Lúcio Soub, n° 20

SALAS LOCALIDADE

ESCOLA MUNICIPAL SÉRGIO CARNEIRO (SEDE) Rua Lúcio Soub, n° 20

SALA ISOLADA ÁGUAS DE OLIVENÇA Condomínio Águas de Olivença

SALA ISOLADA JORGE AMADO Sapucaeira

STAC Rodovia Ilhéus/Olivença

ESCOLA POLO CRECHE SEMENTE DA ESPERANÇA Praça Cláudio Magalhães

SALA ISOLADA FLOR DO LÍRIO Fazenda Santaninha – Sapucaeira
SALA ISOLADA ACUÍPE Acuípe do Meio
SALA ISOLADA ISAÍAS AFONSO Fazenda Monte Belo – Sapucaeira
SALA ISOLADA DE ARAMARI Sapucaeira
SALA MÁRIO BUNCHAFT Sapucaeira
SALA ISOLADA RIBEIRÃO BRANCO Vila Brasil
ESCOLAS NUCLEADAS DE SAMBAITUBA
Rua da Linha, s/n°
SALAS LOCALIDADE
SALA HENRIQUE CARDOSO Praça Brasília, s/n°
SALA ISOLADA JOSEPHINA LEMOS VILLAS BOAS Rua do Comércio, s/n°
ESCOLAS NUCLEADAS DE SANTO ANTONIO
Rod. Ilhéus / Buerarema, km 18
SALAS LOCALIDADE
SALA ISOLADA CURURUTINGA Riacho Novo
SALA ISOLADA PROFESSOR ÉLIO MELO Povoado Rio do Engenho

O município não possui áreas de Remanescentes Quilombolas, no entanto possui uma extensa área indígena que compreende 23 comunidades. Dessas apenas 16 unidades escolares anexas a duas escolas SEDE. Essas escolas são mantidas pelo governo estadual e possuem turmas de Educação Infantil a partir de três anos. Dessas unidades, três atendem crianças a partir de zero ano. Das três que atendem crianças de 0 a 5 anos, uma atende em período integral.

Em 2014, foram matriculadas 3303 crianças da Educação Infantil nas escolas da Sede, Campo e escolas Conveniadas, mantidas pela rede Municipal. Deste número total, 1904 foram matriculadas na sede, 734 nas escolas do Campo e 665 crianças nas Escolas Conveniadas. Sendo 529 crianças de 3 (três) anos, 1289 crianças de 4 (quatro) anos e 1485 crianças de 5 (cinco) anos.

Com os dados do IBGE e da secretaria de Saúde faz um estudo do Censo para o levantamento da demanda por creche até 3 (três) anos, com vista ao planejamento da oferta. No entanto, não tem conseguido atender à demanda. Pois é necessário o investimento em construção de Instituições Educativas

para a Educação Infantil que contenham os parâmetros mínimos de infraestrutura proposto pelo MEC. É preciso também que o munícipio se responsabilize com a Educação infantil das comunidades indígenas.

O município não tem estimulado o acesso à Educação Infantil em tempo Integral, embora a Secretaria Municipal de Educação considere a importância e necessidade. A Educação Infantil em tempo Integral só funciona em duas das três escolas conveniadas, em duas das 15 escolas urbanas e em duas das 13 Escolas Nucleadas.

A história do atendimento em espaços coletivos às crianças de 0 a 5 anos, no município de Ilhéus, caminha na mesma perspectiva da história do atendimento à infância no Brasil, uma história de dicotomia entre crianças pobres e as mais favorecidas economicamente, entre o cuidar e o educar. Às crianças pobres era oferecido um atendimento assistencial, em espaços ligados à assistência social, e às crianças ricas um atendimento numa perspectiva educacional, mas preparatória para as séries seguintes. A educação infantil pública em Ilhéus, assim como em todo o país, tem sido tratada com descaso pelo poder público, que a percebe como gasto e não investimento.

Os movimentos sociais que eclodiram em todo país a favor da Educação Infantil, repercutiram no município, uma vez que este processo favoreceu que na Constituição de 1988, a educação infantil fosse reconhecida como um direito das crianças, numa perspectiva educacional. Assim, a Educação Infantil sai teoricamente das secretarias de assistência social, passando a fazer parte das secretarias de educação.

A partir daí, outros documentos e leis foram elaborados tendo por finalidade refletir sobre a educação infantil. Em 1990, foi publicado o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA; em 1994 o MEC elaborou um documento intitulado Política Nacional de Educação Infantil que relatava a real situação da educação infantil no país, em 1996 foi promulgada LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional na qual o trabalho pedagógico na educação infantil ganhou nova dimensão no âmbito educacional e em 1998 foi criado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil com o objetivo de discutir sobre a educação infantil e investir em políticas públicas destinadas à aplicação de recursos financeiros que viabilizassem uma educação infantil de qualidade.

Essas realizações embora tenham representado um avanço significativo na conquista dos direitos das crianças pequenas, deixaram brechas quanto ao atendimento às mesmas, e assim temos um aumento no atendimento à criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos no início da década de 90 no município, mas sem qualidade e sem atender a real demanda das crianças desta etapa.

A estrutura física de parte das Instituições Educativas Públicas Municipais de Ilhéus provavelmente deve representar a realidade da maioria das escolas do Nordeste. Uma região com elevado indicador de pobreza, onde encontramos os piores índices de falta de estrutura notadamente nos espaços públicos. As escolas de Educação Infantil de Ilhéus estão distantes do que preconiza os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para a Educação Infantil (BRASIL, 2006), que valorizam o espaço externo no processo de desenvolvimento da criança, bem como a importância da interação com o ambiente natural na estimulação da curiosidade e da criatividade. Destacamos que nenhuma das edificações, com exceção do CAIC, construído com verba Federal, foi construída para a Educação Infantil, e menos ainda para as crianças campesinas no caso das escolas no Campo e nem para crianças indígenas ou mesmo as crianças com necessidades especiais.

As instituições que atendem a Educação Infantil, em sua maioria, não dispõem de biblioteca, parque, refeitório, laboratórios, quadra de esportes etc. A maior parte, desenvolve suas atividades em espaços fechados e impermeáveis, sem contato dentro deste espaço, inclusive, com elementos da natureza.

Falta também na configuração dos espaços da Educação Infantil de Ilhéus acessibilidade para o atendimento de crianças com deficiências e transtornos.

O município de Ilhéus atende a uma diversidade de vivências campesinas, pois nele pode-se encontrar povos que vivem em florestas, povos indígenas, áreas de proteção ambiental, vilas de pescadores, áreas agrícolas, dentre outros espaços localizados em perímetros não urbanos e que são caracterizados como área do campo.

A Educação Infantil nas escolas do campo é recente, a matrícula de crianças a partir de 4 (quatro) anos teve início no ano de 2005, mas antes disso já recebia crianças de 6 (seis) anos, que nesse período estavam inseridas na Educação Infantil. Hoje, em todas as escolas do campo, deste município, há turmas de Educação Infantil, e algumas já atendem crianças de 3 (três) anos.

Para o desenvolvimento da Educação infantil, o município estabelece a seguinte organização:

- Oferta – que o atendimento à demanda será definido por endereço residencial ou endereço indicativo considerando as necessidades e contextos das populações locais;
- Jornada – O funcionamento das instituições de Educação Infantil em, tempo parcial deve ocorrer em jornada de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias e, em tempo integral, jornada com duração igual ou superior a 7 (sete) horas diárias. Com a carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- Matrícula: a matrícula nas Unidades Educacionais que oferecem Educação Infantil deve ter caráter permanente e deverá ser observada a idade de seis meses aos 3 (três) anos e 11 (onze) meses para as crianças da creche, e a idade mínima de 4(quatro) anos completos ou a complementar até o dia 31 de março aos 5 (cinco) anos e 11(onze) meses, na pré-escola;
- Número de alunos por turma – Conforme o parecer nº 20 de 2009, o número de crianças por professor deve possibilitar atenção, responsabilidade e interação com as crianças e suas famílias. Levando em consideração as características do espaço físico e das crianças, nos agrupamentos com criança de mesma faixa de idade, determinamos a proporção de 4 (quatro) crianças por professor (no caso de crianças de zero e um ano), 6 (seis) crianças por professor (no caso de criança de dois e três anos) e 10 (dez) crianças por professor (nos agrupamentos de crianças de quatro e cinco anos). Sendo, portanto, o número máximo de alunos por turma, no Ciclo 1 fase I – 1(um) ano, 8 (oito) crianças, Ciclo 1 fase I, 2 (dois) anos e 3 (três) anos, 12 (doze) crianças e Ciclo 1 Fase II, 20 (vinte) crianças. Cada turma poderá receber até três crianças com necessidades educativas especiais diversas. Neste caso, deverá ocorrer a redução do número de alunos previsto, conforme número de alunos especiais inseridos, por exemplo, se a turma de Ciclo 1 Fase II receber três crianças com necessidades educativas especiais, ao todo deve ficar com dezessete crianças na sala, ou seja terá reduzido três alunos. Se receber duas crianças, deve ficar ao todo com dezoito crianças e se receber uma criança com NEE a turma deve ficar no total com dezenove crianças.

Em relação à Proposta Pedagógica, em consonância com a resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Município de Ilhéus entende que a proposta pedagógica constitui-se como plano de ação e de trabalho que deve estar fundamentada na concepção teórica do sistema e ser elaborada de forma compartilhada com as famílias, visando expressar o ideal de ensino almejado pela comunidade escolar em questão.

Sendo assim, a proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Ilhéus e o Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares, devem servir de guia para as ações educativas encaminhadas na instituição atendendo as demandas e as diversidades dos públicos-alvo, mas ao mesmo tempo favorecendo a ampliação do conhecimento de mundo e a formação da própria identidade da criança que esteja inserida na zona urbana, no campo ou em uma comunidade indígena. E devem ter como objetivo central permitir que as crianças desenvolvam-se por meio das diferentes linguagens de forma integrada tendo a garantia do direito à saúde, proteção, respeito, dignidade, à liberdade, à brincadeira e à interação tanto com outras crianças quanto com adultos.

Além disso, as propostas pedagógicas precisam favorecer a organização de tempos e espaços que estimulem o trabalho coletivo e individual, tendo como eixo norteador o brincar e as interações. Sendo assim a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve subsidiar ações que assegurem uma construção progressiva das aprendizagens das crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos nas Creches/Pré-escolas, para que estas se firmem como indivíduos e como seres coletivos, interagindo em relações afetivas com responsabilidade e autonomia.

As discussões sobre Educação Infantil numa perspectiva de valorização da infância, do protagonismo infantil, da construção da autonomia, da importância do brincar, das brincadeiras e das várias linguagens tiveram início em 1993. Vários encontros foram realizados nesse período para estudos e discussões.

Em 1997, essas ações foram intensificadas e com os estudos dos Referenciais Curriculares Nacionais de Educação Infantil e PCN de Alfabetização, se deu maior visibilidade sobre os aspectos emocionais, motor, cognitivo, artístico e outros importantes e significativos para o desenvolvimento integral da criança.

Em 2005, foi elaborada a primeira Proposta de Educação Infantil da Rede com a participação de 23 supervisores. O documento foi encaminhado às escolas, em 2006, com o parecer favorável do Conselho Municipal de Educação.

Ainda, em 2005, foi elaborado o primeiro curso de formação continuada na Rede para a Educação Infantil: “Os Fazeres na Educação Infantil”, com carga horária de 120 horas, atendendo de 2005 a 2009, aproximadamente 410 profissionais. E, mensalmente, foram realizados encontros para estudo, atualização e planejamento com os supervisores das escolas de Educação Infantil e visitas às escolas para acompanhar o trabalho pedagógico.

Em 2006, foram realizados os primeiros seminários sobre Educação Infantil, envolvendo supervisores, orientadores, gestores e professores dessa etapa.

Em 2008, foi realizada a primeira revisão da proposta Pedagógica, com a participação de 38 supervisores.

De 2007 a 2010, foi realizado o curso de formação continuada “As Linguagens da Arte: teatro, dança, música e arte visual/plástica”.

Em 2011 e 2012, aconteceram oficinas na Educação Infantil.

Em 2013, iniciou-se o processo de segunda revisão da proposta pedagógica envolvendo todos os supervisores e orientadores da Educação Infantil, estudo das orientações das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

Em relação à formação continuada dos profissionais que atendem à Educação Infantil, o município desenvolve desde 2013, formação com os supervisores e orientadores, tendo em vista a multiplicação dos estudos nas escolas pelos mesmos, considerando que também é função do Supervisor proporcionar a formação continuada nas escolas sob a sua coordenação pedagógica. Ainda em 2015 a Secretaria Municipal de Educação de Ilhéus estabeleceu uma parceria com a Universidade Estadual de Santa Cruz num Projeto de Extensão de Formação de Coordenadores Pedagógicos da Educação Infantil, disponibilizando oito vagas.

No entanto a Secretaria Municipal de Educação reconhece a necessidade de formação continuada com os professores de Educação Infantil e estuda estratégias de como viabilizar a formação.

Em 2014 foi elaborada as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Infantil. As referidas Diretrizes articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais

da Educação Básica (BRASIL, 2013), às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pelo Conselho Municipal de Educação para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil da rede pública e da rede privada, que constituem o Sistema Municipal de Ensino do município de Ilhéus.

As Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação infantil de Ilhéus se preocupou em incluir nas orientações curriculares as questões referentes à diversidade, a educação campesina, indígena e à inclusão.

Uma vez que o município de Ilhéus é extenso em área rural, possui diferentes formas de vivências campesinas, proporciona, portanto, um diferente leque de saberes e experiências a serem trabalhados na Educação Infantil. É preciso assim que as diferentes áreas tragam em seu rol de vivências, aprendizagens que propiciem às crianças a manutenção das suas identidades culturais, ao proporcionar que essas vivências possam se instalar na instituição infantil, através de brinquedos, de músicas, de brincadeiras, de jogos, do artesanato, de contos, da participação da comunidade, da valorização pelos elementos da natureza, de proporcionar às crianças brincar em espaços livres e em contato com a natureza, dentre outros. No entanto, percebemos ainda uma grande distância dessa realidade, sendo que a infraestrutura da Educação Infantil do campo no município, é precária.

Em relação às crianças indígenas, é preciso garantir a autonomia dos povos e nações na escolha dos modos de educação de suas crianças de zero a cinco anos de idade. No entanto, para os povos que optarem pela Educação Infantil é preciso uma proposta pedagógica que garantam que os mesmos possam afirmar sua identidade sociocultural. Por sua vez, deve-se ter projeto pedagógico próprio, por escola ou por povo indígena, tendo por base as Diretrizes Curriculares Nacionais referentes a cada etapa da Educação Básica; as características próprias das escolas indígenas, em respeito à especificidade étnico-cultural de cada povo ou comunidade; as realidades sociolinguísticas, em cada situação; os conteúdos curriculares especificamente indígenas e os modos próprios de constituição do saber e da cultura indígena; e a participação da respectiva comunidade ou povo indígena e adequar calendário,

agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender as demandas de cada povo indígena (BRASIL, 2013).

Em Ilhéus, o Atendimento Educacional Especializado acontece em escolas que possuem sala multifuncional e no CRIE – Centro de Referência à Inclusão Escolar. O atendimento às crianças deve acontecer no horário oposto que as crianças estudam. Até a presente data, quinze escolas possuem salas multifuncionais em funcionamento e devem atender alunos da escola e do entorno. As escolas que recebem crianças com necessidades educativas especiais também contam com a presença de um profissional para auxiliar essa criança em suas atividades escolares, denominada de "cuidador educacional". Mas ainda assim, o número de salas multifuncionais não atendem à demanda.

A educação básica no município de Ilhéus não avançou nesses últimos dez anos, apesar de estar previsto no plano de 2004 a 2010 (Lei 3084/2004). O município apresenta um quadro agravante na Educação Infantil que ainda não atende a demanda de 0 a 2 anos, de 03 anos não há matrícula em todas as unidades de educação infantil e de 04 e 05 avançamos, mas ainda não atendemos a todos.

A Educação Infantil não avançou por vários fatores: o índice de natalidade diminuiu nos últimos anos; a matrícula reduziu devido a falta de investimento na educação (o município nos últimos 30 anos não construiu escolas); os espaços existentes são alugados, precários e inadequados; houve uma redução de conveniamento (hoje 05 escolas conveniadas) para atender a LDB e Lei do FUNDEB; a falta de regularidade no cumprimento dos 200 dias letivos no período de (fevereiro a dezembro) como é previsto pela LDB; a falta de credibilidade na escola públicas por parte dos pais, acarretando o crescimento de Unidade de Ensino Particular (muitas com espaços inadequados e não autorizadas pelo CME), nos bairros da cidade; falta de investimento na formação continuada dos docentes e a grande rotatividades de professores devido a contratos periódicos.

O município de Ilhéus vem perdendo a cada ano alunos por não cumprimento de Políticas Públicas Nacionais e do PME.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação especial é contemplada na Lei nº 9394/96 como “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais”.

O atendimento educacional especializado foi instituído pela Constituição Federal/1988, no artigo 208 e definido pelo Decreto nº 7611/2011 Assim, passa a ser dever constitucional do estado, a partir da educação infantil, atingindo os demais níveis e faixas etárias.

Assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está em nossa Constituição desde 1988, mas que ainda não se tornou realidade para milhares de crianças e jovens: meninas e adolescentes que apresentam necessidades educacionais especiais, vinculadas ou não a deficiências.

A Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva- MEC/2008 orienta os sistemas de ensino para garantir o acesso, participação e a aprendizagem dos estudantes, em classes comuns, bem como os serviços da Educação Especial, nas escolas regulares, de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades. Para tanto, deve-se assegurar: formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Tabela 1. Matrículas da Educação Especial no Município de Ilhéus em 2013

	Etapas da Educação Básica				Total
	Ed. Infantil	Anos Iniciais do E. F.	Anos Finais do E. F.	Ens. Médio	
Deficiência visual	01	0	02	1	04
Deficiência mental	32	156	25	23	236
Deficiência física	0	13	00	01	15

Deficiência auditiva	01	16	03	02	22
Deficiências múltiplas		02	08	02	0
Altas habilidades/superdotação		0	0	0	0
Transtornos globais do desenvolvimento				0	08
TOTAL	35	193	30	26	296

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

Observando os dados da tabela 18 a educação especial é promovida sistematicamente nas diferentes etapas e modalidades de ensino no município, sendo mais acentuado o número de matrícula no Ensino Fundamental anos iniciais, apresentando um afunilamento para o Ensino Médio, onde no ano de 2013 foram matriculados 26 alunos no total.

Esforços têm sido realizados para o atendimento da Educação Especial, através de atendimento especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na unidade educacional Centro de Referência à Inclusão Escolar – CRIE.

A unidade educacional Centro de Referência à Inclusão Escolar – CRIE é uma instituição pública, que presta Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiências, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades, criado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Ilhéus na Bahia, atendendo aos dispositivos legais no art. 208, inciso III da Constituição Federal, no art. 58, da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 9°, inciso 2°, da Lei n° 11.494, de 20 de junho de 2007, criado segundo artigo 72, inciso VII da Lei Orgânica Municipal.

A atuação do CRIE fundamenta-se nos marcos legais, políticos e pedagógicos que orientam para a implementação de sistemas inclusivos: Decreto n° 6.949/2009, que estabelece Diretrizes Gerais da Educação Especial; Decreto n° 6.571/2008, que dispõe sobre apoio da União e a política de financiamento do atendimento educacional especializado AEE; Resolução CNE/CEB n° 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para Atendimento Educacional Especializado.

A Unidade Educacional CRIE está inserida na zona urbana, num bairro com boa infraestrutura, necessitando de um espaço mais estruturado de atendimento para sua clientela, bem como, de mais profissionais

especializados para atender a grande demanda. A clientela pertence a classe média-baixa, advindos de bairros dos mais diversos e também do campo.

Os alunos atendidos estão regularmente matriculados nas escolas do Sistema Municipal de Educação. Tendo prioridade os alunos da rede municipal de ensino, e outras pessoas da comunidade que necessitam do AEE. Esse público de atendimento é denominado de demanda espontânea. Sendo utilizado com estratégias para identificação desses alunos os serviços de Orientação educacional nas escolas da rede municipal, coordenação pedagógica nas demais rede e gestão escolar que no ato da matrícula solicitam laudos, quando o aluno já possui uma deficiência comprovada e quando não, faz-se um agendamento com o CRIE e os alunos são encaminhados com os pais para um processo de triagem que vai definir o trabalho a ser realizado e as orientações que a escola deverá seguir para com estes alunos.

Existe, no município um pequeno incentivo no que diz respeito à ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos(das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com destaque para o professor intérprete de Língua Brasileira de Sinais- LBIRAS, presentes e atuantes em algumas escolas da rede municipal de ensino.

Existe pouca articulação, bem como, cooperação entre os setores de educação, saúde e assistência social, para viabilizar o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, havendo quando são encaminhados os alunos que passaram pela triagem do CRIE para os médicos especialistas da rede municipal de saúde. Faz-se necessário maior articulação entre as Secretarias de Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social para um atendimento mais eficiente a estes.

Há na rede municipal 12 Salas de Recursos Multifuncionais em funcionamento em 12 escolas. Este serviço acontece na escola do aluno, onde os gestores escolares organizam espaço e Projeto Pedagógico para que os professores, pais e alunos estejam participando e colaborando no processo de inclusão de aluno com necessidades educacionais especiais. O papel da Sala de Recursos Multifuncionais enquanto Atendimento Educacional Especializado é o de oferecer o que não é próprio dos currículos da base nacional comum e

como defensoras dos interesses das pessoas com deficiência, cuidar para que as escolas comuns cumpram o seu papel. São encaminhados a estas salas alunos que já recebiam este serviço no Centro de Referência à Inclusão Escolar- CRIE. São espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar ficando sobre a responsabilidade do CRIE as orientações dos trabalhos desenvolvidos.

A rede municipal não dispõe de suplementação orçamentária para adquirir e disponibilizar transporte escolar adaptado para os estudantes com deficiência que apresentem limitações físicas, mobilidade reduzida ou outras características que justifiquem esse serviço, assim como para a formação de todos(as) motoristas e monitores(as) que atendam aos(às) estudantes, tornando-se de suma importância planejar metas e executar a efetivação desse serviço.

O município necessita garantir a efetivação da escola como espaço fundamental na valorização da diversidade e garantia de cidadania, propondo metas que possam melhorar a infraestrutura dos espaços escolares, como acessibilidade, adaptações, aquisição de equipamentos, ampliando na rede das salas Recursos Multifuncionais, transportes adaptados para alunos com dificuldade de mobilidade, mais profissionais especializados e formação específica para professores de forma continuada.

Ainda não foi realizada a busca ativa no município o mapeando do quantitativo de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, fazendo-se necessário planejar para essa ação.

Os currículos, os métodos, as técnicas, os recursos educativos e a organização do trabalho pedagógico das escolas necessitam contemplar com mais clareza as especificidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação através de formação continuada para os profissionais envolvidos nessa ação.

Há acompanhamento e monitoramento do acesso à escola, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, juntamente com o combate às situações de discriminação- preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional através do serviço de orientação educacional, supervisão escolar e equipe gestora, procurando atender essas necessidades envolvendo a Secretaria Municipal de Educação.

A educação especial integra a proposta pedagógica da escola regular, de modo a promover o atendimento escolar e o atendimento educacional especializado, necessitando maior integração e entendimento.

O município promove/incentiva pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem de forma tímida ainda, através de cursos de formação ministrados pelo CRIE, necessitando para isso de formação continuada mais específicas, voltadas para essas necessidades.

EJA - 2014

No ensino de EJA, fala-se muito em práticas inovadoras, ampliação do número de estudantes, diminuição da evasão. Não dá para resolver tudo isso sem antes pensar como o ensino de EJA está sendo desenvolvido — e como melhorar a atuação dos professores de EJA que é oferecida para quem não teve a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental na época apropriada. Acontece que, muitas vezes, o estudante se decepciona com essa chance de recuperação e desiste no meio do caminho. O professor, na maioria das vezes, não dispõe de condições adequadas para desempenhar esse trabalho com a devida qualidade e a Unidade Escolar, nem sempre, está bem estruturada para receber esse tipo de estudante, que tem grandes expectativas de concluir os estudos.

Todos devem se comprometer, a começar pelos gestores da própria escola, que têm que dar o suporte necessário para o trabalho pedagógico, e o professor, também tem de entender que seu papel na EJA é muito maior do

que o que vem desempenhando ao longo desses anos. Para isso, o professor deve estar constantemente disposto e atualizado, do contrário não estará instruindo, mas, sim, impondo conceitos que não podem contribuir mais para a mudança e melhoria contínua da qualidade dos seus alunos.

Na realidade atual, a metodologia usada pela maioria dos professores de EJA é – apenas – despejar o conhecimento no quadro, horas a fio, enquanto os alunos copiam. Alguns professores da EJA, são profissionais que ficaram excedentes em algumas escolas do Fundamental I e II, e acabaram trabalhando com essa modalidade por ser apenas a única opção que lhes restou. O trabalho desenvolvido pela maioria deles, é o mesmo desenvolvido no ensino regular, sem o olhar diferenciado para esse público tão específico e especial. Isso não consolida a educação de jovens e adultos e só desestimula o estudante que via na EJA a oportunidade de concluir o ensino básico.

Sendo assim, como melhorar o ensino de EJA?

Primeiro, devemos saber se as unidades escolares estão adequadas para receber um público tão especial. São vários os pontos que precisamos considerar, como a equipe que precisa estar presente no turno em que a EJA funciona, do porteiro ao gestor. No ano de 2014, por exemplo, algumas escolas não tiveram condições de atender de maneira satisfatória o público de EJA. Durante as visitas que eu fiz ao longo do ano, ouvi algumas reclamações por parte dos alunos e profissionais. A maioria das turmas de EJA funciona à noite e em muitos lugares, a iluminação é bastante precária, o que prejudica toda a equipe. Aulas que não foram dadas por falta de pessoal, o porteiro que não tem ou não aparece; localização perigosa (em alguns lugares houve toque de recolher e alunos ficaram impossibilitados de ir à escola, como foi o caso da Escola Odete Salma); unidades sujas por falta de pessoal da limpeza, banheiros fedorentos, com descarga quebrada e sem lâmpadas. Alguns alunos fazem a limpeza das salas por falta de serventes; sem contar com a questão da merenda escolar, que funciona dependendo da boa vontade de professores e diretores que preparam a refeição ou apenas servem, quando a merendeira consegue prepara-la no turno vespertino. Além disso, as constantes faltas de diversos professores e gestores queraramente aparecem na escola no turno da

noite. Realmente, são muitos entraves que precisam ser resolvidos para melhorar o ensino de EJA.

Diante de tantos problemas, é necessário pensar em alternativas que tornem a EJA mais eficiente. A unidade escolar precisa estar apta para receber o seu público, esse é o primeiro aspecto a ser resolvido. Por que então não diminuir o número de escolas da sede para que haja um trabalho mais eficaz?

A sugestão é trabalhar com nucleações, assim, o controle da atuação dos profissionais de cada unidade seria mais eficaz. Há escolas que estão funcionando com poucos alunos em cada turma, os professores estão desmotivados e a equipe gestora nem sempre comparece à Unidade Escolar, deixando tudo com um aspecto de desleixo.

Diminuindo o número de escolas de EJA sem deixar de oferecer esse serviço à comunidade, a qualidade do serviço tende a melhorar. Além disso, não é mais possível falar em Educação de Jovens e Adultos numa mesma modalidade. Sabemos que a EJA atende a três públicos: jovens, adultos e idosos, e não dá mais para colocá-los todos num mesmo patamar, sabendo que cada um tem especificidades diferentes e precisam de um olhar, também, diferente:

- Os idosos são os mais estimulados no retorno aos estudos, mas são os mais prejudicados durante o processo, pois não temos conseguido atender às suas características bem específicas. Em conversa com muitos alunos (adultos e idosos) em diversas escolas de 1ª Etapa, percebi que eles não querem avançar para a 2ª Etapa, ou porque não se sentem preparados para essa nova fase, ou porque não querem enfrentar o convívio com alunos mais jovens na etapa seguinte. A 1ª Etapa, na maioria das escolas em Ilhéus, tem poucos jovens e mais adultos e idosos, isso dá uma segurança maior para essa faixa etária e eles não querem avançar, pois ficam acomodados no processo de alfabetização. Além disso, os que não se sentem preparados, muitas vezes não são devidamente atendidos durante o processo. A 1ª Etapa consta de 3 fases; na 1ª, o aluno não pode ser

retido, pois o processo de alfabetização precisa de um tempo maior; na 2ª ele já pode ser retido, mas espera-se que ele possa ter consolidado o processo de alfabetização de maneira satisfatória e avance para a fase seguinte; na 3ª, ele já deve estar devidamente preparado para a 2ª etapa. Infelizmente, o que acontece, é que muitas escolas têm juntado duas e até as três fases no mesmo ano letivo, por conta da pouca quantidade de alunos, deixando o processo prejudicado, pois são três realidades diferentes numa única fase. Como um professor pode fazer seu trabalho de maneira satisfatória diante dessa realidade?

- Há muitos alunos na faixa etária de 15 à 18 anos, com interesses completamente diferentes dos adultos e idosos, inclusive alguns ainda sofrem com o fracasso que tiveram quando eram alunos da escola regular. São anos de repetência que precisam ser superados e muitas vezes, o que acontece é a cristalização desse estigma.
- Alguns adultos, deixaram de estudar na idade apropriada e retornam à escola para realizar esse sonho e melhorar de vida. Eles têm um ritmo diferente dos mais novos e dos idosos (que também têm esse interesse, mas apresentam muitas dificuldades na aprendizagem). Essa

heterogeneidade na EJA só atrapalha o processo de Ensino Aprendizagem,

São vários os pontos que precisamos considerar para a melhoria da EJA, inclusive a contratação de porteiro, merendeira e serviços gerais. Os alunos têm que querer sair de casa ou do trabalho para ir à escola e encontrar um porteiro, que além de exercer sua função principal, oferece segurança a quem estuda e a quem trabalha no local; o espaço físico deve ser limpo e agradável; o aluno precisa encontrar uma refeição de qualidade. A presença da equipe gestora é muito importante no turno da noite. Não dá para a EJA funcionar sem a presença diária de um diretor, supervisor ou coordenador. Em várias visitas, eu não encontrei nenhuma dessas pessoas. Os professores (os que apareciam) ficavam sozinhos com os alunos e decidiam se adiantariam aulas, ou a que horas deveriam liberar os estudantes. Alguém da equipe gestora tem

que ficar até a última aula acabar. Considero também de extrema importância que haja, pelo menos, um segurança dentro da Unidade Escolar no turno da noite, por ser esse turno mais perigoso do que os outros. Às vezes conflitos acontecem e deixam todos muito tensos, a presença de um segurança, devidamente preparado para lidar com esse público, transmitiria certa tranquilidade a todos. Em algumas visitas, questionei o horário de saída dos alunos e foi quase unânime professores e alunos dizerem que não assistem aula até o horário limite por causa da falta de segurança. Professores liberam alunos mais cedo porque não se sentem seguros em ficar até quase 10h.

Educação do Campo Ilhéus para o Plano Municipal de Educação – (PME)

As organizações e os movimentos sociais do campo tiveram um papel decisivo na elaboração das Diretrizes Orientadoras de uma política pública de educação do campo. Articulados à sensibilidade presente no Conselho Nacional de Educação do Campo (CNE), essas articulações e movimentos garantiram a aprovação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE\CEB nº 01, de 03 de abril de 2002).

O Plano Nacional de Educação, no entanto, anterior ao feito dessa resolução, muito pouco levou em conta em suas diretrizes e metas a especificidade da educação do campo tal como preconizado no texto aprovado pelo CNE.

Com isso, identifica-se um movimento ascendente na perspectiva de propor mudanças dessa natureza no tratamento dado à questão desse atendimento educacional no mencionado PNE.

Vale ressaltar a necessidade de uma efetiva conjunção de forças dos entes federados, no sentido de fazer valer a elaboração e o cumprimento dos planos estaduais e municipais de educação, o que pouco tem avançado, principalmente no que se refere aos municípios brasileiros.

Em 2003, as discussões sobre o campo brasileiro são retomadas em novas bases governamentais. Como parte da política de revalorização do campo, a educação também passa a ser entendida no âmbito governamental como uma ação estratégica para a emancipação de todos os sujeitos que ali vivem e trabalham, e de acordo com esta visão o Ministério da Educação

(MEC) institui um Grupo Permanente de Trabalho Educação do Campo (GPT Educação do Campo) e em 2004 institui a Coordenação-Geral de Educação do Campo (CGEC), no escopo da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, com a atribuição de articular as ações do MEC pertinentes à educação do campo.

1. OBJETIVO

Construir uma Política Educacional da Educação do Campo com identidade própria capaz de garantir melhores condições funcionais e estruturais no que diz respeito a especificidade de cada Nucleação visando atender as demandas Administrativas, Pedagógicas, Sociais, Políticas educacionais democráticas, escalonadas por metas e propostas norteadas por este documento.

2. MISSÃO

Contribuir para construção da identidade das populações do campo, com propostas que envolvam sustentabilidade local, memória coletiva de comunidade, cultura e diversidade no cotidiano escolar e de vida no campo.

3. VISÃO

Vincular o processo de vida no campo com pressupostos educacionais, aliando assim escola e vida, transformada através de políticas públicas para atender os sujeitos do campo, garantindo a sustentabilidade sócio ambiental e a preservação da identidade cultural.

4. VALORES

Fortalecer os valores e uma nova sensibilidade - com os outros, com a terra, com o diálogo, e justiça social entre mulheres e homens, entre raças, etnias e gerações com respeito à diversidade.

Abrangência territorial e Caracterização das escolas do campo

1. Distritos do Município de Ilhéus e Povoações Rurais

A maior parte do Território do Município é distribuído entre dez distritos, com as seguintes denominações: Ilhéus (sede), Aritaguá, Banco Central, Castelo Novo, Coutos, Inema, Japu, Olivença, Pimenteira e Rio do Braço. Demograficamente, pode ser destacado Aritaguá, sendo os mais distantes os distritos de Banco Central, Inema, Pimenteira, único que não possuem estradas municipais ligando-os á sede. A ligação é feita através de rodovias estaduais, passando por outros municípios.

Distritos do Município de Ilhéus e povoações rurais (vilas, povoados,arriais e novos loteamentos).	
1.Aritaguá	Distancia da sede – 5 km. Povoações – Aritaguá, Aderno, Areias, Juerana, Mamoan, Ponta da Tulha, Ponta do Ramo, Queimada, Sambaituba, Retiro,Tibina, Urucutuca, Paraíso do Atlântico, Verdes Mares, Barramares, Jóia do atlântico e Mar e Sol
2.Banco Central	Distãncia da sede – 65 km. Povoações –Banco central, Ribeira, Visagem
3.Castelo Novo	Distância da sede – 35 km Povoações – Castelo Novo e Parafuso
4.Coutos	Distância da sede – 5 km. Povoações – Coutos, Areia Branca, Cururutinga, Rio do Engenho, Santa Maria e Santo Antônio.
5.Inema	Distância da sede – 92 km. Povoações – Inema e Água Branca
6.Japu	Distância da sede –30 km Povoações – Japu, Cascalheira, Cerrado e Piaçaveira.
7.Olivença	Distância da sede – 16 km. Povoações. Olivença, Acuípe de Baixo, acuípe de cima, Acuípe do meio, Búzios, Jairi, Santana, Santaninha e Sapucaeira.
8.Pimenteira	Distância da sede – 83 km . Povoações – Pimenteira e Ribeirão Pimenta.
9.Rio do Braço	Distância da sede – 29 km. Povoações – Rio do Braço, Banco do Pedro, Ribeira das Pedras, Vila Campinhos e Vila Olímpio.

10. Sede	Povoações – Carobeira, Lavapés, Maria Jape, São João e São José do Paraíso.

A abrangência territorial ao transportar alunos com deslocamento para as escolas rural de Ilhéus terá como obrigação atender ao dispositivo legal respeitar os limites do referido Município que estão conforme a Lei n° 12.638 de 10 de janeiro de 2013, que atualiza os limites dos municípios do Território de Identidade Litoral Sul, parte do processo de atualização dos limites intermunicipais do estado da Bahia, de acordo com a Lei n°12.057 de 11 de janeiro de 2011. Conforme divisão político - administrativa do estado da Bahia vigente em 05/2014. O objetivo é apresentar os limites político administrativos do referido município do estado da Bahia. Mapa municipal de Ilhéus, na escala 1:100.000, ano de 2014, de autoria da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, elaborado pela Diretoria de Informações Geoambientais, integrante da série Mapas Municipais.

Figura 1

Localização do município de Ilhéus

Fonte: IBGE, SIDRA (2009). Elaborado por Cristiano Marcelo Souza (Laboratório de Análise e Planejamento Ambiental, 2010).

Com base na Figura 1, podemos afirmar que os distritos são compostos por sujeitos que pertencem a estas localidades onde convive uma diversidade de povos com vivências campesinas, pois nele pode-se encontrar povos que vivem em florestas, áreas de proteção ambiental, vilas de pescadores, áreas

agrícolas, dentre outros espaços localizados em perímetros não urbanos e que são caracterizados como área do campo e que precisam ser atendidos no âmbito educacional, onde os espaços são distribuídos por Nucleação.

1.1. O Município de Ilhéus e as Escolas Nucleadas

Desenvolvemos a presente pesquisa no município de Ilhéus, que figura entre as seis cidades mais importantes da Bahia, e compõe o Litoral Sul, um dos 27 territórios de identidade reconhecidos pelo Governo da Bahia, constituídos a partir da especificidade de cada região com base no sentimento de pertencimento de suas comunidades. Com uma extensão de 1.760,004 km², abrigando um contingente populacional de 184.236 habitantes, conforme informa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2011).

População dos Distritos disponibilizada pelo IBGE de acordo censo realizado em 2010 com seus respectivos quantitativos de domicílios, pessoas, homens e mulheres do Município de Ilhéus.

Distrito	Domicílios	Pessoas	Homens	Mulheres
Aritaguá	5.485	8.117	4.141	3.976
Olivença	4.595	7.536	3.967	3.567
Rio do Braço	1.616	3.235	1.676	1.577
Coutos	1.069	2.661	1.402	1.259
Castelo Novo	1.086	2.424	1.295	1.129
Inema	916	1.934	1.003	931
Banco Central	842	1.789	965	824
Pimenteira	588	1.128	627	501
Japu	603	1.076	586	490
Sede	2519	5.741	3.084	2.657

Atualmente, o município de Ilhéus dispõe de 13 (treze) Escolas Nucleadas ou Núcleos Escolares fora do perímetro urbano. Cada núcleo escolar é composto por unidades escolares ou salas isoladas do campo, gestada por uma escola polo, também do Campo. Desta forma, cada núcleo possui apenas um cadastro no INEP e um único CNPJ, com o nome da Escola Pólo, e uma diretora. Estes núcleos estão distribuídos em toda a extensão territorial dos distritos do referido município.

Algumas das escolas Nucleadas levam os nomes dos distritos e estas se encontram organizadas em Salas Isoladas, espalhadas na extensão territorial que compõe os respectivos distritos do campo. Para dar melhor visibilidade à distribuição das escolas e salas elaboramos o Quadro I. Nele, procuramos descrever como estão distribuídas as Escolas Nucleadas e as Salas isoladas por localidades. Importa destacar que a determinação das Nucleações por território nem sempre obedece à organização por distritos, é possível encontrar escolas fazendo parte da nucleação de outro distrito.

A abrangência territorial ao transportar alunos com deslocamento para as escolas do rural de Ilhéus terá como obrigação atender ao dispositivo legal respeitar os limites do referido Município que estão conforme a Lei n° 12.638 de 10 de janeiro de 2013, que atualiza os limites dos municípios do Território de Identidade Litoral Sul, parte do processo de atualização dos limites intermunicipais do estado da Bahia, de acordo com a Lei n°12.057 de 11 de janeiro de 2011. Conforme divisão político - administrativa do estado da Bahia vigente em 05/2014. O objetivo é apresentar os limites político administrativos do referido município do estado da Bahia. Mapa municipal de Ilhéus, na escala 1:100.000, ano de 2014, de autoria da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, elaborado pela Diretoria de Informações Geoambientais, integrante da série Mapas Municipais.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação

de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidade camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades seus territórios, sua identidade.

Os povos do campo são representados por: Posseiros, Ribeirinhos, Ilhéus, Atingidos por barragens, Assentados, Acampados, Arrendatários, Pequenos Proprietários, Colonos, Sitiantes, Caboclos dos Faxinais, Comunidades negras rurais, Quilombolas e Indígenas.

O ensino regular em áreas rurais no Brasil surgiu no fim do segundo império e implantou-se amplamente na primeira metade do século passado. O seu desenvolvimento através da história reflete, de certo modo, as necessidades decorrentes da própria evolução das estruturas sócio agrárias do país.

Somente no final dos anos 40 e década de 50, a educação no meio rural passa a apresentar, sem dúvida, uma "tomada de consciência educacional", expressa no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Surgem então alguns programas e projetos através de agências governamentais, voltados, em especial, para o desenvolvimento de comunidades e a educação de adultos, esta como um processo contínuo e integrado ao desenvolvimento. A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, patente na expressão que se tornou popular: "Gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade" (anônimo).

A falta de oportunidades de educação, em quantidade e de qualidade, no meio rural, vem sendo responsável por duas situações indesejáveis: os jovens e adultos mais "capacitados" saem do meio rural embora desejassem ficar; os que ficam não estudam o suficiente para desenvolverem capacidades empreendedoras que lhes dêem renda. Nos últimos anos, o campo apresenta os mais baixos índices de escolaridade de toda a sociedade brasileira. Os índices de analfabetismo do Brasil, já bastante elevados, são ainda mais preocupantes no campo. Segundo dados do censo 2001, 29% da população do

campo, na faixa etária acima de 15 anos, é analfabeta. Outra questão crucial a ser considerada é o fraco desempenho escolar na educação básica, contribuindo para o aumento do abandono e da evasão, o que demonstra a histórica negação - à população do campo - do direito de acesso e permanência na escola. Grande parte dessa população, no nosso estado, é caracterizada nas estatísticas como pertencente ao meio rural.

CONTEXTO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

1. PERFIL PEDAGÓGOGICO EDUCAÇÃO DO CAMPO EM ILHÉUS

A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino. A educação para os povos do campo é trabalhado a partir de um currículo essencialmente urbano e, quase sempre, deslocado das necessidades e da realidade do campo.

Mesmo as escolas localizadas nas cidades têm um currículo e trabalho pedagógico, na maioria das vezes, alienante, que difunde uma cultura burguesa e enciclopédica. É urgente discutir a educação do campo e, em especial, a educação pública no Brasil. Será que a educação tem servido para desenvolver cultura entendida como práxis, ou tem contribuído para afirmá-la na perspectiva do conceito burguês? A cultura, os saberes da experiência, a dinâmica do cotidiano dos povos do campo raramente são tomados como referência para o trabalho pedagógico, bem como para organizar o sistema de ensino, a formação de professores e a produção de materiais didáticos. Essa visão, que tem permeado as políticas educacionais, parte do princípio que o espaço urbano serve de modelo ideal para o desenvolvimento humano. Esta perspectiva contribui para descaracterizar a identidade dos povos do campo, no sentido de se distanciarem do seu universo cultural. Essa lógica faz parte de um modelo de desenvolvimento econômico capitalista, baseado na

concentração de renda; na migração do trabalhador rural para as cidades, atuando como mão-de-obra barata, na grande propriedade e na agricultura para exportação que compreende o Brasil apenas como mercado emergente, predominantemente urbano e que prioriza a cidade em detrimento do campo. Entre as características da educação do campo que se pretende construir, estão:

- Concepção de mundo: o ser humano é sujeito da história, não está "colocado" no mundo, mas ele é o mundo, faz o mundo, faz cultura. O homem do campo não é atrasado e submisso; antes, possui um jeito de ser peculiar; pode desenvolver suas atividades pelo controle do relógio mecânico ou do relógio "observado" no movimento da Terra, manifesto no posicionamento do Sol. Ele pode estar organizado em movimentos sociais, em associações ou atuar de forma isolada, mas o seu vínculo com a terra é fecundo. Ele cria alternativas de sobrevivência econômica num mundo de relações capitalistas selvagens;
- Concepção de escola: local de apropriação de conhecimentos científicos construídos historicamente pela humanidade e local de produção de conhecimentos em relações que se dão entre o mundo da ciência e o mundo da vida cotidiana. Os povos do campo querem que a escola seja o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos; portanto, os aspectos da realidade podem ser pontos de partida do processo pedagógico, mas nunca o ponto de chegada. O desafio é lançado ao professor, a quem compete definir os conhecimentos locais e aqueles historicamente acumulados que devem ser trabalhados nos diferentes momentos pedagógicos. Os povos do campo estão inseridos nas relações sociais do mundo capitalista e elas precisam ser desveladas na escola;
- concepção de conteúdos e metodologias de ensino: conteúdos escolares são selecionados a partir do significado que têm para determinada comunidade escolar. Tal seleção requer procedimentos de investigação por parte do professor, de forma que possa determinar quais conteúdos contribuem nos diversos momentos pedagógicos para a ampliação dos conhecimentos dos educandos. Estratégias metodológicas dialógicas, nas quais a indagação seja frequente, exigem

do professor muito estudo, preparo das aulas e possibilitam relacionar os conteúdos científicos aos do mundo da vida que os educandos trazem para a sala de aula; - concepção de avaliação: processo contínuo e realizado em função dos objetivos propostos para cada momento pedagógico, seja bimestral, trimestral, semestral ou anual. Pode ser feita de diversas maneiras: trabalhos individuais, atividades em grupos, trabalhos de campo, elaboração de textos, criação de atividades que possam ser um "diagnóstico" do processo pedagógico em desenvolvimento. Muito mais do que uma verificação para fins de notas, a avaliação é um diagnóstico do processo pedagógico, do ponto de vista dos conteúdos trabalhados, dos objetivos, e da apropriação e produção de conhecimentos. É um diagnóstico que faz emergir os aspectos que precisam ser modificados na prática pedagógica.

Para a educação que se quer construir, um procedimento essencial é a escuta:

- Escutar os povos do campo, a sua sabedoria, as suas críticas;
- escutar os educandos e as suas observações, reclamações ou satisfações com relação à escola e à sala de aula;
- escutar as carências expostas pelos professores das escolas do campo; enfim, ouvir cada um dos sujeitos que fazem o processo educativo: comunidade escolar, professores e governos, nas esferas municipal, estadual e federal;
- por meio da escuta, será gerado o diálogo e nele serão explicitadas as propostas políticas e pedagógicas necessárias à escola pública.

Busca-se uma educação que seja crítica, cuja característica central é a problematização dos conhecimentos. Problematizar implica discutir os conteúdos de forma a gerar indagações e não de forma enciclopédica e mecânica. Para tanto, na educação do campo, o tema questão agrária é essencial para compreender os determinantes que levaram a educação do campo a estar historicamente marginalizada nas políticas educacionais, com base neste princípio é preciso construir eixos temáticos, alternativas metodológicas, proposições que envolvam políticas públicas para assegurara Educação do Campo com o perfil pedagógico mais próximo da realidade local e

cada Nucleação formatar as ações escolares documentado no Projeto Político Pedagógico - PPP utilizando este material como orientador.

CENÁRIO NACIONAL

Acesso à Educação Básica no Campo

Escolas no campo: 74,3 mil

Matrículas: 6,2 milhões

Professores no campo: 342 mil

Professores **com** ensino superior: 182.526 - 53,24%

Professores **sem** ensino superior: 160.319 - 46,76%

71,37% das escolas tem turmas multicicladas e representam 22% das matrículas totais campo

6,2 milhões de matrículas no campo (12,4% do total de estudantes matriculados)

Nos últimos 5 anos foram fechadas 13.691 escolas do campo

Fonte: MEC

EDUCAÇÂO DO CAMPO

TOTAL DE ALUNOS EDUCAÇÃO DO CAMPO (ILHÉUS) – 4876 MATRÍCULA INICIAL 2015

13 NUCLEAÇÕES

1. ESCOLAS NUCLEADAS DE AREIA BRANCA	
Sede	Rodovia Ilhéus / buerarema – km 20
Sala isolada ponta do cedro	Povoado do japú
Sala isolada santa maria	Fazenda santa maria
Sala isolada são josé	Rompedeira
Sala isolada de búzios	Búzios

2. Escolas nucleadas de aritaguá II	
Sede	Rodovia Ilhéus / uruçuca – km 10
Tibina	Povoado de tibina
Retiro	Povoado do retiro
Juerana	Povoado de juerana
Almiro vinhais	Ponta do ramo
Brígido portela	Mamoan

03. Escolas nucleadas de Aritaguá I	
Sede	Rua Chico Mendes, s/n°, Nossa Senhora das neves
Alto da boa vista	São José
Itariri	Povoado de Itariri
Bom gosto	Assentamento bom gosto
Valão	Povoado do valão
Nova vitória	Assentamento nova vitória
Lava pés	Fazenda riachuelo
Inocêncio soares	Povoado lava pés

04. Escolas nucleadas de banco central	
Sede	Rua paraíso, s/n°
Sala isolada são josé	Assentamento são josé
Sala isolada ressureição	Assentamento ressureição

05. Escolas nucleadas do banco do pedro	
Sala avelino luiz (sede)	Rua sulamérica s/nº
Sala isolada stelita rocha	Rua florêncio peixoto, s/n°
Sala isolada senhor do bonfim	Fazenda bonfim – rio do braço
Sala isolada eufrosina berbert	Fazenda feliz lembrança – rio do braço

06. Escolas nucleadas de castelo novo	
Sala maria amélia homem d´rei (sede)	Rua napoleão laureano, s/n°
Sala isolada pedro Inácio	Lagoa encantada
Sala isolada marieta silva	Fazenda corumbá

07. Escolas nucleadas de couto / sede
Rod ilhéus/buerarema, 21

08. Escolas nucleadas de inema

Sede	Av.getúlio vargas, s/nº
Sala isolada luis prisco viana	Av. Getúlio vargas
Sala isolada josé antônio de brito	Rua 15 de novembro

09. Escolas nucleadas de pimenteira	
Sede	Rua rui barbosa, s/nº

10. Escolas nucleadas de japú	
Salas	**Localidade**
Anexo	Assentamento são bento
Sala isolada maria vitória nascimento cardoso	Maria jape
Sala isolada laurindo resende mendonça	Repartimento
Sala isolada santo antonio	Riachão da piaçaveira
Sala isolada jorge amado	Cerrado
Sala isolada wilson rosa e silva	Fazenda ronaldo santana /maria jape
Sala isolada estrela da vida	Assentamento apauti

11. Escolas nucleadas de olivença	
Escola municipal sérgio carneiro (sede)	Rua lúcio soub, n° 20
Sala isolada águas de olivença	Condomínio águas de olivença
Sala isolada jorge amado	Sapucaeira
Stac	Rodovia ilhéus/olivença
Escola polo creche semente da esperança	Praça cláudio magalhães / oliveira
Sala isolada flor do lírio	Fazenda santaninha – sapucaeira
Sala isolada isaías afonso	Fazenda monte belo – sapucaeira
Sala isolada de aramari	Sapucaeira
Sala isolada ribeirão branco	Vila brasil

12. Escolas Nucleadas de Sambaituba

Sede	Rua da linha,s/n°
Sala Henrique Cardoso E Silva	Praça Brasília, S/N°- Sambaituba
Sala Isolada Josephina Lemos Villas Boas	Rua Do Comércio, S/N° - Aritaguá
Sala Isolada Barão de Cotegipe	Rua Da Rodagem, S/N° - Urucutuca
Sala de Vila Olímpio	Vila Olímpio
Sala Isolada Humberto De Campos	Ribeira Das Pedras

13. Escolas Nucleadas de Santo Antonio	
Sede	Rod.Ilhéus /olivença, km 18
Sala Isolada	Ribeirão vermelho
Sala Maria rosa	Cururutinga
Sala Isolada Professor Élio melo	Povoado rio do engenho

FONTE: SETOR DE ESTATÍSTICA SEDUC

Situações apresentadas pela plenária do Seminário da Educação do Campo realizado em Ilhéus

- **A precariedade de infraestrutura,** pois em muitas situações as escolas multicicladas encontram-se localizadas nas pequenas comunidades rurais, muito afastadas das sedes dos municípios, onde a população atendida na escola não atinge o contingente definido pelas secretarias de educação para formar uma turma por ciclos.

- São escolas que em muitas situações, não possuem prédio próprio e funcionam na casa de um morador local ou em salões de festas, barracões, igrejas etc.

- Possuem infraestrutura precária e funcionam em prédios muito pequenos, construídos de forma inadequada quanto à ventilação, iluminação, cobertura, piso; que se encontra em péssimo estado de conservação, com goteiras, remendos e improvisações de toda ordem, causando risco aos seus estudantes e professores.

- Grande parte delas possui somente uma sala de aula, onde se realizam as atividades da escola e da comunidade.

- **Fracasso escolar e defasagem idade-série elevados face às condições de ensino e aprendizagem**, pois os estudantes e professores enfrentam muitas situações adversas como; por exemplo:

  a) longas distâncias percorridas pelos estudantes e por professores para chegar à escola, que podem durar horas diárias, caminhando por ramais e vicinais pouco pavimentadas, utilizando montaria, bicicleta, motocicleta, barco, caminhão, ônibus etc.. muitas vezes antigos, sem manutenção, superlotados;

  b) pela oferta irregular da merenda e ausência de merendeiros, que quando não está disponível, desestimula bastante os estudantes a permanecerem na escola.

  Entretanto, o Art. 5º propõe proposta pedagógica das escolas do campo, respeitando as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, geração e etnia.

Diagnóstico com base nas Diretrizes Municipais da Educação do Campo

2. Seminário do Sistema Municipal de Educação de Ilhéus – Campo

O Seminário Educação do Campo foi realizado com a finalidade de diagnosticar a realidade das Escolas do Campo em Ilhéus, ocorreu no dia 25 de fevereiro, na Faculdade de Ilhéus, por iniciativa do Conselho Municipal de Educação de Ilhéus, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação,

Universidade Estadual de Santa Cruz e UNCME, com apoio logístico e operacional da FTD Editora.

Mediante ata transcrita por professor Pascoal Santos representante do segmento do Conselho Municipal de Educação - CME a programação iniciou com apresentação cultural de alunos da Nucleada de Santo Antônio, na qual foi destacada a necessidade de se ouvir, reconhecer e valorizar o campo, teve início o Evento.

Na abertura, contamos com a participação da Sra. Luciana, da FTD, fazendo algumas considerações acerca do tema, e destacando a necessidade de revermos as políticas e práticas pedagógicas para o Campo, no sentido de resgatarmos valores e aspectos culturais do Campo.

Compondo a mesa de abertura, tivemos as presenças da Secretária de Educação Marlúcia Rocha, da representante da UNCME professora Gilvânia Nascimento, do Presidente do CME Reinaldo Soares, da professora Enilda Mendonça, representante da APPI, do educador não-docente, Rafael (Sambaituba) e da professora Robéria [vice-diretora do Couto]. Os participantes da mesa se manifestaram com relação à importância do tema em questão e sobre a necessidade de repensarmos a educação do Campo para além de práticas tradicionalistas e discriminatórias, que colocam o campo numa condição de exclusão e abandono, prejudicando os alunos e comprometendo seriamente a garantia do direito à educação.

Em seguida, a mesa é desfeita e tem início a palestra da professora Arlete Ramos, doutora em Educação e docente da Universidade Estadual de Santa Cruz. Arlete inicia a sua palestra afirmando que é importante desfazer alguns equívocos que ainda fazem parte do cenário de discussões acerca da Educação do Campo. O primeiro deles é de origem conceitual, pois Educação do Campo é uma educação pensada do ponto de vista do sujeito, do modo de produção (cultura, valores). E faz alguns questionamentos: o que acontece com os alunos que vem do campo para a cidade? Deixam de ser do Campo? Perdem a sua cultura? De que tipo de educação precisam? A da cidade? Em seguida, esclarece que Escola do campo não é apenas aquela que está situada na Zona Rural- é aquela onde a maioria de seus alunos é do Campo. Afirma ainda que é preciso acabar com a idéia de campo como o lugar dos miseráveis, dos desfavorecidos, pois é possível viver com dignidade no

Campo. Fazendo considerações sobre currículo, a professora Arlete questiona: o que deveriam estudar as pessoas que trabalham e vivem no Campo? Trabalho gera cultura e portanto, NO CAMPO É IMPORTANTE TRABALHAR A CULTURA DO HOMEM DO CAMPO. Como mudar então esta realidade? As escolas, as secretarias de educação, os conselhos, precisam refletir sobre esta situação.

Do ponto de vista de uma análise de contexto, a professora Arlete, destaca as questões socioeconômicas, geradas com a saída do Campo para a cidade; formação das periferias e o retorno do homem ao Campo, com a participação efetiva dos movimentos sociais. Reafirma que os saberes do homem do campo não são inferiores com relação aos saberes do homem da cidade; os sujeitos não são ignorantes porque são do campo – estamos falando de saberes diferentes, de cultura diferentes. Em seguida, a professora destaca a diferença entre educação do campo e educação rural. Do ponto de vista da política, a educação do Campo começa no primeiro ENERA; depois as conferências de educação; a partir de 2003, a elaboração das Diretrizes para o Campo e a formação do grupo permanente no MEC. Destaca ainda os embates políticos e econômicos e a existência de dois modelos para o Campo: um progressista, transformador e outro conservador e excludente. Em seguida, faz algumas críticas ao agronegócio, o sentido que tem tomado cada vez mais o espaço dos pequenos produtores; quase 80% é produzido pela agricultura familiar; apenas 13% das pessoas vivem no Campo. O Governo Federal financia o agronegócio - 95% dos recursos foram para o agronegócio e apenas 5% para a agricultura familiar. As pessoas continuam indo para a cidade como lugar do progresso e considerando o campo como lugar do atraso. A palestrante ressaltou ainda que não devemos nos iludir achando que a revolução da educação do Campo está atrelada necessariamente à questão da tecnologia, como a existência de computadores, por exemplo. Somente isto não basta! É preciso atentarmos para os aspectos ideológicos e culturais da questão.

Com relação aos aspectos mais amplos das políticas educacionais para o Campo, a professora cita o PRONERA, o PROJOVEM SABERES DA TERRA, o PROCAMPO (o que difere estas licenciaturas é que elas são feitas por áreas de conhecimento). E faz um questionamento: atualmente, como está

a situação da educação do campo? Temos a educação do campo conservadora, pensada pelo governo e a educação do campo progressista - pensada pelos sujeitos do campo. É importante ressignificar esta história. As escolas do campo estão sendo fechadas - a cada 100 escolas que são fechadas no campo, se constrói uma. Se analisarmos o PRONATEC CAMPO, vamos perceber que o seu grande objetivo é formar mão de obra qualificada para alimentar o agronegócio- quem ganha com isto? É preciso pensarmos uma Educação do Campo realmente transformadora. E infelizmente, não temos observado o governo preocupado com isto. Em nível de Estado (no caso da Bahia, por exemplo), a Educação do Campo não tem visibilidade, os dados são desastrosos e nem conseguimos aprovar ainda as nossas diretrizes para o Campo.

A professora Arlete encerra a sua palestra, destacando mais uma vez a importância das instituições ali presentes, especialmente o Conselho Municipal de Educação, para que possamos ter uma Educação do Campo com um olhar para o homem do Campo, sua cultura e seus valores. Informa que em sua pesquisa, os dados da cidade de Ilhéus, são muito ruins, especialmente quando se trata da valorização dos profissionais que atuam no Campo, citando inclusive a questão das multifunções dos professores do campo.

Após a palestra de Profª. Arlete, Mera Costa apresenta um “diagnóstico da pobreza” em Ilhéus, fruto de pesquisa relativa à pobreza no Território de Identidade Litoral Sul, onde mais de 50% dos habitantes vivem em situação de pobreza, quando não de miséria. Falando de Ilhéus, restou claro que dos 184 mil habitantes, menos de 16% ainda vivem no campo, coisa que preocupa, uma vez que no Censo 2000 do IBGE, 30% viviam aí; destaca que mais de 70 mil pessoas sobrevivem com ¼ de salário mínimo e que esta parcela da população tem no máximo, ensino fundamental I incompleto; além de destacar que são os pretos e pardos [portanto negros] que estão na base da pirâmide e que as mulheres com filhos representam maioria destes dados; ainda destaca que esta maioria vive em condição de insegurança alimentar e nutricional. Após apresenta outros dados, também importantíssimos, destaca a necessidade de que providências sejam tomadas também na área educacional, mas de forma integrada por setores variados de governo.

Ainda neste momento, Luízão – Jupará apresenta a necessidade de a educação do campo ser trabalhada a partir da integração com a agroecologia e com posturas que respeitem os cuidados com a terra, com ações que invistam menos em inseticidas e agrotóxicos e apostem mais em posturas naturais e que valorizem cultivos sadios, para além das posturas oriundas de concepções vinculadas ao capitalismo extrativo e ao agronegócio. Enfim, fez uma fala que desperta a educação para um fazer que considere a educação do campo, a ecologia ambiental e o manejo sustentável.

Representando o setor de transporte da SEDUC, Marco Lessa apresentou as ações que estão previstas para melhorar a situação deste Programa suplementar que é desenvolvido como forma de apoio à educação municipal. Dentre elas: aquisição de novos ônibus, fortalecimento de novas linhas, regularização da lancha que atende à Lagoa Encantada, dentre outras questões.

Para encerrar a parte da manhã, Patrícia Prisco destacou [em slides] alguns aspectos da Coordenação de Educação do Campo, bem como ações das Escolas do Campo que devem ser melhoradas e implementadas no sentido de que haja satisfação em fazer, melhoria das condições de trabalho e dos índices de aproveitamento e de avaliação das escolas do campo.

Foram encerradas as ações da manhã e servido almoço coletivo.

Dando continuidade no período da tarde, conforme planejado, a professora Gilvânia Nascimento propiciou a “motivação” sobre: “a escola do campo que temos e a que queremos” para que educadores/as, gestores e educadores não docentes do campo pudessem, em grupos motivados por técnicas da SEDUC, trabalhar fraquezas e fortalezas existentes nas escolas do campo e apontar sugestões/propostas para que as fraquezas possam ser convertidas em fortalezas; destaque-se que as propostas ainda deverão nortear o planejamento da jornada pedagógica 2014 e o Plano Municipal de Educação para os próximos 10 anos, dentro do que prevê as legislações nacional, estadual e municipal.

Dentre as linhas apresentadas na “motivação”, destacamos:

-Análise de Dados sobre a educação do campo;

-Gestão educacional.

-Formação de professores e de profissionais de serviço e apoio.

-Práticas pedagógicas e avaliação.

- Infraestrutura física e recursos pedagógicos.

-Políticas Públicas em prol da Educação do Campo.

Após tempo significativo de diálogo os quatro grupos trouxeram constatações [fraquezas e fortalezas] e proposições, à luz do pensamento-programa apresentado pela motivadora: O planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes". (Peter Drucker)

A reflexão com base nas fraquezas e fortalezas para a elaboração conceitual no que diz respeito á Educação do Campo, obtida através da construção coletiva, a mesma foi confeccionada e apresentada por sujeitos do Campo que pensam e sonham por uma educação que atenda princípios de qualidade funcional, pessoal, administrativa e valorização do e no campo supracitado mediante produção textual a seguir;

> *Conceito de educação do campo: Educação voltada para a valorização do homem do campo; deve ser estudada de forma que melhore as condições de vida das pessoas do campo, valorizando sua subjetividade; deve ser pensada com os sujeitos do campo; é um grande desafio. É garantir os direitos dos discentes, docentes, enfim, de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem; a educação deve ser feita e pensada na realidade do aluno [cultura, costumes e estilos de vida], valorizando também o todo. (Profissionais da Educação do Campo).*

2.1. FRAQUEZAS E FORTALEZAS

Os três grupos foram organizados em espaços distintos para contribuir coletivamente com informações abaixo a partir da seguinte reflexão - A Escola do Campo que temos e a que queremos, selecionando problemas e soluções com a finalidade de apresentar estes resultados a Secretaria de Educação de Ilhéus para que possa articular com o Governo e parcerias dentre outras Instituições objetivando escalonar metas no cumprimento dessas ações e articular políticas públicas pautada nas fraquezas e fortalezas.

GT1	
PROBLEMAS	SOLUÇOES
-Transporte escolar ineficiente -Estradas Espaço físico Saneamento básico -Ausência de técnicos -Poucos educadores não docentes -Ausência de recursos tecnológicos -Falta de salas multifuncionais -Falta de profissionais para NEE -Ausência de formação continuada	-Garantir, com eficiência o transporte escolar -Manutenção e garantia de boas condições -Reformas e construções de escolas - Mais atenção para água e energia -Mais supervisores e orientadores -Concurso para garantir pessoal - Disponibilizar e manter recursos -Garantir e disponibilizar especialistas - Garantir especialistas em NEE - Formação específica e continuada.

GT2	
PROBLEMAS	SOLUÇÕES
- Nucleações com organização geográfica “ruim” [grandes distâncias] - Transporte escolar insuficiente	- Construção e manutenção de escolas com estradas adequadas para o transporte escolar -Garantir, com eficiência o

- Falta de política de formação e valorização dos profissionais que atuam no campo - Falta de um currículo adequado para atender as especificidades dos sujeitos do campo - Falta de articulação da escola com a comunidade	transporte escolar - Cumprimento do plano de cargos e salários no que se refere à ajuda de custo e redução da jornada de trabalho par planejamento e formação. Além disso, organização das casas de apoio nas localidades; - Discutir e construir coletivamente um currículo adequado para os sujeitos do campo; -Maior articulação escola comunidade

GT3	
PROBLEMAS	SOLUÇÕES
- Agressividade dos alunos entre si; -Professores mal humorados sem se preocuparem com os alunos; -Banheiros entupidos; -Muito morcego, paredes sujas; -Falta de água para beber e cozinhar; -Falta de compromisso dos professores; -Uso do celular por parte dos professores; -Telhado precário; -Trabalho voluntário para a escola não parar de funcionar. -Falta estrutura: é necessário salas mais amplas para desenvolver a criatividade dos alunos. -O campo é tratado com preconceito em relação as escolas da sede;	-Chamar os pais para que tenham mais compromisso em mandar os alunos para a escola; -Professor comprometido com a aprendizagem; -Maior responsabilização de todos os que trabalham na unidade escolar;

-Evasão de alunos por falta de apoio dos pais; -Transporte precário;	

Após as apresentações dos grupos, tivemos a socialização das experiências exitosas das escolas de Sambaituba, Santo Antônio, Aritaguá I, Aritaguá II, Banco Central, Olivença, Estadual Indígena, intercalada com o show dos “Meninos de Fé e Alegria”, muito aplaudido pelos presentes.

Considerações finais em relação ao3º momento em que o campo se reuniu nos últimos tempos para “pensar e dialogar” sobre as práticas pedagógicas, políticas, sociais, culturais e de gerenciamento que se dão na zona rural de Ilhéus, sendo que neste a institucionalidade se fez presente com maior ênfase, coisa que não tira dos/as que atuam no campo a convicção de que urge repensar e ressignificar a compreensão e a ação de pessoas e de instituições quanto ao lugar e o valor que tem os sujeitos do campo e a educação do campo no município de Ilhéus considerando a legislação, a literatura, as articulações dos movimentos sociais do campo e o engajamento cada vez maior de pesquisadores/as nas questões do campo. Prova disso é que acontecerão dois eventos na UESC em 2014: 28 de abril [19:00], com mesa redonda [integrada por diversas representações sociais] alusiva ao dia de luta pela terra momento em que se relembra o massacre de Eldorado dos Carajás; e 19-22/05: 2º Seminário Nacional Movimentos Sociais e Educação do Campo [conduzido pelo Grupo de Estudos de mesmo nome], com a presença de integrantes de movimentos sociais, autoridades e pesquisadores/as da educação do campo; o CME vai argumentar a Reitoria da UESC, o CONSEPE, o Departamento e o Colegiado de Educação quanto à situação do curso de Pedagogia da Terra que já há dez anos e que tem demanda significativa, por tudo que se desenha no Território de Identidade Litoral Sul [que é também Território de Cidadania, por seu nível de pobreza e de miséria] e pelo fato de Ilhéus ser o município com o maior número de assentamentos de reforma agrária [13] e de acampamentos.

Por tudo que aconteceu e por tudo que vivemos naquele dia ficam estas linhas, estão marcadas as impressões, estão postas algumas agendas e, espera-se que políticas públicas sejam discutidas e efetivadas [principalmente

as Diretrizes para a Educação do Campo e o Plano Municipal de Educação] também pelas provocações originadas deste [3º] SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO dado e passado na Faculdade de Ilhéus no dia 25/02/14, quando pessoas e instituições consolidaram neste momento discursões com a seguinte temática: O CAMPO PENSA E DIALOGA SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO.

2.1.1. SEMINÁRIO PARFOR

PARFOR - O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica é resultado da ação conjunta do Ministério da Educação (MEC), de Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) e das secretarias de Educação dos estados e municípios, no âmbito do PDE - Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação - que estabeleceu no país um novo regime de colaboração da União com os estados e municípios, respeitando a autonomia dos entes federados.

O professor será inscrito nos cursos por meio de um sistema desenvolvido pelo MEC onde na SEDUC é assistido por técnicos(as) do PAR, denominado Plataforma Paulo Freire, onde também terá seu currículo cadastrado e atualizado. A partir da pré-inscrição dos professores e da oferta de formação pelas IES públicas, as secretarias estaduais e municipais de educação terão na Plataforma Freire um instrumento de planejamento estratégico capaz de adequar a oferta das IES públicas à demanda dos professores e às necessidades reais das escolas de suas redes. A partir desse planejamento estratégico, as pré-inscrições são submetidas pelas secretarias estaduais e municipais às IES públicas, que procederão à inscrição dos professores nos cursos oferecidos.

2.1.2. I Seminário de Pesquisas em Educação do Campo da UESC

A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), por meio do PARFOR e do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, diversidade cultural e educação, realizou nos dias 05 e 06 de maio, o I Seminário de Pesquisas em Educação do Campo da UESC: O PARFOR e as políticas educacionais. As inscrições são gratuitas

Público alvo: Estudantes de graduação e pós-graduação, Pesquisadores e militantes de movimentos sociais e educadores dos seguintes segmentos: Educação do Campo; Movimento Social e Sindical; Educação Quilombola; Educação Indígena; Secretários de Educação, Coordenação e professores de Educação do Campo, quilombola e indígena (municipais e estaduais); e Instituições de Educação Superior.

Objetivos:

- Conhecer a conjuntura atual da Educação do Campo no Brasil, bem como a sua importância para efetivação de uma educação pública de qualidade para os povos do campo;

- Identificar as políticas públicas educacionais do PAR que são implementadas nas escolas do campo dos municípios da área de abrangência da UESC;

- Socializar os resultados de pesquisas realizadas pelos alunos do PARFOR-UESC, sobre os impactos positivos ou negativos das políticas educacionais do PAR, nas escolas do campo, com base nos dados coletados junto às secretarias municipais de educação dos municípios da área de abrangência da UESC.

2.1.3. Programação

As políticas de Educação do Campo não têm se efetivado em grande parte dos municípios brasileiros. O cenário hoje é desanimador, pois os dados do IBGE mostram que já são mais de 37 mil escolas fechadas no campo, com a proporção de uma escola construída para cada 100 escolas fechadas, e é no campo onde está concentrada a maior taxa de analfabetos do país. Nos últimos anos, avançamos em relação aos marcos regulatórios, como o decreto 7.352, de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

Da forma em que está estruturado o sistema educacional do nosso país, os estados e municípios são os responsáveis, principalmente, pelas políticas

educacionais da educação básica. Mas, de acordo com as pesquisas realizadas, a maioria destas não estão sendo implementadas a contento, no campo. Um dos principais motivos é porque o governo brasileiro está mais preocupado em atender às solicitações do agronegócio, cujo principal objetivo é a produção em grande escala, para exportação, e não, a produção de alimentos para o consumo interno do País. Já a agricultura camponesa, ao contrário, garante mais gente no campo e mais produção de alimentos para o povo brasileiro. E para que o povo camponês permaneça no campo, faz-se necessário pensar em políticas educacionais voltadas para a valorização da sua cultura e das relações de trabalho, contribuindo, assim, para que eles tenham qualidade de vida onde moram.

Os alunos do curso de licenciatura em Pedagogia do PARFOR/UESC foram a campo, nos municípios onde residem, para pesquisar como estão sendo implementadas as políticas educacionais nas escolas do campo. E um dos principais objetivos deste seminário, foi a socialização dos resultados dessas pesquisas.

Dessa forma, o Seminário se torna um espaço para o debate sobre esse cenário de negação do direito à educação de qualidade aos camponeses brasileiros, e em especial da regional Sul da Bahia, por meio das políticas públicas educacionais.

Com base nesses resultados foram diagnosticado situações existentes no âmbito educacional com representatividade gráfica e estatística relacionado a necessidade de assegurar as políticas educacionais em prol dos sujeitos do campo com mais intensidade, para que possamos garantir condições favoráveis, os mesmos foram compartilhados em reunião e disponibilizado com finalidade de refletir e projetar intervenções que venham contribuir para melhoria da Educação do Campo, a partir destes incluir temáticas nesta diretrizes que atendam os problemas levantados através das seguintes proposta:

- Realizar a formação técnica (nível médio e superior) voltada ás demandas de capacitação dos trabalhadores (as) do Campo;

- Implementar políticas públicas de valorização profissional das educadoras e educadores do Campo.
- Realizar concurso público específico para a seleção de professores (as) do Campo;
- Incentivar programas e pesquisas que contemplem o campo, os seus sujeitos, os Movimentos sociais e a totalidade dos processos educativos;
- O CME edite resolução específica para Educação do Campo;
- Que o governo atue de forma colegiada com outras Secretarias, cooperativas, Instituições públicas e privadas;
- Articular com UESC a disponibilidade de cursos de graduação, pós graduação, mestrado dentre outros cursos para Educação do Campo, e incluir nos cursos de licenciatura no currículo Educação do Campo (Pedagogia da Terra).
- Construir prédios escolares atendendo estrutura física com espaços assim como: refeitório, quadra esportiva, salas de aula ampla, espaços administrativos e pedagógicos, auditório, cozinha, biblioteca, dentre outros.
- Construir e \ ou reformar Casa do Professor em cada Nucleação para acomodar e dar melhores condições de acolhida aos professores.

O resgate do acesso à educação de qualidade, pública, gratuita e que tenha como referência o mundo do campo torna-se prioridade na agenda política nacional, para que possamos contribuir com a construção de um projeto de desenvolvimento nacional.

Com relação à educação do campo, temos um instrumento legal importante: as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do campo. No entanto, como referente a tantas outras normas, após a sua aprovação, nos defrontamos com o desafio de fiscalizar a sua aplicação, para que possa efetivamente contribuir com mudanças na realidade educacional tão diversa do campo brasileiro.

É com esse intuito que percebemos a necessidade de novas práticas e idéias educativas, que respeitem as diferenças culturais, étnicas, de geração e de local.

A partir de meados da década de 70, os movimentos sociais e sindicais assumem a liderança da luta pela redemocratização do país, contribuindo entre outros, para o delineamento de um novo olhar sobre a realidade do campo e a importância da educação assegurar condições dignas de existência a sua população.

Reconhecido em suas especificidades históricas, sociais e culturais, o campo é apreendido, nesse contexto, como o espaço de vida e de transformação do mundo, demarcando sua identidade, a partir do reconhecimento e da legitimidade das demandas e interesses dos sujeitos de direitos que se constituem na luta em defesa de uma sociedade democrática.

Colocada sob a ótica dos direitos, tais demandas passam a estabelecer uma nova agenda para as políticas públicas, inscrevendo a diversidade e as especificidades do campo no processo de construção da igualdade e da justiça social.

No bojo dessa (re)ação, diferentes iniciativas situadas na área da educação popular, inclusive da educação do campo, começam a ser pensadas dentro de uma análise crítica de sua relação com a educação escolar e da formação para o trabalho.

Essa mobilização se consolida em torno do processo Constituinte, fazendo com que a Constituição de 1988 se tornasse expressão dessa demanda.Isto é particularmente presente durante a discussão e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1996, que propõe em seu artigo 28, medidas de adequação da escola à vida do campo, (estabelecendo um forte vínculo entre igualdade, diversidade e especificidade) não contemplada anteriormente em sua especificidade.

Nesse particular, o legislador inova ao submeter o processo de adaptação à adequação, institui uma nova forma de sociabilidade no âmbito da política de atendimento escolar em nosso país. Não mais se satisfaz com a adaptação pura e simples.

Reconhece a diversidade sócio-cultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para educação rural, sem, no entanto, recorrer a uma lógica exclusiva e de ruptura com um projeto global de educação para o país.

Nesse sentido, é do texto da mencionada lei a concepção de uma base nacional comum e de uma formação básica do cidadão que contemple as especificidades regionais locais.

> *Art. 26 – os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar; por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.*

Além disso, se os incisos I e II do Artigo 28 forma devidamente valorizados, poder-se-ia concluir que o texto legal recomenda levar em conta, nas finalidades, nos conteúdos e na metodologia os processos próprios de aprendizado dos estudantes e o específico do campo.

Ora, se o específico pode ser entendido como exclusivo, relativo ou próprio de indivíduos, ao combinar os artigos 26 e 28, não se pode, concluir apenas por ajustamento. Assim, parece recomendável, por causa da própria lei, que a exigência mencionada no dispositivo pode ir além da reivindicação de acesso, inclusão e pertencimento.

E, nesse ponto, o que está em jogo é definir, em primeiro lugar, aquilo no qual se pretende ser incluído, respeitando a diversidade e acolhendo as diferenças sem transformá-las em desigualdades. A discussão da temática tem a ver, nesse particular com a cidadania e a democracia, no âmbito de um projeto de desenvolvimento, em que as pessoas se inscrevem como sujeitos de direitos.

Assim, a decisão de propor diretrizes operacionais para educação básica do campo, supõe, em primeiro lugar, a identificação de um modo próprio de vida social e de utilização do espaço, delimitando o que é rural e urbano, sem perder de vista o nacional.

Mesmo diante desses consideráveis avanços institucionais, as deficiências da escola pública permanecem particularmente acentuadas no campo, caracterizando-se pela carência de professores qualificados, pela precariedade das instalações físicas e por uma organização curricular descontextualizada do cotidiano dos povos do campo.

O panorama educacional do meio rural apresenta ainda como problemas uma má distribuição geográfica das escolas, insuficiência, ausência e equívocos na política de transporte escolar; condições inadequadas de trabalho, salários defasados, ausência da formação inicial e continuada necessária ao exercício docente no campo, faltam de material didático e paradidático que tratem a realidade do campo.

Como parte de um projeto de educação comprometido com o respeito e a valorização das singularidades da vida do campo, as políticas de formação de docentes e demais trabalhadores da escola do campo devem atender um conjunto de critérios tais como a identificação das especificidades da vida do campo, afirmação de uma visão positiva do campo, sintonia com a dinâmica social do campo, contribuir para a construção de um projeto do campo e se manter articuladas às políticas públicas de garantia de direitos.

Apesar do consenso em torno da importância da participação do(a) educador(a) no processo de aprendizado dos(as) educandos(as), as condições de formação e de trabalho dos profissionais de educação no campo são precárias. Além da baixa qualificação e salários inferiores aos da zona urbana, eles enfrentam, entre outros problemas, sobrecarga de trabalho, alta rotatividade nas escolas e dificuldades de acesso.

Pela importância em qualquer busca de superação da realidade agressiva, e pela precariedade que os dados indicam sobre a situação, merece um item especial a questão dos docentes do campo.

Dados do INEP (2002) indicam que aproximadamente 354.316 professores atuam na educação básica do campo, representando 15% dos profissionais em exercício no país. Apenas 9% dos professores que atuam no ensino fundamental (primeiro segmento) em escolas situadas no campo apresentam formação em curso superior, o que significa um contingente de aproximadamente 19 mil professores. O percentual de docentes com formação

inferior ao ensino médio corresponde a 8,3%, ou seja, aproximadamente 18 mil professores desempenham suas atividades sem a habilitação mínima. Isso sem considerar aqueles que, apesar de terem formação em nível médio, não são portadores de diploma de ensino médio normal. Nas séries finais do ensino fundamental, o percentual de docentes com apenas o ensino médio corresponde a 57% do total.

No ensino médio 2.116 funções docentes são exercidas por profissionais que atuam no mesmo nível de ensino que a sua escolaridade. Apenas 19,4% dos professores que atuam nas escolas do campo têm participado de formação continuada.

Esses dados se tornam mais alarmantes, principalmente nas regiões do Norte e Nordeste do país, onde o direito se torna mais vulnerável, demonstrando, uma necessária e efetiva ação por parte dos poderes públicos com vistas à construção de uma educação do campo, pública, gratuita e de qualidade, sob pena de comprometer significativamente os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação.

> Sendo assim, faz-se necessário o desenvolvimento de uma política pública de financiamento da educação do campo, adequado ao atendimento de todas as necessidades da educação nacional com definição de padrão de qualidade. Tomando-se por base o custo aluno, em termos relativos à localização do estabelecimento, a educação escolar do campo demanda mais recursos que a urbana. Faz-se necessário repasse diferenciado a mais para as escolas do campo.

Nesse sentido, pelo menos três justificativas podem ser relacionadas:

a*) equação matemática:* por condições objetivas, como as distâncias e a relação quantitativa professor-aluno, o custo aluno do campo é maior que o da cidade;

b*) dívida histórica:* exatamente em razão de financiamento inferiorizado, o campo acumula déficits de quantidade e de qualidade, em relação à cidade que, ademais, já é deficitário. Tal disparidade se reflete nos índices estatísticos de maneira explícita ao se comparar campo e cidade;

c*) desenvolvimento equilibrado*: é de se supor que qualquer pretendido “plano de construção de nação” considere campo e cidade como partes de uma mesma totalidade que se permeiam.

Por tanto, o financiamento da educação nas escolas do campo, tendo em vista o que determina a Constituição Federal, no artigo 212 e no artigo 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, a LDB, nos artigos 68, 69, 70 e 71, e a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Lei 9.424, de 1996,

será assegurado mediante cumprimento da legislação a respeito do financiamento da educação escolar no Brasil.

No cumprimento do disposto no § 2º, do art. 2º, da Lei 9.424, de 1996, que determina a diferenciação do custo-aluno com vistas ao financiamento da educação escolar nas escolas do campo, o Poder Público levará em consideração:

⇒ as responsabilidades próprias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o atendimento escolar em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, contemplada a variação na densidade demográfica e na relação professor/aluno;

⇒ as especificidades do campo, observadas no atendimento das exigências de materiais didáticos, equipamentos, laboratórios e condições de deslocamento dos alunos e professores apenas quando o atendimento escolar não puder ser assegurado diretamente nas comunidades rurais;

⇒ remuneração digna, inclusão nos planos de carreira e institucionalização de programas de formação continuada para os profissionais da educação que propiciem, no mínimo, o disposto nos artigos 13, 61, 62 e 67 da LDB.

2 - Dos Princípios

A afirmação do direito à igualdade como ponto de partida para o conhecimento dos direitos humanos e o exercício da cidadania passa também pela busca da eqüidade no acesso à educação, ao emprego, à saúde, ao meio ambiente saudável, à reforma agrária ampla e massiva e ao combate a todas as formas de preconceito e discriminação por motivo de raça, sexo, religião, cultura, aparência, ou condição física.

A política da igualdade deve ser praticada na garantia de oportunidades e no reconhecimento da diversidade, afirmando que oportunidades iguais são necessárias, mas não suficientes para oportunizar tratamento diferenciado, visando promover igualdade entre desiguais e o respeito às diferenças.

A igualdade de oportunidades para os povos do campo passa não somente pela universalização do acesso a uma das escolas públicas, gratuitas, de qualidade e socialmente comprometidas para os segmentos excluídos de nossa sociedade, como também pelo resgate dos saberes dos diferentes sujeitos a quem a educação e a escola se destinam, na democratização da cultura e no enraizamento do cotidiano da escola, na realidade dos sujeitos que a compõem – na sua identidade, na relação com o mundo do trabalho e da cultura.

Essa especificidade da escola do campo exige a capacidade de reconhecer o diferente e o outro na condição de sujeito, jamais como estranho e, dessa forma, estabelecer um modo de pertencimento das pessoas a uma comunidade e à sociedade que impeça a transformação das diferenças em desigualdades. Faz parte da humanização dessa trajetória encontrar meios para realizar a mais ampla condição da igualdade e bem estar dos seres humanos, entendendo-se que todos são protagonistas de uma história a partir da inserção na luta coletiva por uma existência digna.

A diferença e o pertencimento são aspectos de uma abordagem que acolhe o diverso sem, contudo, perder a visão da totalidade, contrapondo-se à compreensão setorializada e excludente que ainda predomina no debate sobre a inserção da educação do campo numa proposta de desenvolvimento para país.

O respeito à identidade da escola do campo, deve esta vinculado às questões inerentes a sua realidade, temporalidade e saberes próprios dos educandos (as), bem como à memória coletiva que sinalizam futuros na rede de ciência e tecnologias disponíveis na sociedade, que passa pela recriação da identidade dos sujeitos na luta e em luta como um direito social, possibilitando a reflexão na práxis da vida e da organização social do campo.

Nesse sentido, reafirmamos os princípios abaixo relacionados, como elementos fundantes dos argumentos apresentados e orientadores de uma política nacional de educação do Campo:

- Direito humano como efetividade / indivisibilidade dos direitos;
- Democracia;
- Indissociabilidade – Educação/Desenvolvimento: Desenvolvimento orientado pelos princípios da igualdade e da justiça social,

comprometido com a continuidade da vida e das condições dignas de existência da população que vive e/ou trabalha no campo;

- Da diversidade/especificidade/diferença;
- Da educação e da educação do campo como direito subjetivo;
- Da autonomia dos processos pedagógicos e dos sujeitos coletivos de direitos;
- Da política pública como ação estruturadora e permanente do Estado, gerada no âmbito das relações que se estabelecem entre as instituições e os sujeitos coletivos de direitos;

As principais diretrizes norteadoras da educação do campo devem pautar-se pela Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002, pelo artigo 28 da LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assegurando a Educação do Campo como um direito social. As demais, constitui-se acúmulo por parte dos sujeitos do campo, que preconizam o cumprimento desse direito, outras diretrizes, tal como segue:

Educação do campo como política pública efetivada através da ação permanente do Estado e da luta dos sujeitos coletivos de direitos;

Educação como organizadora e produtora da cultura de um povo e produzida por uma cultura, a cultura do campo, baseada nos princípios da gestão participativa e democrática;

Construção dos projetos político-pedagógicos das escolas do campo vinculando as questões inerentes a sua realidade, temporalidade e saberes próprios dos educandos (as), bem como a memória coletiva que sinalizam futuros na rede de ciência e tecnologias disponíveis na sociedade;

Organização do currículo e do trabalho pedagógico adequado ao modo de ser e produzir dos sujeitos do campo e à garantia de se dotar essas comunidades de infraestrutura adequada à plena realização das atividades escolares;

Financiamento para reestruturação e expansão do parque escolar do campo (infraestrutura, manutenção, equipamentos);

Universalização do acesso à Educação Básica do campo no próprio campo e expansão do acesso à educação profissional e superior;

Garantia de uma política pública de formação de educadores (as) considerando as especificidades do campo e as experiências no exercício de docência, as questões sociais, culturais, étnicas, bem como a valorização profissional e incentivo salarial*;*

Desenvolvimento de estratégias de formação polivalente dos educadores ao longo do ensino fundamental (formação por áreas);

Produção de material didático específico e contextualizado, isto é, coerente com a realidade do campo;

Criação de estrutura dentro do sistema de ensino para definição, avaliação e acompanhamento das políticas públicas de Educação do Campo.

Na atualidade, diz respeito à situação vivenciada por um grupo significativo de crianças, adolescentes e jovens brasileiros e remete a consideração sobre uma categoria que envolve, além de circenses, outros grupos sociais.

Assim, essa consulta levou a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação a produzir Parecer e Resolução que definem as Diretrizes para o atendimento escolar na Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância.

Nesse sentido, para efeitos desse parecer, são consideradas em situação de itinerância as crianças e adolescentes pertencentes a diferentes grupos sociais que, por motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, dentre outros, se encontram nessa condição. Podem ser considerados como vivendo em situação de itinerância ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, artistas, demais trabalhadores em circos, parques de diversão e teatro mambembe que se autor reconheçam como tal ou sejam assim declarados pelo seu responsável legal.

A condição de itinerância tem afetado, sobremaneira, a matrícula e o percurso na Educação Básica de crianças, adolescentes e jovens pertencentes aos grupos sociais anteriormente mencionados.

Isso nos remete à reflexão sobre as condições que os impedem de frequentar regularmente uma escola, tomando como exemplo os estudantes circenses.

A consequência dessa condição tem sido a sujeição à descontinuidade na aprendizagem, levando ao insucesso e ao abandono escolares, impedindo-lhes a garantia do direito à educação.

As orientações e encaminhamentos dados pelas instituições escolares à matrícula dos estudantes em situação de itinerância geralmente não são de conhecimento público, ficando, na maioria das vezes, à mercê da relação estabelecida entre a escola e a família em contextos específicos.

4 - Dos Objetivos e Metas

1. Garantir 100% oferta de vagas na Educação Infantil mediante implantação de infra estrutura, concurso público de professores vinculado ao campo, e condições pedagógicas adequadas para esse atendimento;

2. Garantir 100% universalmente vagas no Ensino Fundamental compreendido em nove anos, mediante implantação de infraestrutura e condições pedagógicas adequadas e em localização próxima às residências dos alunos;

3. Garantir 100% a ampliação da oferta de Ensino Médio e Profissional, mediante expansão de escolas em comunidades rurais agregadoras de vizinhanças, seguindo-se os modelos de ensino regular e/ou o sistema de Alternância;

4. Garantir 100% oferta de vagas em cursos de Educação de Jovens e Adultos, próximos ao local de trabalho, por meio de programas especiais em colaboração entre os sistemas públicos de ensino com interveniência de organizações da sociedade civil, de modo que integre escolarização de ensino fundamental ou médio e qualificação social e profissional;

5. Garantir 80% o acesso e a permanência da população do campo no Ensino Superior, levando em conta as condições objetivas de vida, trabalho, deslocamento e moradia destas e a progressiva expansão do Ensino Superior público no campo;

6. Implantar 80% imediata de programa nacional de formação inicial dos profissionais da educação do campo, que já se encontram em serviço, em nível médio e superior, de acordo com o estabelecido em lei, por meio de programas específicos, que levem em conta as características específicas dos processos educativos, as condições próprias de trabalho, de vida, do meio ambiente e da cultura do campo;

7. Implantar 80% progressivamente, com início imediato, nas instituições públicas de ensino ou por meio de convênios com instituições comunitárias, de

cursos de habilitação específica em educação do campo, em nível médio e superior, com vistas a formar futuros profissionais de educação do campo.

8. Garantir 100% a oferta de formação continuada, bem como o estímulo à participação, criando-se as condições necessárias de afastamento do serviço e de custeio, a todos os profissionais da educação do campo, por meio de programas especiais que levem em conta as características específicas dos processos educativos, as condições próprias de trabalho, de vida, do meio ambiente e da cultura do campo;

9. Implantar 60% imediatamente concursos públicos específicos, nos sistemas públicos de ensino, para o provimento progressivo dos cargos de profissionais da educação do campo;
10. Garantir 50% da carga horária semanal dos\as educadores\as para formação continuada e planejamento;

11. Ampliar 80% o imediato reordenamento do parque escolar, com expansão e instalação de escolas do campo no espaço geográfico do próprio campo, de modo a coibir o transporte de alunos da educação básica do campo para a cidade e que o transporte escolar intra- campo não ultrapasse duas horas considerando o trajeto de ida e de volta;

12. Garantir 100% progressivamente a melhoria das condições físicas de funcionamento das escolas do campo, por meio de programas especiais de obras e instalações, dotando-as de mobiliário e outros equipamentos e materiais didático-pedagógicos, como biblioteca, laboratório, espaço cultural e áreas de lazer.

13. Garantir 100% de apoio por meio de programas especiais à produção, reprodução e aquisição de materiais didáticos e pedagógicos apropriados à educação do campo, que levem em conta, além das qualidades universalmente consagradas, as características do contexto em que a escola ou conjunto de escolas está inserida;

14. Definir 100% orientações curriculares contextualizadas à realidade dos povos do campo;

15. Criar com o prazo de 3 anos uma Política de financiamento diferenciado para a Educação do Campo, com uma definição de custo-aluno que leve em consideração os recursos e serviços que garantam a qualidade social da educação, as especificidades do campo e de seus sujeitos;

16. Ampliar com o prazo de 3 anos em cada sistema de ensino uma Coordenadoria específica ou equivalente da Educação do Campo;

17. Garantir 100% o controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade do campo;

18. Considerar 100% as demandas provenientes dos movimentos sociais como subsídios para definição dos componentes estruturantes das políticas educacionais, respeitado o direito à educação escolar, nos termos da legislação vigente;

19. Elaborar no prazo de 3 anos o projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantindo a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade;

20. Efetivar 100% mecanismos de gestão democrática, tendo como perspectiva o exercício do poder nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 1º da Carta Magna;

21. Consolidar durante 3 anos a autonomia das escolas e o fortalecimento dos conselhos que propugnam por um projeto de desenvolvimento que torne possível à população do campo viver com dignidade;

22. Estimular 100% a autogestão no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino como estratégia para uma abordagem solidária e coletiva dos problemas do Campo;

24. Definição durante o prazo de 3 anos estratégias de avaliação institucional da Educação do Campo e dos seus impactos sobre a qualidade da vida individual e coletiva nas comunidades onde a instituição está inserida.

2.6.3 OBJETIVOS E METAS

Universalização do acesso e permanência

Objetivo

Assegurar a universalização do acesso, e permanência, da população baiana que vive e trabalha no campo e do campo à Educação Básica de qualidade social mediante uma política pública permanente.

Metas

- Garantir, em quatro anos, condições mínimas de funcionamento a todas as escolas do campo, dotando-as de mobiliário, equipamentos e materiais didáticos.
- Ampliar, em dois anos, o número de escolas no campo para atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.
- Adotar, em dois anos, o programa de nucleação das escolas de Ensino Fundamental (6º ao 9º) e Médio, no próprio espaço do campo, garantindo aos educandos a permanência nos seus espaços socioculturais.

Formação dos Professores

Objetivo

Formular e implementar a política de formação dos professores que atuam nas escolas do campo.

Metas

- Garantir, em três anos, a formação mínima em magistério a todos os professores que já atuam nas escolas do campo.
- Assegurar a formação continuada aos professores que atuam no meio rural, contemplando as questões específicas e relevantes da educação do campo.

Formular e implementar, em parceria com universidades públicas, programas específicos para a formação inicial em nível médio e superior para professores que atuam no campo no prazo de três anos.

Organização escolar e currículo

Objetivo

Assegurar a autonomia das escolas do campo no processo de construção do Projeto Político Pedagógico, considerando as diversas experiências já desenvolvidas.

Metas

- Definir, no prazo de dois anos, em conjunto com as comunidades, diretrizes para elaboração de calendários escolares flexíveis, adequando-se a realidade econômica e geográfica de cada localidade.
- Implementação de proposta político-pedagógica para a educação do campo, no prazo de dois anos, enfatizando a participação efetiva da família no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.
- Implantar em parceria com os municípios, no prazo de três anos, uma proposta metodológica diferenciada e específica em todas as classes de Educação Infantil e multicicladas.
- Construir e/ou adequar à realidade do campo a proposta pedagógica da Educação Infantil, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação Profissional, no prazo de três anos.
- Elaborar, no prazo de três anos, as Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo, incluindo toda Educação Básica e Superior.
- Definir e implementar uma política de acompanhamento e assessoramento técnico pedagógico para as escolas do campo, no prazo de três anos.
- Garantir o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação para o monitoramento e otimização dos recursos destinados à educação do campo.

Promover curso de formação dos gestores do campo em pedagogia da alternância, pautada em princípios: filosóficos, metodológicos, pedagógicos e políticos, administrativo.

Garantir no currículo escolar os 03 princípios da educação do campo:

ancestralidade, identidade (construída a partir da ancestralidade) e resistência.

Assegurar no currículo escolar do campo a formação integral dos sujeitos, pautados em princípios filosóficos, políticos, artísticos, intelectuais pedagógicos, humanos e científicos.

Garantir energia elétrica e água potável em todas as Nucleações.

Realizar Mobilizações sociais em prol da educação do campo, envolvendo diversos segmentos da comunidade escolar.

Consolidar políticas públicas que tenham a ver com a realidade do campo no Município.

Realizar momentos culturais na sede do Município que oportunizem as escolas do campo apresentar o trabalho desenvolvido.

Definir uma linha de trabalho/propostas específicas para a Educação Infantil no campo.

Ampliar e/ ou construir prédios escolares (nucleação de fato, com prédios escolares centrais)

Obter recursos financeiros específicos (locação de recursos a nível Municipal para a manutenção adequada das escolas do campo).

Criar condições de acesso / qualidade das estradas/ transporte escolar.

Estabelecer condições de permanência dos alunos.

Cumprir calendário oficial SEDUC e flexibilizar caso necessário com ações que atendam as especificidades do campo. Sujeito aprovação SEDUC.

- Situações climáticas / entraves no acesso
- Disponibilidade para planejamento da equipe
- Propostas explorando o meio com atividades relacionadas lei 10.639/2003 e lei 11.645/2008

Assegurar Merenda Escolar contínua e de qualidade

Realizar Concurso público para professores e profissionais de apoio, efetivando Políticas Públicas para atrair e garantir a permanência deste profissional no campo (concurso específico)

Instrumentalizar formação de professores para atuar na Educação do Campo, em parceria com outras instituições.
Garantir a reprodução de materiais pedagógicos para Unidades Escolares.
Elaborar legislação para regulamentar e / ou acomodar alunos da Educação Infantil no campo nas Nucleações Centrais para reduzir e/ou acabar as salas multicicladas.
Organizar o campo com um único Sistema de Ensino respeitando as peculiaridades.
Gerar Cursos de formação específica para os educadores do campo com carga horária estendida (pode ser articulado em parceria com Instituições de Ensino Superior).
Pensar estratégias para garantir a inclusão digital no campo.
Digitalizar em rede os documentos legais que regulamentam o sistema municipal de Ensino/Educação do Campo. Atender a demanda de 50% dos portadores de necessidades especiais.

Apesar do esforço, a escola pública oferecida à população do campo ainda hoje apresenta questões graves, que demandam intervenções imediatas:

- currículo e material didático alheio à realidade do campo;
- falta de escolas para atender a todas as crianças, jovens e adultos;
- falta de infra-estrutura nas escolas existentes;
- número significativo de crianças, adolescentes e jovens fora da escola;
- concentração dos mais altos índices de analfabetismo;
- professoras e professores com visão de mundo urbano e tradicional;
- profissionais sem formação mínima e específica para a atividade de docência;

- práticas distantes das necessidades e das questões da agricultura familiar, alheias a um projeto de desenvolvimento e estimuladoras do abandono do campo por apresentar o urbano como superior, moderno, atraente.

POLÍTICAS E DIRETRIZES

A educação, enquanto organizadora e produtora da cultura de um povo, especificamente a cultura do campo, não pode permanecer seguindo a lógica da exclusão do direito à qualidade para todos e todas. Assim, ao se reconhecer uma territorialidade própria para o campo, pensa-se numa educação com características e necessidades próprias, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas. É um direito e uma oportunidade que o Estado brasileiro deve assegurar a todas as pessoas que vivem e trabalham no espaço rural.

As diretrizes para a Educação do Campo estão pautadas no artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB- 9394/96; nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica para as Escolas do Campo. Nessas diretrizes está explícita, inclusive, a identidade do campo (art. 2º § único), não circunscrita a um espaço geográfico, mas, vinculada aos povos do campo, seja os que vivem no meio rural, seja os que vivem nas sedes dos municípios do nosso país.

A identidade da escola do campo é definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destina: agricultores/as, familiares, assalariados/as, assentados/as, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim todos os povos do campo brasileiro*(1)...

As políticas educacionais devem, portanto, garantir o acesso e a permanência das populações do campo em todos os níveis da educação, em consonância com o projeto histórico, social, político, econômico e cultural das populações, baseadas no respeito e na valorização dos milhares de baianos que tiram seu sustento da terra.

A escola do campo deve estar fundamentada em princípios pedagógicos tais como:

a) visão da escola enquanto formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana;

b) valorização dos diferentes saberes no processo educativo;

c) formação dos sujeitos da aprendizagem em diferentes espaços e tempos;

d) vinculação da escola à realidade dos sujeitos;

e) reconhecimento da educação como recurso para o desenvolvimento sustentável;

f) autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino.

Esses princípios irão fundamentar as políticas e diretrizes para a Educação do Campo do Estado da Bahia, a saber:

a) universalização do acesso da população baiana que trabalha e vive no e do campo à Educação Básica de qualidade social por meio de uma política pública permanente;

b) criação de um currículo flexível interdisciplinar, respeitando a especificidade da educação do campo e a diversidade dos sujeitos a que se destina;

c) valorização e formação específica de educadoras e educadores do campo;

d) organização dos tempos e espaços escolares adaptados às condições de cada região, adequando o calendário escolar ao ciclo agrícola e às condições climáticas;

e) implantação e /ou implementação de proposta metodológica específica e diferenciada, para Educação Infantil e classes multicicladas (1º ao 5º), garantindo um ensino de qualidade e compatível com a realidade;

f) adoção dos princípios da Pedagogia da Alternância no Ensino Fundamental, Médio e Profissional, possibilitando ao jovem comprometer-se, experimentar, avançar tecnicamente, responsabilizar-se, dialogar e inserir-se no campo junto aos adultos na busca de soluções de problemas e de melhorias de qualidade de vida;

g) constituição de equipe técnico-pedagógica com qualificação, nas secretarias de educação do estado e dos municípios para atender a diversidade e a especificidade da clientela do campo;

h) articulação da política de educação do campo com as diferentes políticas públicas, visando a erradicação do trabalho infantil e a promoção do desenvolvimento sustentável do campo.

EDUCAÇÃO INDÍGENA

DIAGNÓSTICO

O direito dos povos de serem reconhecidos como diversos está presente no âmbito do direito internacional, as referências mais conhecidas sobre a questão são a Convenção 169, da OIT e a Declaração dos Povos Indígenas, da ONU. No Brasil, a pluralidade cultural é reconhecida na lei maior, a Constituição Federal de 1988. Em relação aos índios, essa lei e outros documentos legais evidenciam o direito a uma educação diferenciada, principalmente a Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Nacional de Educação e Resoluções 02 e 03 da CEB/CNE.

Sob esse aspecto, o Plano Nacional de Educação (PNE, publicado no DOU de 10.01.2001), salienta que a escola indígena diferenciada deve se incorporar ao sistema oficial de ensino, guardando suas particularidades. Recentemente, o governo estadual, respondendo às reivindicações indígenas, publicou o Decreto 8.471, de 12 de março de 2003, que cria a Categoria de Escola Indígena no âmbito do sistema estadual de ensino do Estado da Bahia, e o Conselho Estadual de Educação publicou a Resolução N° 106/04, de 22 e 23 de janeiro de 2005, que define as diretrizes para a autorização dos cursos da Educação Básica. Apesar do respaldo legal, a educação indígena na Bahia apresenta inúmeros problemas: não existe um atendimento que corresponda à real demanda escolar; faltam condições de funcionamento para muitas das escolas existentes; a necessidade de formação inicial e continuada para o professorado é grande, embora, em 2003, 64 professores tenham concluído o Curso de Formação de Magistério Indígena; a carreira do professor não está regulamentada; é débil, ainda, o apoio institucional para a pesquisa e o desenvolvimento de experiências que fortaleçam o processo de constituição da escola indígena diferenciada. Por outro lado, é impossível elaborar uma proposta de educação indígena sem levar em conta a questão da territorialidade.

Os povos indígenas, expulsos dos seus territórios originários, passam por um processo de reconquista, retomando seus territórios tradicionais, reafirmando sua identidade étnica e construindo sua educação com as devidas especificidades.

Introdução das temáticas indígenas e africanas no ensino de história do Brasil com base na Lei nº 10.639\ 03 alterada para Lei 11.645\08.

Com base na Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB - 9.394 / 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências, como incluir o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra"; prevê expressamente no caput do artigo 26. A que, " Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.". O parágrafo primeiro afirma que: "O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil". A partir desta surge a seguinte alteração pela Presidente da República:

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e

Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2o "Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

A Secretaria Municipal de Educação de Ilhéus no uso de suas atribuições para atender as leis 10.639\03 e 11.645\08 assegurada pela Resolução 002\09 do CME\Ilhéusdeterminaa inclusão deste tema no currículo escolar propicia a possibilidade de um trabalho integrado entre as diversas disciplinas que o compõe, enriquecendo e dando um maior significado à aprendizagem dos alunos, bem como, propiciando a abordagem do tema transversal conhecido por pluralidade cultural.

A metodologia do projeto prevê a produção de material didático, organização de palestras, minicursos, oficinas em sala de aula, produções, estudos, exposições contemplando as seguintes unidades temáticas: práticas pedagógicas e afrodescendentes; Cultura Indígena; Identidade e Educação de euro-descendentes; Cultura e complexidade escolar. Assim, o projeto apresenta-se como uma maneira de minimizar as dificuldades vivenciadas pelos professores no tratamento das questões étnico-raciais em sala de aula, bem como, disponibilizar metodologias e subsídios para o desenvolvimento das práticas pedagógicas e possibilitará um profissional para dar suporte e acompanhamento da proposta nas escolas.

O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para formação do povo brasileiro, especialmente a matriz indígena, considerando ainda que a lei nº 11.645\08 introduza inclusão das temáticas africanas e indígenas nos currículos de História, arte, e língua portuguesa de forma que resgate e valorização de traços culturais como ancestralidade e a musicalidade.

Mediante propostas pedagógicas contidas nas diretrizes dos segmentos de ensino do Sistema Municipal de Educação de Ilhéus, é pertinente construir plano de trabalho específico e estudo que valorize os povos *INDÍGENAS TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA,* onde representa o povoado local como retrata o texto abaixo;

Localização territorial

O território dos Tupinambás de Olivença está localizado no sul do estado da Bahia. Grande parte dele está inserido no Município de Ilhéus, mas também situa-se nos municípios de Buerarema e de Una. Trata-se de uma área predominantemente de Mata Atlântica (*Mata Higrófila Sul-Baiana*) que vai até a costa marítima. A área melhor preservada é aquela que foi utilizada exclusivamente para a extração de piaçaba das palmeiras nativas e que predomina na região próxima à costa marítima (Acuípe, Curupitanga, Campo de São Pedro), penetrando até cerca de 10 km no interior do território indígena. Há uma grande diversidade de recursos naturais na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, que também contém áreas de solo pobres e de solos mais ricos,

como aqueles que são encontradas na chamada região cacaueiras do sul da Bahia.

A faixa litorânea utilizada pelos Tupinambás é formada por praias, mangues e restingas. A zona de estuário é lodosa e repleta de manguezais. O material (sedimentos) que forma esses bancos de areia provém dos vários rios que ali desembocam, como o Acuípe e o Maruim.

Os Tupinambás de Olivença vivem na região de Mata Atlântica, no sul da Bahia. Sua área situa-se a 10 quilômetros ao norte da cidade de Ilhéus e se estende da costa marítima da vila de Olivença até a Serra das Trempes e a Serra do Padeiro.

A vila hoje conhecida como Olivença é o local onde, em 1680, foi fundado por missionários jesuítas um aldeamento indígena. Desde então, os Tupinambá residem no território que circunda a vila, nas proximidades do curso de vários rios, entre os quais se destacam os rios Acuípe, Pixixica, Santaninha e Una.

Apesar da longa história de contato, a filiação ameríndia é fundamental para compreendermos a vida social dos Tupinambás de Olivença na atualidade. Não se trata de um resquício histórico remoto, mas de uma marca efetiva na organização social e modo de vida dos Tupinambás que hoje habitam a região. Entre outros aspectos, destaca-se sua organização em pequenos grupos familiares e certos gostos alimentares, como a preferência pela “giroba”, uma bebida fermentada produzida por eles.

Ainda que os Tupinambás de Olivença se considerem muitas vezes “caboclos” ou mesmo “índios civilizados”, isso nunca significou um abandono de sua condição indígena. O Estado retirou-lhes os direitos indígenas diferenciados a partir do fim do século 19, em função das visões restritivas que os órgãos oficiais tinham a respeito de quem era ou não indígena. Foi somente com a Constituição de 1988 que se criou abertura legislativa para que as solicitações dos Tupinambás de Olivença, e de outros povos, fossem ouvidas e pudessem ter respaldo.

Em 2001, os Tupinambá de Olivença foram reconhecidos oficialmente como indígenas pela FUNAI. A primeira fase de demarcação do seu território concluiu-se em abril de 2009 com a publicação do resumo do relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Os Tupinambás de Olivença produzem uma enorme variedade de alimentos a partir de vários tipos de mandioca. Destaca-se a importância da produção de farinha de mandioca, do beiju e da "giroba" (bebida fermentada) para a vida social e também para a subsistência dos Tupinambás.

O sistema de plantio entre os Tupinambá de Olivença é o da agricultura de coivara que implica na derrubada e queima da mata, na limpeza do terreno e depois na plantação.

Além da agricultura, outra atividade importante para a subsistência dos Tupinambás é a pesca realizada predominantemente nos rios e nas áreas de brejo (entre rios e o mar).

A pescaria com armadilhas e pequenas redes como o *jererê* é muito utilizada e largamente apreciada pelos Tupinambás de Olivença. O *jererê* é normalmente confeccionado pelas mulheres, consistindo numa pequena rede sustentada por uma armação de vara de embira com forma cilíndrica.

Para se pescar com este instrumento, os índios têm que entrar no rio e mergulhá-lo dentro de água quando avistam um peixe, de forma a aprisioná-lo na rede. Essa é uma técnica adequada ao período em que o rio está "seco". São principalmente as mulheres que pescam com *jererê*.

A armadilha feita com "tapagem" corresponde à construção de uma barragem em áreas de corredeiras, com o objetivo de direcionar a passagem dos peixes maiores para um só local. Nesta passagem é colocada uma armadilha feita de varas trançadas com cipó, chamada de *Jiqui*. Os Tupinambás de Olivença também fazem tapagens de pedra em áreas onde o rio tem mais força ou mesmo em cachoeiras, como nos rios Santaninha e Una,

ou mesmo em cachoeiras. As tapagens são colocadas principalmente no período de chuvas e no verão – quando o rio está mais cheio e agitado -, pois os peixes só ficarão presos no *jiqui* quando vêm com a correnteza. Há, no entanto, uma outra técnica de “tapagem”, feita com palha, que é utilizada em rio “liso”, sem cachoeira.

A pesca no rio, por sua vez, é complementada pela pesca no mar e pela coleta de crustáceos no mangue. Para os Tupinambás que habitam nas áreas próximas à costa, a pesca no mar é atividade importante que e sempre complementada por outras. Já a coleta de crustáceos no manguezal é fundamental para todos os Tupinambás. A coleta de caranguejo é uma atividade sazonal, realizada apenas entre os meses de janeiro e abril. Este período é denominado pelos Tupinambás de “andada”. O termo descreve o período em que os caranguejos saem debaixo da terra e andam na superfície. Os Tupinambás não gostam de enterrar as mãos na lama e apanhar os caranguejos, é por isso que esperam o período da “andada”. Como é apenas neste período que os índios vão ao mangue, também chamam-no de “data do caranguejo”. É neste momento que “os caranguejos ficam na euforia”, como dizem alguns índios. Através do calendário da lua, os Tupinambá sabem os hábitos dos principais crustáceos que vivem no mangue: uma lua antes da “andada do caranguejo”, quem anda é o guaiamum macho; uma lua cheia antes da “andada do caranguejo”, anda o guaiamum fêmea (“andada da pata choca”). Quando está trovejando, o caranguejo sai do buraco para acasalar. Estas atividades não são e nunca foram praticadas pelos Tupinambás com fins comerciais.

As festas tradicionais dos índios de Olivença estão bastante associadas a rituais católicos e constituem momentos de particular importância para a constituição e consolidação de laços entre habitantes de várias localidades.

A Festa do Divino Espírito Santo realizada no final do mês de maio é um momento especial de reunião entre as pessoas que vivem na Mata e na vila de Olivença. A Festa da Puxada do Mastro ou Festa de São Sebastião, que acontece todo o segundo final de semana de janeiro, ganhou nos últimos anos um papel mais relevante nas relações sociais na vila. A Festa de São Sebastião também se realiza na aldeia tupinambá da Serra do Padeiro, mas apresenta tradições diferentes.

A caça é praticada pelos Tupinambás em todas as localidades de seu território, mas predomina naquelas onde há maior extensão de floresta em fase de regeneração e onde o acesso à mata não é impedido pelos fazendeiros. A caça é uma atividade exclusivamente masculina e o conhecimento técnico associado é compartilhado tanto pelas gerações mais velhas quanto pelas mais jovens. Essas técnicas tradicionais pressupõem conhecimentos acerca do comportamento dos animais e implicam em relações específicas entre o caçador e a caça.

A coleta de piaçaba é a atividade extrativista mais importante entre os Tupinambá de Olivença. De acordo com documentos do período colonial e imperial, a coleta da piaçaba foi uma das primeiras atividades desempenhadas com o objetivo de troca. O que hoje é coletado pelos Tupinambás e valorizado no mercado regional são as fibras de piaçaba. Estas fibras são utilizadas para a fabricação de vassouras de uso caseiro e industrial. No século 19, eram usadas como cordas para amarração dos navios.

Para esse povo, a fibra é o principal elemento aproveitado da piaçaba. Sua produção artesanal está vinculada, sobretudo, a esse recurso. Os Tupinambás produzem vários artefatos, tais como objetos decorativos, utensílios de caça e pesca, utensílios domésticos, como peneiras, pilões, esteiras, cassuás, cestos, flechas, lanças, arapucas, laços, *jiqui*, além de cocares, colares, cangas e adornos. Sementes coloridas e corantes extraídos de plantas são importantes para a fabricação de muitos desses objetos.

É de especial relevância o fato de que as relações socioeconômicas entre os Tupinambás de Olivença e a sociedade envolvente implicam e implicaram sempre o uso dos seus conhecimentos tradicionais: a extração da piaçaba, a produção de farinha de mandioca, o cultivo de roças e a fabricação de pequenos artefatos. A farinha de mandioca feita pelos índios é bastante valorizada no comércio de Ilhéus e, até hoje na região, se reconhece a sua especialização técnica na coleta de piaçaba.

OS CONFLITOS NA DISPUTA POR TERRAS

Os conflitos na disputa por terras na região da Bahia **se intensificaram no mês de agosto**. Os produtores mostram os registros das terras, alguns de mais de um século. Porém, os índios dizem que têm direito desde o Brasil Colônia. O advogado Valdir Mesquita foi contratado por um dos caciques para fazer a defesa das terras de uma aldeia na chamada Serra do Padeiro, que concentra as propriedades invadidas.

– Os índios sempre tiveram estas terras, de onde foram expulsos. É conhecido por toda a região que Olivença, Serra do Padeiro, Serra da Tríplice sempre foram locais que viveram índios no passado – destaca Mesquita.O presidente Sindicato Rural de Ilhéus, Una e Buerarema, Luiz Henrique Uaquim da Silva, contesta:

– Os primeiros registros, as primeiras escrituras, que se chamam registros eclesiásticos são de 1857, antes da proclamação da república. Esta terra vem a mais de séculos sendo ocupada por pequenos produtores. Todos eles descendentes de índios. Isso não nega a ocupação tradicional, que são os agricultores.

FUNAI delimitou a terra indígena de cerca de 47 mil hectares, estendendo-se por porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, no sul da Bahia, em 2004. No entanto, o Ministério da Justiça ainda não assinou a portaria declaratória da terra indígena, que encaminha o processo para suas etapas finais.

Os índios estariam retomando e ocupando territórios assim como as fazendas para pressionar o governo pela demarcação. A Força de Segurança Nacional está no município de Buerarema desde o dia 20 de agosto, com o objetivo de frear a escalada de violência na região.

Também é destacado aspectos da presença afros - descendente e africana, principalmente: composição da população [cerca de 80% de pretos e pardos=negros]; relevância do Engenho de Santana [tanto Escravidão, quanto a primeira Insurreição, com pauta de reivindicações feitas num Engenho]; presença de mais de 90 templos de religião de matriz africana [com suas práticas místicas, sua relação positiva com as plantas, as matas e as águas] e com um lugar "em baixo" na pirâmide social.

2.5.2 DIRETRIZES

As diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena constituíam, até 1994, a mais detalhada referência produzida sobre a questão, destacando, entre outros aspectos, que "a educação escolar indígena deve ser intercultural e bilingüe, específica e diferenciada". A partir daí, tiveram lugar discussões oficiais sobre a necessidade de se constituir e elaborar um "currículo" específico nas escolas indígenas e de se levar em conta que a formação inicial e continuada dos próprios índios, enquanto professores de suas comunidades, deve ocorrer em serviço e concomitantemente à sua própria escolarização. Em relação à Bahia, é importante ressaltar que as diretrizes para a Política Estadual de Educação devem considerar questões específicas relacionadas à história do contato mais antigo e sistemático dos povos indígenas com o não-índio, como o fato de os mesmos sofrerem uma grande discriminação por parte da sociedade em virtude das perdas e recriações culturais, e da miscigenação ocorrida.

Em discussões entre professores indígenas, suas comunidades e entidades envolvidas, foram apontadas as seguintes determinações:

• Respeito e promoção dos direitos humanos, do pluralismo étnico e cultural, de idéias e concepções pedagógicas.

• Reconhecimento da diversidade de recursos e necessidades de cada comunidade, que determinem projetos educativos e culturais próprios, específicos e adaptados à realidade e à história de cada povo.

• Participação, na elaboração desses projetos, de representantes e organizações indígenas e de entidades indigenistas, de universidades e órgãos governamentais e não-governamentais.

• Garantia da continuidade do fortalecimento das experiências existentes em educação escolar indígena na Bahia.

• Implantação, funcionamento e gestão das escolas indígenas a partir de demandas que venham das aldeias.

• Reconhecimento do calendário escolar a ser definido por cada escola indígena, de acordo com as normas legais vigentes, as necessidades e as especificidades de cada povo.

• Prioridade a professores indígenas, principalmente da mesma etnia, para exercer as atividades docentes nas escolas indígenas.

• Institucionalização e regulamentação da profissionalização e do reconhecimento público do magistério indígena, através de concurso com os mesmos direitos atribuídos às demais categorias de professor.

• Garantia do desenvolvimento de pesquisas pelos professores indígenas, voltadas para a produção de materiais didáticos específicos e diferenciados, para uso nas escolas indígenas, considerando as variações lingüísticas próprias de cada comunidade.

• Promoção e intercâmbio de informações sobre a especificidade dos povos e das culturas indígenas no Nordeste, junto às escolas indígenas e demais escolas estaduais e municipais na Bahia.

• Incluir, no currículo escolar, o estudo da temática indígena, mundial, brasileira e baiana em todos os níveis e modalidades de ensino da educação básica, levando em consideração a impropriedade da inclusão dessa temática no dia do folclore.

2.5.3 OBJETIVOS E METAS

Universalizar a educação básica observando as Diretrizes Nacionais de Educação Escolar Indígena no âmbito do Estado, estabelecendo as diretrizes para o desenvolvimento de uma política específica, conforme o Decreto Federal nº 8.471 e a Resolução CNE nº 106/04, e nesse sentido:

a) ampliar a educação infantil e o Ensino Fundamental, no prazo de três anos;

b) ampliar, gradativamente, a oferta do Ensino Médio;

c) garantir a educação para jovens e adultos nas escolas indígenas. Desenvolver programas de ensino e pesquisa para oferta de educação escolar indígena específica, diferenciada, intercultural, bilingüe e de qualidade, a todos os povos indígenas que habitam o território da Bahia visando o/a:

a) recuperação e fortalecimento das memórias históricas, reafirmação das identidades étnicas, valorização das línguas, artes, ciências e tecnologias;

b) acesso a informações e conhecimentos técnico-científicos dos demais povos, indígenas e não-indígenas. Fortalecer e garantir a consolidação, o aperfeiçoamento e o reconhecimento de experiências em Educação Escolar Indígena que venham respeitando os modos de vida, visões de mundo e as situações sociolingüísticas específicas.

Garantir acesso à educação diferenciada pelas etnias em processo de reconhecimento e de retomada de seus territórios.

Garantir autonomia às escolas indígenas, no que se refere:

a) ao desenvolvimento de suas atividades, em conformidade com as proposições dos seus respectivos projetos político- pedagógicos e regimentos escolares;

b) ao uso de recursos financeiros públicos para a manutenção do cotidiano escolar;

c) à participação e decisão de cada comunidade na definição do modelo de organização, gestão e funcionamento da escola.

Adequar a legislação estadual à legislação federal garantindo que o processo de gestão escolar possa ser efetivado pelos próprios professores indígenas.

Implantar, em até quatro anos, cursos de educação profissional que visem à auto-sustentação e ao uso da terra de forma equilibrada, considerando a Agenda 21 e os projetos socioculturais e econômicos de cada povo indígena.

Implantar, no prazo de dois anos, programas específicos para a formação de professores indígenas em todos os níveis, em parceria com universidades e outras instituições. Promover a formação (inicial, continuada e superior), assim como o acompanhamento político e técnico-pedagógico do processo de

ensino-aprendizagem nas escolas indígenas através de uma rede articulada entre representação indígena, Secretaria da Educação, Núcleo Regional de Educação (NRE), FUNAI, universidades e ONGs.

Instituir e regulamentar a profissionalização e o reconhecimento público do magistério indígena, em dois anos, com concurso diferenciado e criação da categoria de professor indígena, com os mesmos direitos atribuídos às demais.

Garantir, em até três anos, os meios para o bom funcionamento das escolas indígenas fornecendo materiais didático-pedagógicos básicos incluindo biblioteca, brinquedoteca, sistema de som completo, câmaras de vídeo, computadores com scanner, impressoras, internet, retroprojetor, vídeo, tv e outros. Proceder, no prazo de cinco anos, às necessárias ampliações do espaço físico das escolas indígenas equipando-as com área de esporte, laboratórios de informática, cozinhas, refeitórios, banheiros e salas para professores.

Garantir a construção de escolas obedecendo o padrão arquitetônico de cada etnia.

Criar e possibilitar, no prazo de um ano, em órgãos públicos, a articulação de setores responsáveis pela questão indígena.

Promover, junto à sociedade brasileira, a divulgação de informações sobre povos indígenas. Estabelecer, em dois anos, padrões mínimos e flexíveis de infra-estrutura com condições sanitárias e higiênicas.

Criar, em um ano, programas estaduais de educação voltados para a produção e publicação de materiais didático-pedagógicos específicos, incluindo livros, vídeos, dicionários e outros, elaborados por professores e alunos indígenas.

Possibilitar, no prazo de cinco anos, a capacitação de professores indígenas, promovendo especialização em educação especial, com vistas ao atendimento a alunos portadores de deficiências física e mental.

Garantir recursos para os projetos de ensino, pesquisa e ação desenvolvidos nas escolas, por exemplo: pesquisa e cultivo de ervas medicinais, horticultura, cultura material e imaterial, reflorestamento, recursos hídricos, etc. Estabelecer parceria com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, atendendo a realidade de cada povo indígena.

Garantir transporte escolar para os educandos que estudam fora ou dentro da terra indígena. Criar mecanismos para promover articulação interinstitucional visando otimizar projetos desenvolvidos com os Povos Indígenas da Bahia, no prazo de 1 (um) ano.

- Construir no prazo de dois em dois anos creches que atendam a comunidade Indígena tupinambá de Olivença para assistir crianças de 0 a 5 anos de acordo com a demanda local conforme dados estatísticos oficiais.

Tendo como base as exposições de motivos a cerca dos sujeitos do campo foi garantida a META XXI no PME do Município de Ilhéus, com o seguinte objetivo abaixo:

Assegurar a Construção de Política Educacional local com ênfase na Educação do Campo, com identidade própria capaz de garantir melhores condições Funcionais e Estruturais; no que diz respeito a especificidade dos sujeitos do campo posseiros, boias-frias, ribeirinhos, assentados, acampados, arrendatários, sitiante, pequenos proprietários, quilombola, faxinalenses, Indígenas, meeiros visando atender as demandas Administrativas, Pedagógicas, Sociais, Políticas educacionais democráticas para assegurar valores e uma nova sensibilidade - com os outros, com a terra, com o diálogo, respeito e justiça social entre mulheres e homens, entre raças, etnias e gerações com respeito à diversidade.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ILHÉUS REVISÃO

FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL: DUAS FACES DA MESMA MOEDA

Para melhor análise da política nacional de formação e valorização de todos os profissionais da educação, pode-se desmembrá-la em dois campos específicos de reflexões, programas eações: um voltado para a **formação** de profissionais da educação e, outro, para a sua**valorização.** Importante ressaltar que,

mesmo com essa separação, que é apenas didática, garante-se a indissociabilidade das duas facetas, por meio de sua articulação interna.

Vale destacar a necessidade de focalizar determinadas ações de formação e de valorizaçãoquando voltadas para os **profissionais do magistério,** e aquelas que se desenvolvem junto aos demais **profissionais da educação,** mesmo que basicamente se assentem sobre as mesmaspremissas, princípios e concepções.

Esta política deve ter como componentes, juntamente com a carreira (a jornada de trabalho e a remuneração), outros elementos indispensáveis à valorização profissional. Deve ser pensada como processo inicial e continuado, como direito dos profissionais da educação e dever do Estado.

ILHÉUS

- O PME (2001-2010) apresenta basicamente a formação inicial. Das 6 metas no item de formação e valorização, temos:

  3 metas tratam da formação em nível superior de todos os professores da educação infantil e ensino fundamental (não cumpriu) ;

  1 meta trata da construção do PCCS que foi efetivado em 2002, trazendo diversas incompatibilidades com a formação e a valorização e reformulado em 2008 (PCCS não vem sendo cumprido quanto aos aspectos de formação e valorização);

  1 meta de formação continuada, que não foi atingida de forma integral, principalmente a formação continuada dos professores do fundamental e, 1 meta de implementação de dedicação exclusiva, cumprida em um único estabelecimento escolar, **também não cumprida**

Metas da Educação Básica

Implementar em dois anos os padrões mínimos de financiamento das escolas das redespúblicas de ensino assegurando as condições de realização do processo pedagógico.

Ampliar a oferta de matrícula construindo escolas para atender a demanda de cada bairro.

. Ampliar em 50 a oferta atual de educação infantil com a implantação de dois centrosde educação infantil um na zona oeste e outro na zona norte.

* Como podemos observar não foi implementado os padrões mrrumos de funcionamento das escolas, não se construiu os dois centros de educação infantil e,por isso não ampliou o número de vagas conforme dados do I.B.G.E.

Melhorar os índices de aprovação dos alunos do ensino fundamental, aproximando-se dos 90no prazo de dois anos, através da implantação de condições favoráveis no dia a dia de sala de aula, onde o professor e aluno possam interagir de forma significativa com o conhecimento

Melhorar em dois anos o provimento da alimentação escolar elevando para R$ 0,30 o valor per capita a fim de garantir no cardápio o equilíbrio necessário entre os níveis calóricos-proteicos por faixa etária.

Superar em um ano a defasagem de alfabetização de 5.000 alunos de 1ª à 4ª séries que não dominam a leitura e a escrita.

* Meta dos índices de aprovação não foi atingida principalmente no tocante aos 90preteridos;
* Com relação a alimentação escolar não atingiu a meta de elevar para R$ 0,30 o valorper capita. O valor per capita chegou R$ 0,22, entre 2010 a 2012. Sendo reduzido a R$ 0,01 em 2014.

Ampliar em 100 o número de alunos e classes atendidas pelo projeto de classes aceleradasno prazo de três anos.

Instituir em um ano os programas de ensino a serem cumpridos por todas as

escolas e queservirão para avaliações externas e internas.

Assegurar que em três anos todas as escolas implementem o seu Plano de Desenvolvimento.

Garantir em um ano o fortalecimento dos Conselhos Escolares.

* Sempre que esta meta de 100 é colocada ela não é atingida; com relação aosprogramas de ensino que deveriam ser cumpridos e que serviriam de parâmetros para avaliações externas e internas ficou no papel.
* Os Conselhos escolares estão ainda "viciados" servindo apenas para legitimar a Prestação de contas do PODE.

Reduzir em três anos para 10 a defasagem idade/série.

Criar imediatamente as classes de Educação de jovens e Adultos com metodologia apropriada e professores devidamente capacitados.

* Pelos dados do IDEB, a meta do PME a defasagem idade/série não foi cumprida pois o menor índice foi de 14,5, na fase nível1ª série/2ª ano.
* As classes de Educação de Jovens e Adultos foram criadas, mas não existe uma metodologia capaz de atender as necessidades dos professores e dos alunos, além disso a capacitação não chegou a todos os professores de rede municipal, levando ao fechamento de turmas da EJA e ao encolhimento da oferta da educação municipalnesta modalidade.

Garantir em 2002 a oferta de água potável a todas as unidades dos Distritos, assegurando deste modo alimentação e higiene.

Contratar merendeiras para que a tarefa não fique sob a responsabilidade do professor, prejudicando o tempo de aula.

* Observa-se que esta meta não tinha sido atingida em 2002, pois, até hoje em 2015, ainda existem unidades escolares que não tem água potável por isso não existe alimentação e problemas com a

higienização do ambiente. Algumas unidades ainda aparam água de Chuva, para o uso das necessidades básicas.

* Houveram alguns "contratos" de merendeira via concurso e/ou contrato temporário, mas que não conseguiram atingir todas as escolas do município, além de tudo os professores continuam sobrecarregados e, algumas escolas não têm alimentação escolar ou por falta de merendeira ou por falta de alimentação.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FINANCIAMENTO E GESTÃO

Financiamento da educação envolve a definição das condições materiais de recursos para a formulação, implantação e avaliação das políticas educacionais e dos programas e ações a elas relacionadas. Também envolve processo de gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos recursos.

No que diz respeito à educação básica, a implantação do FUNDEB representa a visão sistêmica da educação, ao financiar todas as suas etapas, da educação infantil ao ensino médio, e ao reservar parcela importante dos recursos para a educação dejovens e adultos.

Duas inovações foram incorporadas ao financiamento da educação básica, referentes ao FUNDEB:

1) a diferenciação dos coeficientes de remuneração das matrículas não se dá apenas por etapa e modalidade da educação básica, mas também pela extensão do turno: a escola de tempo integral recebe 25 a mais por estudante matriculado/a;

2) a creche conveniada foi contemplada para efeito de repartição dos recursos do fundo - a atual taxa de atendimento da educação infantil, em especial na creche, dadas as metas expressas no PNE, justifica, nesse caso, a parceria do poder público com o segmento conveniado.

Contudo, em respeito ao princípio do recurso público para a escola pública, o número de matrículas em creches conveniadas deve ser **congelado em 2014,** e essa modalidade de parceria deve **ser extinta até *2018*[1]**tendo que ser obrigatoriamente assegurado o atendimento da demanda diretamente na rede pública.

Em se tratando do financiamento da educação básica e especialmente do FUNDEB, as seguintes ações devem ser asseguradas:

a) consolidar o FUNDEB - garantindo recursos financeiros adequados por estudante =. de modo que resulte em real ampliação dos recursos vinculados à

educação, incorporando, de forma adequada, impostos, taxas e contribuições.

b) Considerar as condições reais e os custos de cada etapa e modalidade de ensino, nos fatores de ponderação do valor por estudante do FUNDEB, considerando: relação estudante/turma; presença de infraestrutura e insumos adequados; qualificação dos/das profissionais de educação; presença de jornada em tempo integral dos/das estudantes etc.

c) Constituir as secretarias de educação municipais, estaduais e distrital como unidades orçamentárias, em conformidade com o artigo 69 da LDB, com a garantia de que os/as dirigentes da pasta educacional sejam gestores/as plenos dos recursos vinculados, sob o acompanhamento, controle e fiscalização de conselhos, tribunais de contas estaduais, distrital, municipais e demais órgãos fiscalizadores.

d) Garantir, em articulação com os tribunais de contas, a formação dos conselheiros/as do FUNDEB no âmbito de todos os estados, DF e municípios, para que tenham umaatuação qualificada no acompanhamento, avaliação e controle fiscal dos recursos, por meio de cursos permanentes, provendo-lhes suporte técnico contábil e jurídico, a fim de que exerçam com maior autonomia e segurança as suas funções.

FINANCIAMENTO EM ILHÉUS

METAS DO PME (2001-2010)

1. Aperfeiçoar imediatamente os mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o rigoroso cumprimento do art. 212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, modificando a atual composição do Conselho do FUNDEF;
2. Criar em um ano mecanismos que viabilizem,o cumprimento do inciso 5 º do art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases, que assegura o repasse automático dosrecursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino para o órgão responsável por esse setor;
3. Estabelecer parcerias com o Tribunal de Contas dos Municípiosassegurando desse modo o cumprimento dos art. 70 e 71 da

Lei de Diretrizes e Bases, que definem os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não podem ser incluídos nesta rubrica.

* GESTÃO PLENA - apesar de prevista na meta 2 do Plano Municipal de Educação,Lei nº3084/2004 e de ter sido criado o Fundo Municipal de Educação, através dada Lei nº 3525/2011, ainda não foi efetivada a gestão plena.

* O financiamento em Ilhéus é basicamente com os recursos do FUNDEB, ou convênios de verba federal.

* Apesar de ter um Conselho do FUNDEB atuando, os mecanismos de fiscalização e controle rigoroso da aplicação do recurso são prejudicados porque aprestação de contas não é encaminhada em tempo hábil, dificultando a fiscalização da aplicação dos recursos, assim com a emissão do parecer conclusivo.

* Dificuldade de acesso a informações para fazer acompanhamento da folha de pagamento: desvio de função/pagamento indevido, assim como para acompanhar os processos licitatórios.

GESTÃO

1. Estimular imediatamente a colaboração entre as redes e sistemas de ensino
   municipais, através de apoio técnico a consórcios intermunicipais e colegiados regionais consultivos e a consolidação do pólo de Ilhéus de formação de docentes.
2. Definir em um ano normas de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade.
3. Editar pelo sistema de ensino, normas e diretrizes gerais desburocratizantes e flexíveis, que estimulem a iniciativa e a ação inovadora das instituições escolares, dentre elas a eleição para direção de escola e conselhos escolares comunitários.
4. Desenvolver em um ano padrão de gestão que tenha como elementos a destinação de recursos para as atividades-fim, a descentralização, a autonomia da escola, aeqüidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade.
5. Apoiar tecnicamente 100 das escolas na elaboração e execução de sua proposta pedagógica.
6. Aprovar normasimediatamente que garantam e viabilizem a autonomia administrativa e pedagógica das escolas e ampliem sua autonomia financeira e gestão administrativa, através do repasse de recursos diretamente às escolas para pequenas despesas de manutenção e cumprimento de sua proposta.

* **Como podemos observar não foram implementadas as metas de criar autonomia da gestão administrativa e financeira. O município criou a lei derepasse de recursos às escolas em 2004, no** entanto, não **há o cumprimento desta legislação.**

* **Também não foram tomadas as medidas cabíveis para a realização de eleição direta dos gestores escolares, assim como não foi fortalecida a gestão democrática com a participação da**

comunidade.

7. Informatizar, progressivamente, em três anos, com auxílio técnico e financeiro daUnião e do Estado, todas as escolas municipais urbanas e do campo, integrando-asem rede.
8. Estabelecer, com auxílio técnico e financeiro da União e do Estado, programas de formação do pessoal técnico da secretaria e das escolas, para suprir, em quatro anos, pelo menos, as necessidades dos setores de informação e estatísticas educacionais, planejamento e avaliação;

* **Apesar das escolas receberem computadores através de convênio com o governo federal, não foram cridas as condições físicas e estruturais para o funcionamento das máquinas. Temos computadores encaixotados e não temos rede elétrica, nas escolas, com potência suficiente para ligar as máquinas. Em consequência disto, a internet banda larga, enviada pelogoverno federal para o uso dos alunos, ficou inviabilizada.**

* **Em 2010 foi introduzido na rede um programa com objetivo de interligar as escolas em rede e suprir os setores de informação e estatísticas, através doSEMEAR. No entanto, poucas escolas tiveram acesso e a falta de estrutura básica (internet e computadores) inviabilizou o objetivo.**

9. Estabelecer, no Município, em quatro anos, programas de acompanhamento e avaliação dos estabelecimentos de educação infantil;
10. Definir padrões mínimos de qualidade da aprendizagem na Educação Básica numa Conferência Municipal de Educação, tendo como ponto de partida o acúmulodas discussões da Conferência Nacional de Educação,envolvendo a comunidade educacional;

* **Apesar do sistema de ensino ter aprovada as diretrizes da educação infantil e ter parâmetros nacionais para os estabelecimentosdesta modalidade de ensino, a rede oferta, na maioria dos casos, a educação infantil, em prédiosimprovisados (casas, galpões, espaços de Igrejas e associações).**
* **Apesar da realizaçãode conferência, as propostas envolvendo o sistema municipal, não foram utilizadas paraajudar a definir os padrões mínimos de qualidade da educação.**

11. Instituir Conselhos de Acompanhamento e Controle Social dos recursos destinados à Educação não incluídos no FUNDEF, qualquer que seja sua origem, nos moldes do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF;
12. Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como alternativa de participação e exercício de cidadania.

* **Com a criação da lei n^2 3525/2011 que criou o Fundo Municipal de Educação,**
  a meta 11 estaria cumprida, porque direciona ao CACS/FUNDEB o acompanhamento e controle social dos recursos da educação.
* **Não cumprida a meta 12.**

Um Pouco de Nossa História

Apesar das constantes transformações que permeiam a realidade em decorrência dos avanços científicos e tecnológicos, podemos afirmar que no âmbito da sociedade brasileira ainda existe muita injustiça, violência e diferenças culturais, sociais e econômicas. As desigualdades são alarmantes e, por conseguinte, gera um quadro de exclusão social. Esse quadro também se apresenta em nosso contexto ilheense, caracterizando nossa sociedade, em sua grande maioria, com baixo poder aquisitivo, ausência de infraestrutura, presença de subempregos, falta de segurança, precariedade dos serviços públicos oferecidos, baixo grau de instrução e pouco acesso à cultura, causando desestímulo na população e gerando acentuadas desigualdades sociais.

A análise dessa realidade nos revela que o contexto sócio-econômico, político e cultural onde são inseridas as escolas municipais acaba por determinar a construção de diretrizes que contemplem claramente as finalidades da educação, a definição do seu papel, suas formas operacionais e os caminhos que pretende seguir. Neste contexto, exige-se pensar nos rumos da educação do município, suas tendências majoritárias e alternativas de buscar a excelência, pois não refletir sobre este momento implica, inevitavelmente, ser levada a reboque dos interesses mais conservadores da sociedade.

Assim sendo, é inevitável e imprescindível a modernização das escolas da rede municipal de ensino, transformando-as num local privilegiado onde o saber sistematizado disciplinar não é seu único universo, mas também, preparar indivíduos críticos, sociais e competitivos para atuar em seus *locus* sociais, fato que exige compromisso politico, pedagógico e coletivo.

Partindo dessas considerações, apresenta de forma sucinta o perfil sócio, econômico e cultural do município para que possamos melhor situar as condições reais da educação. Situado no sul da Bahia, o município de Ilhéus é

caracterizado por uma extensa área rural e litorânea, possui 1.760 km2 e abriga uma população de 184.236 habitantes (IBGE, 2010, ONLINE). Sua grande extensão territorial, destacando a concentração populacional na área rural e a falta de recursos para investimentos se constitui em uma das suas dificuldades para garantir a qualidade de vida, pavimentação das vias rurais, fortalecimento da agricultura de subsistência, além da efetivação dos objetivos educacionais.

Sua história remonta a época das Capitânias Hereditárias, tendo a "Vila de São Jorge dos Ilhéos" como atividade econômica a produção agrícola, especialmente o plantio do cacau. O referido produto oportunizou a origem de uma história recheada de tramas, amores, conchavos políticos e disputa pelo poder, terreno fértil para os romances de Adonias Filho e Jorge Amado.

Sobrevivente de uma monocultura que detinha a riqueza nas mãos de poucos privilegiados, a cidade passou por um forte momento de crise com a invasão da vassoura de bruxa que se disseminou na plantação de cacau de toda a região. Passado o momento de grande recessão e dificuldade, atualmente, Ilhéus desponta como um importante polo turístico que associado a outros empreendimentos na área industrial vislumbram para a cidade momentos de maior crescimento e prosperidade. Tal situação tem possibilitado um avanço do ponto de vista econômico apresentando um quadro mais satisfatório na geração de emprego e renda – mesmo que de forma tímida. A cidade de Ilhéus em sua rede municipal de educação compõe um conjunto de quarenta e seis (46 Unidades), sendo trinta e três (33) na sede e treze (13) no campo, atendendo ao ensino Infantil e fundamental, absorvendo as questões específicas da educação de jovens e adultos, educação especial e educação do campo Além disso, na atualidade existem seis (06) escolas conveniadas.

Compete a Secretaria de Educação, administrar as suas unidades escolares, além de planejar, informar e orientar os profissionais da educação que estão sob sua responsabilidade administrativa, adotando, como meta principal, a disponibilização de dados, permanentemente atualizados, para acompanhar, controlar e avaliar as ações propostas.

As atividades de políticas públicas da Secretaria Municipal estão pautadas nas vertentes pedagógicas, sócio-político-cultural e administrativa. Na vertente pedagógica a perspectiva é possibilitar que os processos e estratégias

metodológicas norteiem suas ações a partir de um currículo descentralizado e contextualizado, valorizando o cidadão no seu espaço de vivência. A integração com a comunidade escolar, estabelecendo um clima harmonioso nos diversos aspectos do processo educacional deve ser considerada pela vertente sócio-política e cultural.

Nesse sentido, surge à necessidade de pensar um trabalho educacional em equidade com o conhecimento cientifico e cultural, colocando aluno, comunidade, professor e escola como agentes construtores de uma sociedade mediada pela justiça social. Pois, decorrente do mundo pós-moderno, caracterizado como rápido, complexo e incerto, a escola se vê refém de um sistema que cobra e espera dela a formação de cidadãos aptos a adequarem-se ao modelo imposto pela ciranda econômica, na qual a ascensão social e sucesso financeiro é a meta principal.

Contudo, a universalização do ensino vem tencionar esse paradigma visto que não existe lugar para todos no topo da pirâmide capitalista e, nem todos se veem nele. Para a grande maioria que seguira seu caminho vivendo, convivendo e empregando sua força de trabalho na própria comunidade, essa escola necessita projetar uma filosofia de educação que corresponda a uma formação crítica, intelectual e consciente, na perspectiva de vislumbrar mudanças em seu cotidiano. A construção das diretrizes curriculares tem se constituído num momento ideal para reflexão sobre os entraves presentes no percurso de desencadeamento de objetivos educacionais, sinalizando caminhos que leva a insatisfação, desemprego e subserviência refletida no aluno como resultado final de uma pratica de conhecimentos da realidade sócio histórica, local e global, na concepção de que basta certificar o aluno para que este tenha uma falsa ilusão de preparo para a vida. É nesta perspectiva, que a SEDUC delineia o quadro real de desafios a serem enfrentados, dentre esses a formação de professores, a ruptura com modelos tradicionais de trabalho, bem como, a busca de um novo modelo de educação.

Ciente da longa e árdua caminhada rumo à democratização da educação pública acredita-se que este ideal somente se concretizará pelas mãos daqueles que fazem o cotidiano da escola. Porém, para tanto, tem-se consciência de que é necessário garantir as condições básicas para que as

escolas públicas municipais possam recuperar sua dignidade e seu valor social.

Indicadores

Demográficos e Educacionais

Ilhéus - BA

Este conjunto de tabelas traz informações sobre população, Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento da Infância (IDI) e taxa de analfabetismo. Também há estatísticas sobre a educação no Município.Observe o título de cada tabela, que indicará se a informação se refere à Rede Municipal, ou à Rede Estadual no município. Os indicadores cuja fonte dos dados não é indicada nas tabelas foram gerados pelo Inep / MEC.

Tabela 1. Informações sobre o Município de Ilhéus									
População(1) (Localização / Faixa Etária)	**Ano**	**0 a 3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 14 anos**	**15 a 17 anos**	**18 a 24 anos**	**25 a 34 anos**	**35 anos ou Mais**	**Total**
Fonte: (1) IBGE - CENSO 2000 E 2010 e Contagem 2007; (2) IBGE - 2008, A preços correntes (1 000 R$); (3) Índice de Desenvolvimento Humano - PNUD - 2000; (4) Índice de Desenvolvimento da Infância - Unicef - 2004;(5) IBGE - Censo Demográfico de 2000 **Nota: No resultado Total da população, o IBGE inclui a população estimada nos domicílios fechados além da população recenseada. No caso dos municípios que não participaram da contagem a população é**									

Tabela 1. Informações sobre o Município de Ilhéus									
População(1) (Localização / Faixa Etária)	**Ano**	**0 a 3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 14 anos**	**15 a 17 anos**	**18 a 24 anos**	**25 a 34 anos**	**35 anos ou Mais**	**Total**
toda estimada.									
Urbana	2000	12.369	6.329	29.745	11.978	24.954	25.367	51.535	162.277
	2007	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	8.934	4.823	24.099	8.413	19.265	27.383	62.330	155.247
Rural	2000	5.149	2.776	14.189	4.241	8.603	8.225	16.666	59.849
	2007	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	1.977	1.158	5.415	1.791	3.466	4.466	10.632	28.905
Total	2000	17.518	9.105	43.934	16.219	33.557	33.592	68.201	222.126
	2007								
	2010	10.911	5.981	29.514	10.204	22.731	31.849	72.962	184.152

PIB(2)	IDH(3)	IDI(4)	Taxa de analfabetismo(5)	
1.632.810	0.70	0.49	População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais
			13.10	20.60

Tabela 2. Taxa de Escolarização Líquida no Municipio de Ilhéus	
Fundamental (7 a 14 anos)	**Ensino Médio (15 a 17 anos)**
Fonte:1) IBGE - Censo Demográfico de 2010.	
79.24	36.58

Tabela 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB							
	Ano	**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**Anos Finais do Ensino Fundamental**		**Ensino Médio**	
		IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas

Tabela 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB								
		Ano	**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**Anos Finais do Ensino Fundamental**		**Ensino Médio**	
			IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas
Brasil	Total	**2005**	3.8	-	3.5	-	3.4	-
		2007	4.2	3.9	3.8	3.5	3.5	3.4
		2009	4.6	4.2	4.0	3.7	3.6	3.5
		2011	5.0	4.6	4.1	3.9	3.7	3.7
		2021	-	6.0	-	5.5	-	5.2
	Rede Pública	**2005**	3.6	-	3.2	-	3.1	-
		2007	4.0	3.6	3.5	3.3	3.2	3.1

Tabela 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB							
	Ano	**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**Anos Finais do Ensino Fundamental**		**Ensino Médio**	
		IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas
	2009	4.4	4.0	3.7	3.4	3.4	3.2
	2011	4.7	4.4	3.9	3.7	3.4	3.4
	2021	-	5.8	-	5.2	-	4.9
Rede Estadual	**2005**	3.9	-	3.3	-	3.0	-
	2007	4.3	4.0	3.6	3.3	3.2	3.1
	2009	4.9	4.3	3.8	3.5	3.4	3.2
	2011	5.1	4.7	3.9	3.8	3.4	3.3

Tabela 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB							
	Ano	**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**Anos Finais do Ensino Fundamental**		**Ensino Médio**	
		IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas
	2021	-	6.1	-	5.3	-	4.9
Rede Municipal	**2005**	3.4	-	3.1	-	-	-
	2007	4.0	3.5	3.4	3.1	-	-
	2009	4.4	3.8	3.6	3.3	-	-
	2011	4.7	4.2	3.8	3.5	-	-
	2021	-	5.7	-	5.1	-	-
Rede Priv	**2005**	5.9	-	5.8	-	5.6	-

Tabela 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB							
	Ano	**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**Anos Finais do Ensino Fundamental**		**Ensino Médio**	
		IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas
ada	**2007**	6.0	6.0	5.8	5.8	5.6	5.6
	2009	6.4	6.3	5.9	6.0	5.6	5.7
	2011	6.5	6.6	5.0	6.2	5.7	5.8
	2021	-	7.5	-	7.3	-	7.0
Rede Estadual do seu Estado	**2005**	2.6	-	2.6	-	2.7	-
	2007	2.6	2.7	2.7	2.7	2.8	2.7
	2009	3.2	3.0	2.8	2.8	3.3	2.8

Tabela 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB							
	Ano	**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**Anos Finais do Ensino Fundamental**		**Ensino Médio**	
		IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas
	2021	-	4.9	-	4.7	-	4.5
Rede Estadual do seu Município	**2005**	2.8	2.4	-	-	-	-
	2007	2.6	2.8	2.5	-	-	2.9
	2009	2.1	2.9	2.7	-	-	3.2
	2011	2.9	3.7	-	3.1	-	-
	2021	-	-	4.8	-	-	5.2
Rede Municipal do	**2005**	2.9	2.8	-	-	-	-

Tabela 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB							
	Ano	**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**Anos Finais do Ensino Fundamental**		**Ensino Médio**	
		IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas
seu Municipio	**2007**	3.3	2.9	2.9	-	-	3.0
	2009	3.8	3.2	3.0	-	-	3.3
	2011	3.9	3.7	3.6	3.3	-	-
	2021	-	-	4.9	-	-	5.2

Tabela 4-A. Resultado da Prova Brasil - Rede Estadual em Ilhéus					
SÉRIE/ANO	**Ano**	**Matemática**	**Língua Portuguesa**	**Padronização Matemática**	**Padronização Língua Portuguesa**
4ª SÉRIE / 5º ANO	2005	176.49	170.53	4.45	4.42
	2007	180.69	166.61	4.61	4.28
	2009	187.36	169.78	4.86	4.39
8ª SÉRIE / 9º ANO	2005	233.14	225.19	4.44	4.17
	2007	235.60	229.41	4.52	4.31
	2009	240.59	238.49	4.69	4.62

Tabela 4-B. Resultado da Prova Brasil - Rede Municipal em Ilhéus

SÉRIE/ANO	Ano	Matemática	Língua Portuguesa	Padronização Matemática	Padronização Língua Portuguesa
4ª SÉRIE / 5º ANO	2005	166.51	161.11	4.07	4.08
	2007	182.10	169.37	4.66	4.38
	2009	186.31	172.73	4.82	4.50
8ª SÉRIE / 9º ANO	2005	237.59	227.05	4.59	4.24
	2007	231.22	225.51	4.37	4.18
	2009	233.16	235.83	4.44	4.53

Tabela 5. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - Redes em Ilhéus

Nível	Ano	Média da prova objetiva	Média Total (Redação e Prova Objetiva)
Rede Federal	**2009**		
Rede Estadual	**2009**	463.01	523.02
Rede Municipal	**2009**		
Rede Privada	**2009**	580.41	646.17

Tabela 6-A. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual em Ilhéus

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2007	0	1	1	22	3	25	12	1	13
2008	0	1	1	21	3	24	14	1	15
2009	0	1	1	17	3	20	14	1	15
2010	0	1	1	16	3	19	14	1	15
2011	0	1	1	16	3	19	14	2	16
2012	0	1	1	15	3	18	14	2	16
2013	0	1	1	15	2	17	14	2	16

Tabela 6-A. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual em Ilhéus

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total

Nota:

As informações de cada escola podem ser obtidas no sistema Data Escola Brasil, do Inep / MEC. Acesse aqui

Tabela 6-B. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal em Ilhéus

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2007	15	14	29	27	14	41	0	0	0
2008	16	14	30	28	14	42	0	0	0
2009	15	14	29	30	14	44	0	0	0
2010	15	13	28	30	13	43	0	0	0
2011	14	13	27	29	13	42	0	0	0
2012	15	13	28	30	13	43	0	0	0
2013	15	13	28	30	13	43	0	0	0

Nota:

As informações de cada escola podem ser obtidas no sistema Data Escola Brasil, do Inep / MEC. Acesse aqui

Tabela 7-A. Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas - Rede Estadual em Ilhéus

Áreas	Ano	Número de Escolas
Escola do Campo	2007	-
	2008	3
	2009	3
	2010	3
	2011	3

Tabela 7-A. Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas - Rede Estadual em Ilhéus		
Áreas	**Ano**	**Número de Escolas**
	2012	3
	2013	2
Escola em Área de Assentamento	2007	-
	2008	-
	2009	-
	2010	-
	2011	-
	2012	-
	2013	-
Escola em Área Remanescente de Quilombola	2007	-
	2008	-
	2009	-
	2010	-
	2011	-
	2012	-
	2013	-
Escola Comunidade Indígena	2007	-
	2008	1
	2009	1
	2010	1
	2011	1
	2012	1
	2013	1
Nota: As informações de cada escola podem ser obtidas no sistema Data Escola Brasil, do Inep / MEC. Acesse aqui		

Tabela 7-B. Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas - Rede Municipal em Ilhéus		
Áreas	**Ano**	**Número de Escolas**
Escola do Campo	2007	-
	2008	14
	2009	14
	2010	13
	2011	13
	2012	13
	2013	13
Escola em Área de Assentamento	2007	-
	2008	1
	2009	1
	2010	2
	2011	2
	2012	-
	2013	1
Escola em Área Remanescente de Quilombola	2007	-
	2008	-
	2009	-
	2010	-
	2011	-
	2012	-
	2013	-
Escola Comunidade Indígena	2007	-
	2008	-
	2009	-
	2010	-
	2011	-

Tabela 7-B. Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas - Rede Municipal em Ilhéus		
Áreas	**Ano**	**Número de Escolas**
	2012	-
	2013	-
Nota: As informações de cada escola podem ser obtidas no sistema Data Escola Brasil, do Inep / MEC. Acesse aqui		

Tabela 8-A. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Estadual em Ilhéus				
Modalidade/Etapa	**Número de Escolas**			
	Ano	Urbana	Rural	Total
CRECHE	**2007**	-	1	1
	2008	-	-	-
	2009	-	1	1
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
PRÉ-ESCOLA	**2007**	-	1	1
	2008	-	1	1
	2009	-	1	1
	2010	-	1	1
	2011	-	1	1
	2012	-	1	1
	2013	-	1	1
ANOS INICIAIS do Ensino Fundamental	**2007**	11	1	12
	2008	9	1	10

Tabela 8-A. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Estadual em Ilhéus				
Modalidade/Etapa	**Número de Escolas**			
	Ano	Urbana	Rural	Total
	2009	4	1	5
	2010	1	1	2
	2011	1	1	2
	2012	-	1	1
	2013	-	1	1
ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	**2007**	17	3	20
	2008	16	3	19
	2009	16	3	19
	2010	16	3	19
	2011	16	3	19
	2012	15	3	18
	2013	15	2	17
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	**2007**	4	1	5
	2008	6	1	7
	2009	-	1	1
	2010	1	1	2
	2011	1	1	2
	2012	2	1	3
	2013	1	1	2
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	**2007**	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-

Tabela 8-A. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Estadual em Ilhéus				
Modalidade/Etapa	**Número de Escolas**			
	Ano	Urbana	Rural	Total
	2013	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Finais - Presencial	**2007**	11	1	12
	2008	13	1	14
	2009	13	2	15
	2010	11	2	13
	2011	12	2	14
	2012	11	2	13
	2013	10	2	12
EJA - Fundamental - Anos Finais - Semipresencial	**2007**	-	-	-
	2008	1	-	1
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	1	-	1
	2013	-	-	-
EJA - Fundamental de 1 a 8 - Presencial	**2007**	4	-	4
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
ENSINO MÉDIO	**2007**	12	1	13
	2008	14	1	15
	2009	14	1	15

Tabela 8-A. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Estadual em Ilhéus				
Modalidade/Etapa	**Número de Escolas**			
	Ano	Urbana	Rural	Total
	2010	14	1	15
	2011	14	2	16
	2012	13	2	15
	2013	14	2	16
EJA - ENSINO MÉDIO	**2007**	6	-	6
	2008	7	-	7
	2009	7	-	7
	2010	7	1	8
	2011	8	1	9
	2012	6	1	7
	2013	9	1	10
Salas de aula da rede estadual	**Existentes**	**2011**	223	
	Utilizadas	**2011**	243	
	Existentes	**2012**	223	
	Utilizadas	**2012**	245	

Tabela 8-B. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Redes Municipais em Ilhéus				
Modalidade/Etapa	**Número de Escolas**			
	Ano	Urbana	Rural	Total
CRECHE	**2007**	2	1	3
	2008	4	1	5
	2009	4	3	7
	2010	5	3	8
	2011	3	3	6

Tabela 8-B. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Redes Municipais em Ilhéus				
Modalidade/Etapa	**Número de Escolas**			
	Ano	Urbana	Rural	Total
	2012	4	3	7
	2013	4	3	7
PRÉ-ESCOLA	**2007**	15	14	29
	2008	16	14	30
	2009	15	14	29
	2010	15	13	28
	2011	14	13	27
	2012	15	13	28
	2013	15	13	28
ANOS INICIAIS do Ensino Fundamental	**2007**	23	14	37
	2008	24	14	38
	2009	26	14	40
	2010	26	13	39
	2011	25	13	38
	2012	25	13	38
	2013	25	13	38
ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	**2007**	6	9	15
	2008	6	9	15
	2009	7	9	16
	2010	6	10	16
	2011	6	9	15
	2012	6	9	15
	2013	6	9	15
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	**2007**	8	11	19
	2008	8	12	20

Tabela 8-B. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Redes Municipais em Ilhéus				
Modalidade/Etapa	**Número de Escolas**			
	Ano	Urbana	Rural	Total
	2009	12	12	24
	2010	14	13	27
	2011	13	12	25
	2012	13	13	26
	2013	12	12	24
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	**2007**	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Finais - Presencial	**2007**	6	8	14
	2008	7	9	16
	2009	7	8	15
	2010	7	9	16
	2011	6	8	14
	2012	7	8	15
	2013	6	8	14
EJA - Fundamental - Anos Finais - Semipresencial	**2007**	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-

Tabela 8-B. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Redes Municipais em Ilhéus				
Modalidade/Etapa	**Número de Escolas**			
	Ano	Urbana	Rural	Total
	2013	-	-	-
EJA - Fundamental de 1 a 8 - Presencial	**2007**	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	1	-	1
	2013	-	-	-
ENSINO MÉDIO	**2007**	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
EJA - ENSINO MÉDIO	**2007**	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
Salas de aula da rede estadual				

Tabela 9-A. Matrículas por Modalidade, Etapa e Turno - Rede Estadual em Ilhéus	
Modalidade/Etapa	**Matrículas por Ano**

		Urbana					Rural					
	Ano	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**Total**
CRECHE	**2007**	-	-	-	-	-	12	13	-	-	25	25
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRÉ-ESCOLA	**2007**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	116	-	-	116	116
	2011	-	-	-	-	-	148	-	-	-	148	148
	2012	-	-	-	-	-	156	-	-	-	156	156
	2013	-	185	-	-	185	-	-	-	-	-	185
ANOS INICIAIS do Ensino Fundamental	**2007**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	96	-	-	96	-	303	-	-	303	399
	2011	46	-	-	-	46	247	-	-	-	247	293
	2012	-	-	-	-	-	403	-	-	-	403	403
	2013	-	297	-	-	297	-	-	-	-	-	297
ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	**2007**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	6.154	-	-	6.154	-	530	-	-	530	6.684
	2011	5.772	-	-	-	5.772	483	-	-	-	483	6.255

Tabela 9-A. Matrículas por Modalidade, Etapa e Turno - Rede Estadual em Ilhéus												
Modalidade/Etapa	Matrículas por Ano											
		Urbana					Rural					
	Ano	D-4	D+4	N-4	N+4	T	D-4	D+4	N-4	N+4	T	Total
	2012	5.156	-	526	-	5.682	523	-	-	-	523	6.205
	2013	-	407	-	-	407	-	5.340	-	-	5.340	5.747
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	44	44	-	200	-	175	375	419
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	75	75	-	19	-	-	19	94
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Finais - Presencial	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	1.300	1.300	-	-	-	154	154	1.454
	2011	-	-	-	1.232	1.232	-	-	-	143	143	1.375
	2012	-	-	-	1.457	1.457	-	-	-	125	125	1.582
	2013	-	-	-	127	127	-	17	172	952	1.141	1.268
EJA - Fundamental - Anos	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 9-A. Matrículas por Modalidade, Etapa e Turno - Rede Estadual em Ilhéus												
Modalidade/Etapa	**Matrículas por Ano**											
		Urbana					**Rural**					
	Ano	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**Total**
Finais - Semipresencial	**2008**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	39	39	-	-	-	-	-	39
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EJA - Fundamental de 1 a 8 - Presencial	**2007**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	**2007**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	3.900	-	2.609	6.509	-	92	-	91	183	6.692
	2011	2.964	-	-	3.751	6.715	108	-	-	146	254	6.969
	2012	2.947	-	-	3.305	6.252	119	-	-	143	262	6.514
	2013	-	112	-	95	207	-	4.174	523	1.109	5.806	6.013
EJA - ENSINO MÉDIO	**2007**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	1.402	1.402	-	-	-	42	42	1.444

Tabela 9-A. Matrículas por Modalidade, Etapa e Turno - Rede Estadual em Ilhéus												
Modalidade/Etapa	**Matrículas por Ano**											
	Urbana						**Rural**					
	Ano	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**Total**
	2012	-	-	-	1.007	1.007	-	-	-	55	55	1.062
	2013	-	-	-	61	61	-	14	404	1.102	1.520	1.581
Legenda para matrículas por turno: D-4: Diurno (Início das aulas antes das 17h) - Menos de 4h/aula/dia D+4: Diurno (Início das aulas antes das 17h) - 4h/aula/dia ou mais N-4: Noturno (Início das aulas a partir das 17h) - Menos de 4h/aula/dia N+4: Noturno (Início das aulas a partir das 17h) - 4h/aula/dia ou mais T: Total												

Tabela 9-B. Matrículas por Modalidade, Etapa e Turno - Rede Municipal em Ilhéus												
Modalidade/Etapa	**Matrículas por Ano**											
	Urbana						**Rural**					
	Ano	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**Total**
CRECHE	**2007**	-	125	-	-	125	-	22	-	-	22	147
	2008	-	203	-	-	203	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	48	14	-	62	-
	2010	-	-	-	-	-	-	58	-	-	58	-
	201	123	-	-	-	123	48	-	-	-	48	171

Tabela 9-B. Matrículas por Modalidade, Etapa e Turno - Rede Municipal em Ilhéus												
Modalidade/Etapa	**Matrículas por Ano**											
		Urbana					**Rural**					
	Ano	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**Total**
	1											
	2012	161	-	-	-	161	37	-	-	-	37	198
	2013	-	39	-	-	39	-	180	-	-	180	219
PRÉ-ESCOLA	**2007**	45	1.207	-	-	1.252	-	874	-	-	874	2.126
	2008	1.452	-	-	-	1.452	946	-	-	-	946	2.398
	2009	1.518	-	114	-	1.632	824	-	53	-	877	2.509
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	1.736	-	-	-	1.736	774	-	-	-	774	2.510
	2012	1.647	-	-	-	1.647	722	-	-	-	722	2.369
	2013	-	702	-	-	702	18	1.524	-	-	1.542	2.244
ANOS INICIAIS do Ensino Fundamental	**2007**	20	9.584	-	-	9.604	-	3.997	36	-	4.033	13.637
	2008	9.497	-	-	-	9.497	3.843	23	-	19	3.885	13.382
	2009	10.440	-	158	26	10.624	3.548	-	31	29	3.608	14.232

Tabela 9-B. Matrículas por Modalidade, Etapa e Turno - Rede Municipal em Ilhéus												
Modalidade/Etapa	**Matrículas por Ano**											
		Urbana					**Rural**					
	Ano	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**Total**
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	9.964	-	-	-	9.964	3.219	-	-	-	3.219	13.183
	2012	9.509	-	-	-	9.509	3.157	-	-	-	3.157	12.666
	2013	-	2.834	-	-	2.834	-	9.004	-	-	9.004	11.838
ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	**2007**	-	3.255	333	-	3.588	416	1.043	106	-	1.565	5.153
	2008	3.363	-	-	284	3.647	1.400	-	-	60	1.460	5.107
	2009	3.508	-	-	138	3.646	1.331	-	-	25	1.356	5.002
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	3.422	-	-	32	3.454	1.320	-	-	-	1.320	4.774
	2012	3.419	-	-	23	3.442	1.221	-	-	-	1.221	4.663
	2013	39	1.110	-	-	1.149	-	3.259	-	-	3.259	4.408
EJA - Fundamental - Anos Iniciais -	**2007**	-	-	1.279	19	1.298	-	-	690	82	772	2.070
	200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 9-B. Matrículas por Modalidade, Etapa e Turno - Rede Municipal em Ilhéus												
Modalidade/Etapa	**Matrículas por Ano**											
		Urbana					**Rural**					
	Ano	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**Total**
Presencial	**8**											
	2009	-	147	-	1.130	1.277	15	170	-	546	731	2.008
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	11	472	60	543	-	76	754	24	854	1.397
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	**2007**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 9-B. Matrículas por Modalidade, Etapa e Turno - Rede Municipal em Ilhéus												
Modalidade/Etapa	**Matrículas por Ano**											
		Urbana					**Rural**					
	Ano	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**Total**
Fundamental - Anos Finais - Presencial	**2007**	-	-	1.358	-	1.358	-	-	498	-	498	1.856
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	1.404	1.404	-	31	-	387	418	1.822
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	1.165	1.165	30	-	-	442	472	1.637
	2012	159	-	-	876	1.035	15	-	-	419	434	1.469
	2013	-	-	307	29	336	-	122	837	-	959	1.295
EJA - Fundamental - Anos Finais - Semipresencial	**2007**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	201	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 9-B. Matrículas por Modalidade, Etapa e Turno - Rede Municipal em Ilhéus												
Modalidade/Etapa	Matrículas por Ano											
		Urbana					Rural					
	Ano	D-4	D+4	N-4	N+4	T	D-4	D+4	N-4	N+4	T	Total
	2											
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EJA - Fundamental de 1 a 8 - Presencial	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 9-B. Matrículas por Modalidade, Etapa e Turno - Rede Municipal em Ilhéus												
Modalidade/Etapa	Matrículas por Ano											
		Urbana					Rural					
	Ano	D-4	D+4	N-4	N+4	T	D-4	D+4	N-4	N+4	T	Total
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EJA - ENSINO MÉDIO	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Legenda para matrículas por turno:

D-4: Diurno (Início das aulas antes das 17h) - Menos de 4h/aula/dia
D+4: Diurno (Início das aulas antes das 17h) - 4h/aula/dia ou mais
N-4: Noturno (Início das aulas a partir das 17h) - Menos de 4h/aula/dia

Tabela 9-B. Matrículas por Modalidade, Etapa e Turno - Rede Municipal em Ilhéus												
Modalidade/Etapa	**Matrículas por Ano**											
	Urbana						**Rural**					
	Ano	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**D-4**	**D+4**	**N-4**	**N+4**	**T**	**Total**
N+4: Noturno (Início das aulas a partir das 17h) - 4h/aula/dia ou mais T: Total												

Tabela 10-A. Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Ilhéus (Cont.)							
Modalidade/Etapa	**Funções Docentes**						
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
Legenda para Funções Docentes: C/Lic - com Licenciatura; C/Gr - com Graduação; C/EM - com Ensino Médio; C/NM - com Normal Médio; S/EM - sem Ensino Médio							
CRECHE	**2007**	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
PRÉ-ESCOLA	**2007**	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	11	-	-	11
	2011	7	7	5	-	-	12
	2012	6	6	10	-	-	16
	2013	8	-	8	12	-	-

Tabela 10-A. Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Ilhéus (Cont.)							
Modalidade/Etapa	**Funções Docentes**						
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
Fundamental	**2007**	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	1	1	17	1	-	19
	2011	3	3	16	-	-	19
	2012	1	1	1	-	-	2
	2013	3	-	3	16	1	-
ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	**2007**	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	260	260	67	12	-	339
	2011	292	292	56	1	-	349
	2012	298	298	44	1	-	343
	2013	188	99	287	42	2	-
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	**2007**	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	24	1	-	25
	2011	12	12	21	-	-	33
	2012	12	12	8	-	-	20
	2013	2	-	2	4	-	-
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	**2007**	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-

Tabela 10-A. Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Ilhéus (Cont.)							
Modalidade/Etapa	**Funções Docentes**						
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Finais - Presencial	**2007**	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	67	67	21	1	-	89
	2011	83	83	17	-	-	100
	2012	86	86	14	-	-	100
	2013	52	29	81	8	-	-
EJA - Fundamental - Anos Finais - Semipresencial	**2007**	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	8	8	1	-	-	9
	2013	-	-	-	-	-	-
EJA - Fundamental de 1 a 8 - Presencial	**2007**	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	**2007**	-	-	-	-	-	-

Tabela 10-A. Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Ilhéus (Cont.)							
Modalidade/Etapa	**Funções Docentes**						
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	288	290	52	6	-	348
	2011	310	310	36	-	-	346
	2012	306	306	29	3	1	339
	2013	202	118	320	39	4	-
EJA - ENSINO MÉDIO	**2007**	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	73	73	11	-	-	84
	2012	68	68	9	-	-	77
	2013	-	-	-	-	-	-

Tabela 10-B. Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Ilhéus (Cont.)							
Modalidade/Etapa	**Funções Docentes**						
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
Legenda para Funções Docentes: C/Lic - com Licenciatura; C/Gr - com Graduação; C/EM - com Ensino Médio; C/NM - com Normal Médio; S/EM - sem Ensino Médio							
CRECHE	**2007**	2	2	-	13	-	15
	2008	13	13	10	54	2	79
	2009	8	8	4	48	-	60
	2010	7	7	2	16	-	25
	2011	5	5	-	14	-	19

Tabela 10-B. Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Ilhéus (Cont.)							
Modalidade/Etapa	**Funções Docentes**						
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
	2012	10	10	1	7	-	18
	2013	12	2	14	3	5	1
PRÉ-ESCOLA	**2007**	8	8	1	87	-	96
	2008	57	59	25	164	1	249
	2009	52	54	33	189	3	279
	2010	52	52	12	84	-	148
	2011	54	54	9	84	1	148
	2012	87	87	8	56	-	151
	2013	96	6	102	5	26	-
ANOS INICIAIS do Ensino Fundamental	**2007**	51	56	5	278	-	339
	2008	194	204	49	329	3	585
	2009	185	194	63	353	10	620
	2010	138	145	20	249	3	417
	2011	128	128	17	220	2	368
	2012	209	209	17	139	-	365
	2013	243	22	265	14	55	-
ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	**2007**	215	220	10	18	1	249
	2008	551	568	46	186	4	804
	2009	557	572	52	194	2	820
	2010	221	227	36	57	1	321
	2011	241	241	15	54	-	311
	2012	250	250	14	37	1	302
	2013	206	46	252	6	10	-
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	**2007**	15	16	2	60	1	79
	2008	27	28	7	64	2	101

Tabela 10-B. Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Ilhéus (Cont.)							
Modalidade/Etapa	**Funções Docentes**						
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
	2009	28	29	12	69	2	112
	2010	27	27	3	62	-	92
	2011	25	25	3	58	1	87
	2012	38	38	3	39	-	80
	2013	51	13	64	5	15	-
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	**2007**	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Finais - Presencial	**2007**	83	87	3	12	-	102
	2008	174	179	8	26	-	213
	2009	177	182	9	30	-	221
	2010	99	103	16	10	1	130
	2011	108	108	5	5	-	119
	2012	115	115	6	6	-	127
	2013	96	17	113	-	2	-
EJA - Fundamental - Anos Finais - Semipresencial	**2007**	-	-	-	-	-	-
	2008	4	4	-	3	-	7
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-

Tabela 10-B. Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Ilhéus (Cont.)							
Modalidade/Etapa	**Funções Docentes**						
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
	2013	-	-	-	-	-	-
EJA - Fundamental de 1 a 8 - Presencial	**2007**	-	-	-	-	-	-
	2008	5	5	-	1	-	6
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	**2007**	-	-	-	-	-	-
	2008	356	364	25	69	-	458
	2009	320	333	39	75	-	447
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
EJA - ENSINO MÉDIO	**2007**	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-

Tabela 11-A. Condições de Atendimento Diurno - Rede Estadual em Ilhéus

Indicador	Ano	Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA(1) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA(1) – Anos Finais do Ensino Fundamental	
		Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Média de alunos por turma	2007	10.9	-	25.2	25.2	31.3	31.5	34.0	33.8	6.0	-	-	49.0
	2008	9.8	-	25.1	25.1	27.2	31.5	26.0	32.5	-	23.0	-	25.8
	2009	11.8	-	25.7	25.7	26.8	30.3	29.3	31.8	-	-	-	31.0
	2010	12.9	-	24.0	24.0	26.5	31.4	30.7	30.7	12.5	-	-	-
	2011	21.1	-	23.0	23.0	28.4	30.9	27.0	28.8	-	-	-	-
	2012	13.0	-	-	-	29.1	31.4	29.8	30.5	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média de alunos por turma	2007	3.7	-	4.0	4.0	5.0	4.3	4.3	4.5	4.0	-	-	15.4
	2008	3.9	-	4.1	4.1	4.9	4.3	4.3	4.5	-	15.0	-	8.3
	2009	4.0	-	4.1	4.1	4.7	4.3	4.3	4.6	-	-	-	4.2
	2010	5.0	-	5.0	5.0	5.6	5.0	5.0	5.0	5.0	-	-	-

Tabela 11-A. Condições de Atendimento Diurno - Rede Estadual em Ilhéus													
Indicador	**Ano**	**Educação Infantil**		**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**Anos Finais do Ensino Fundamental**		**Ensino Médio**		**EJA(1) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**EJA(1) – Anos Finais do Ensino Fundamental**	
		Rural	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**
	2011	5.0	-	5.0	5.0	5.8	5.0	5.0	5.0	-	-	-	-
	2012	5.8	-	-	-	6.9	4.6	5.9	4.9	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OBS: (1) - Educação de Jovens e Adultos													

Tabela 11-B. Condições de Atendimento Diurno - Rede Municipal em Ilhéus													
Indicador	**Ano**	**Educação Infantil**		**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**Anos Finais do Ensino Fundamental**		**Ensino Médio**		**EJA(1) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**EJA(1) – Anos Finais do Ensino Fundamental**	
		Rural	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**
Média de	**2007**	18.9	21.2	19.9	26.3	24.7	29.8	-	-	-	-	-	-

Tabela 11-B. Condições de Atendimento Diurno - Rede Municipal em Ilhéus													
Indicador	**Ano**	**Educação Infantil**		**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**Anos Finais do Ensino Fundamental**		**Ensino Médio**		**EJA(1) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**EJA(1) – Anos Finais do Ensino Fundamental**	
		Rural	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**
alunos por turma	**2008**	18.2	20.7	20.4	26.0	23.7	30.6	-	-	-	-	30.0	-
	2009	16.6	19.1	18.3	24.5	20.2	30.8	-	-	15.0	-	-	-
	2010	16.1	19.3	17.7	23.2	18.7	27.8	-	-	13.0	-	20.0	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média de horas-aula diária	**2007**	4.0	4.8	4.0	4.0	4.0	4.3	-	-	-	-	-	-
	2008	4.0	4.6	4.0	4.0	4.2	4.3	-	-	-	-	5.0	-
	2009	4.1	4.5	4.0	4.0	4.1	4.3	-	-	4.0	-	-	-
	2010	4.1	4.5	4.0	4.0	4.1	4.3	-	-	3.8	-	4.3	-

Tabela 11-B. Condições de Atendimento Diurno - Rede Municipal em Ilhéus													
Indicador	**Ano**	**Educação Infantil**		**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**Anos Finais do Ensino Fundamental**		**Ensino Médio**		**EJA(1) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**EJA(1) – Anos Finais do Ensino Fundamental**	
		Rural	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OBS: (1) - Educação de Jovens e Adultos													

Tabela 12-A. Condições de Atendimento - Noturno - Rede Estadual em Ilhéus													
Indicador	**Ano**	**Educação Infantil**		**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**Anos Finais do Ensino Fundamental**		**Ensino Médio**		**EJA(1) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**EJA(1) – Anos Finais do Ensino Fundamental**	
		Rural	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**
Média de	**2007**	-	-	-	-	-	-	43.0	38.5	12.4	23.9	43.0	34.4

Tabela 12-A. Condições de Atendimento - Noturno - Rede Estadual em Ilhéus													
Indicador	**Ano**	**Educação Infantil**		**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**Anos Finais do Ensino Fundamental**		**Ensino Médio**		**EJA(1) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**EJA(1) – Anos Finais do Ensino Fundamental**	
		Rural	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**
alunos por turma	**2008**	-	-	-	-	-	-	39.0	40.5	24.0	21.3	40.0	39.8
	2009	-	-	20.0	20.0	-	-	34.8	34.6	14.4	-	40.3	39.9
	2010	-	-	-	-	-	-	30.3	35.3	19.4	22.0	30.8	37.1
	2011	-	-	-	-	-	-	26.0	29.9	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	32.9	29.3	34.6	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média de horas-aula diária	**2007**	-	-	-	-	-	-	3.3	3.4	3.0	3.1	3.3	3.3
	2008	-	-	-	-	-	-	3.3	3.4	3.5	3.2	3.3	3.3
	2009	-	-	3.0	3.0	-	-	3.3	3.4	3.2	-	3.3	3.1
	2010	-	-	-	-	-	-	4.2	4.2	4.2	4.2	4.2	4.2

Tabela 12-A. Condições de Atendimento - Noturno - Rede Estadual em Ilhéus													
Indicador	**Ano**	**Educação Infantil**		**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**Anos Finais do Ensino Fundamental**		**Ensino Médio**		**EJA(1) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**EJA(1) – Anos Finais do Ensino Fundamental**	
		Rural	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**
	2011	-	-	-	-	-	-	4.2	4.2	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	4.3	4.0	3.6	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OBS: (1) - Educação de Jovens e Adultos													

Tabela 12-B. Condições de Atendimento - Noturno - Rede Municipal em Ilhéus													
Indicador	**Ano**	**Educação Infantil**		**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**Anos Finais do Ensino Fundamental**		**Ensino Médio**		**EJA(1) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**EJA(1) – Anos Finais do Ensino Fundamental**	
		Rural	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**
Média de	**2007**	-	-	-	-	26.5	37.0	-	-	20.3	28.8	23.7	36.7

Tabela 12-B. Condições de Atendimento - Noturno - Rede Municipal em Ilhéus													
Indicador	Ano	Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA(1) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA(1) – Anos Finais do Ensino Fundamental	
		Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
alunos por turma	2008	-	-	-	-	20.0	40.6	-	-	20.3	25.4	30.5	40.4
	2009	-	-	-	26.0	25.0	46.0	-	-	18.8	24.1	26.1	40.1
	2010	-	-	-	-	13.0	36.5	-	-	18.9	25.8	25.8	36.7
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média de horas-aula diária	2007	-	-	-	-	3.5	3.2	-	-	3.1	3.0	3.1	3.2
	2008	-	-	-	-	3.4	3.2	-	-	3.0	3.1	3.1	3.3
	2009	-	-	-	3.0	3.5	3.1	-	-	3.2	3.2	3.2	3.2
	2010	-	-	-	-	3.5	3.2	-	-	3.0	3.2	3.2	3.3

Tabela 12-B. Condições de Atendimento - Noturno - Rede Municipal em Ilhéus													
Indicador	**Ano**	**Educação Infantil**		**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**Anos Finais do Ensino Fundamental**		**Ensino Médio**		**EJA(1) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental**		**EJA(1) – Anos Finais do Ensino Fundamental**	
		Rural	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

OBS:

(1) - Educação de Jovens e Adultos

Tabela 13-A. Taxas de Rendimento - Rede Estadual em Ilhéus							
SÉRIE/ANO	**Ano**	**Taxa Aprovação**		**Taxa Reprovação**		**Taxa Abandono**	
		Urbana	**Rural**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana**	**Rural**
1ª série / 2º ano do EF	**2008**	46.40	65.00	40.60	32.00	13.00	3.00
	2009	26.30	48.30	0.00	30.60	73.70	21.10
	2010	-	53.10	-	15.60	-	31.30
	2011	-	74.40	-	0.00	-	25.60
	2012	-	-	92.50	-	0.90	-
2ª série / 3º ano do EF	**2008**	62.50	54.00	30.40	42.00	7.10	4.00
	2009	53.20	29.50	40.30	40.00	6.50	30.50
	2010	-	36.10	-	42.20	-	21.70

Tabela 13-A. Taxas de Rendimento - Rede Estadual em Ilhéus							
SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
	2011	-	70.60	-	0.00	-	29.40
	2012	-	68.10	-	2.90	-	29.00
3ª série / 4º ano do EF	2008	67.00	55.30	25.70	40.40	7.30	4.30
	2009	69.90	53.60	16.80	16.10	13.30	30.30
	2010	61.10	39.10	19.40	23.40	19.50	37.50
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	75.20	-	3.80	-	21.00
4ª série / 5º ano do EF	2008	79.70	64.30	13.10	35.70	7.20	0.00
	2009	63.80	33.30	10.70	30.30	25.50	36.40
	2010	70.60	34.70	17.60	45.80	11.80	19.50
	2011	68.90	-	31.10	-	0.00	-
	2012	-	53.20	-	33.30	-	13.50
5ª série / 6º ano do EF	2008	53.70	70.10	32.30	29.20	14.00	0.70
	2009	50.10	69.90	35.40	17.10	14.50	13.00
	2010	58.60	57.90	29.80	37.80	11.60	4.30
	2011	62.90	80.70	32.50	18.10	4.60	1.20
	2012	-	68.60	-	7.80	-	23.50
6ª série / 7º ano do EF	2008	55.70	70.50	35.40	25.30	8.90	4.20
	2009	63.60	70.10	24.50	16.80	11.90	13.10
	2010	64.00	64.40	25.60	20.70	10.40	14.90
	2011	70.50	77.40	27.00	21.50	2.60	1.10
	2012	60.20	59.20	28.80	19.00	11.00	21.70
7ª série / 8º ano do EF	2008	57.80	63.60	33.00	27.30	9.20	9.10
	2009	64.60	66.70	24.60	14.00	10.80	19.30
	2010	63.90	76.20	25.90	9.80	10.20	14.00
	2011	72.60	85.10	23.30	13.40	4.10	1.50

Tabela 13-A. Taxas de Rendimento - Rede Estadual em Ilhéus							
SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
	2012	62.10	67.30	25.80	13.60	12.10	19.10
8ª série / 9º ano do EF	2008	64.50	84.60	26.60	13.50	8.90	1.90
	2009	77.30	71.60	13.50	17.90	9.20	10.50
	2010	70.60	82.60	22.80	12.00	6.60	5.40
	2011	70.30	79.40	22.90	19.10	6.90	1.50
	2012	63.90	67.20	22.90	15.50	13.20	17.20
1º ano do EM	2008	48.70	39.50	20.10	35.80	31.20	24.70
	2009	52.90	40.40	20.20	24.20	26.90	35.40
	2010	55.90	62.70	23.30	14.50	20.80	22.80
	2011	62.60	71.80	29.10	18.30	8.40	9.90
	2012	71.40	84.40	16.30	2.60	12.20	13.00
2º ano do EM	2008	57.70	81.80	18.50	5.50	23.80	12.70
	2009	64.00	50.00	16.50	21.20	19.50	28.80
	2010	67.10	81.10	14.60	7.50	18.30	11.40
	2011	73.20	97.80	16.50	2.20	10.40	0.00
	2012	58.50	71.80	21.80	6.80	19.70	21.40
3º ano do EM	2008	69.50	64.40	10.80	15.30	19.70	20.30
	2009	69.00	62.50	13.20	10.90	17.80	26.60
	2010	75.80	70.50	9.10	4.50	15.10	25.00
	2011	74.70	90.20	18.20	9.80	7.10	0.00
	2012	64.30	84.40	13.70	0.00	22.00	15.60

Tabela 13-B. Taxas de Rendimento - Rede Municipal em Ilhéus							
SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série / 2º ano do EF	2008	93.10	82.90	0.00	3.60	6.90	13.50
	2009	88.90	83.30	5.60	7.60	5.50	9.10

Tabela 13-B. Taxas de Rendimento - Rede Municipal em Ilhéus							
SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
	2010	96.00	93.50	0.40	0.80	3.60	5.70
2ª série / 3º ano do EF	2008	74.90	72.80	21.80	20.70	3.30	6.50
	2009	68.60	59.60	27.10	32.80	4.30	7.60
	2010	64.50	70.80	31.90	25.20	3.60	4.00
3ª série / 4º ano do EF	2008	94.20	87.70	0.50	4.20	5.30	8.10
	2009	91.30	86.60	5.00	5.60	3.70	7.80
	2010	97.80	92.40	0.00	1.60	2.20	6.00
4ª série / 5º ano do EF	2008	84.30	82.30	11.50	10.80	4.20	6.90
	2009	79.10	71.00	17.20	23.80	3.70	5.20
	2010	82.50	75.80	13.90	20.80	3.60	3.40
5ª série / 6º ano do EF	2008	70.60	61.10	22.90	26.60	6.50	12.30
	2009	66.20	66.10	26.20	26.90	7.60	7.00
	2010	66.60	61.00	27.20	30.40	6.20	8.60
6ª série / 7º ano do EF	2008	66.30	68.60	27.80	24.90	5.90	6.50
	2009	74.10	72.00	19.40	19.90	6.50	8.10
	2010	74.40	78.00	20.20	16.00	5.40	6.00
7ª série / 8º ano do EF	2008	63.40	78.00	29.60	13.40	7.00	8.60
	2009	76.80	73.40	16.50	19.00	6.70	7.60
	2010	79.70	85.20	15.10	9.90	5.20	4.90
8ª série / 9º ano do EF	2008	61.20	79.20	22.00	8.00	16.80	12.80
	2009	72.90	78.90	13.50	10.00	13.60	11.10
	2010	71.90	77.00	18.10	11.50	10.00	11.50
1º ano do EM	2008	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
2º ano do	2008	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Tabela 13-B. Taxas de Rendimento - Rede Municipal em Ilhéus							
SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
EM	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
3º ano do EM	2008	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-

Tabela 14-A. Matrículas em Turmas de Correção de Fluxo - Rede Estadual em Ilhéus					
ETAPA	Matrículas em TURMAS de correção de fluxo				
	2009	2010	2011	2012	2013
Ensino Fundamental	32	-	-	-	-

Tabela 14-B. Matrículas em Turmas de Correção de Fluxo - Rede Municipal em Ilhéus					
ETAPA	Matrículas em TURMAS de correção de fluxo				
	2009	2010	2011	2012	2013
Ensino Fundamental	-	-	105	41	-